

**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE**

SBN Quadra 1, Lote 30, Bloco F, 18º andar, Ed. Palácio da Agricultura - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70040-908
Telefone: (61) 3251-8503 e Fax: n/a - <http://www.sudeco.gov.br>

Ofício nº 1035/2016/CFCO/CGGFPI/DIPGF - SUDECO

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

A Sua Excelência o Excelentíssimo Senhor

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente do Congresso Nacional

Palácio do Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes

70.160-900 Brasília (DF)

Assunto: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

- Relatório de Gestão do FCO referente ao 1º Semestre de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Com os nossos cordiais cumprimentos, fazemos referência aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que dispõem sobre a fiscalização e o controle dos relatórios do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) pelas comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como pela Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

2. A propósito, encaminhamos a Vossa Excelência três CD's contendo o relatório do Banco do Brasil S.A. sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do FCO no 1º Semestre de 2016, as Demonstrações Contábeis de 30.06.2016 devidamente auditadas, o Parecer n.º 12/2016-SUDECO, de 03.11.2016, e a Resolução Condell/Sudeco n.º 055/2016, de 07.12.2016, publicada no DOU de 14.12.2016, Seção 1, p. 20.

3. Informamos que o referido Relatório foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme Resolução Condell/Sudeco n.º 055/2016, de 07.12.2016, publicada no DOU de 14.12.2016, Seção 1, p. 20.

Respeitosamente,

ANTÔNIO CARLOS NANTES DE OLIVEIRA
Superintendente



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Nantes de Oliveira, Superintendente**, em 10/01/2017, às 12:19, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://bit.ly/292Spi1>, informando o código verificador **0019997** e o código CRC **F43FBAD2**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 59800.601363/2016-60

SEI nº 0019997

Handwritten signature and date 10/01/17



**Relatório Circunstanciado sobre as Atividades
Desenvolvidas e os Resultados Obtidos do
1º Semestre de 2016**

FCO

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

Brasília - 2016



PERSPECTIVA: ASPECTOS GERAIS

1. Introdução

O Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos do 1º Semestre de 2016 foi elaborado em atendimento ao artigo nº 15 parágrafo V e artigo nº 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, além das orientações do Ministério da Integração Nacional, de acordo com o Ofício nº 486/SFRI, de 26 de julho de 2016.

O Relatório busca demonstrar as atividades realizadas, os resultados alcançados, o desempenho dos recursos do Fundo e o estado dos recursos e aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) ao final 1º semestre de 2016.

1.1 Apresentação

O FCO foi criado por meio da Lei nº 7.827/1989, que regulamentou o artigo nº 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento.

A área de abrangência do FCO é a região Centro-Oeste, composta pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região conta com 467 municípios.

De acordo com o artigo 6º da Lei 7.827/1989, os recursos do FCO são provenientes das seguintes fontes:

- 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI);
- retornos e resultados das aplicações;
- resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculada com base em indexador oficial;
- contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; e
- dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.

Conforme o artigo nº 13 da Lei 7.827/1989, a administração do FCO é exercida conjuntamente pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), Ministério da Integração Nacional (MI) e Banco do Brasil S.A. (BB), observadas as atribuições previstas na legislação.

De acordo com o artigo nº 15 da Lei 7.827/1989, o Banco do Brasil tem como atribuições:

- aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Condel/Sudeco;
- definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes do programa de financiamento aprovado pelo Condel/Sudeco;
- analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação



- custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir créditos;
- d) formalizar contratos de repasses de recursos na forma prevista no artigo 9º;
 - e) prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao MI e ao Condel/Sudeco; e
 - f) exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos e à renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

2. Programação Orçamentária

A Programação do FCO para 2016 foi elaborada pelo Banco do Brasil e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), em consonância com:

- a) as diretrizes estabelecidas no artigo 3º da Lei n.º 7.827/1989;
- b) as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo MI (Portaria n.º 201, de 28.08.2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 31.08.2015;
- c) as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco (Resolução n.º 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015);
- d) a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- e) o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO); e
- f) as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

O Programa está segmentado por setores produtivos (empresarial e rural), sendo os recursos aplicados no âmbito dos seguintes Programas e Linhas de Financiamento:

Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas (MPE):

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.

Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas (MGE):

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE.

Programa de FCO Rural:

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;
- Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada;



- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (Convir);
- Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (FCO Verde): Modalidade 1: Conservação da Natureza; e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF);
- Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e
- Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf; e
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Reforma Agrária (Planta Brasil).

Programa de FCO para Repasse:

- Programa de FCO Empresarial para Repasse; e
- Programa de FCO Rural para Repasse.

2.1 Recursos Previstos para Aplicação

De acordo com a Programação do FCO para 2016, aprovada por meio da Resolução Condrel/Sudeco n.º 39, de 15.12.2015, o montante de recursos previstos para aplicação no exercício de 2016 corresponde a R\$ 5.795,8 milhões, com origem nas fontes a seguir discriminadas:

Quadro 1 - Recursos previstos para o exercício

(R\$ milhões)	
Origem	Valor
Repasses do Tesouro Nacional (1)	1.708,1
Retornos de financiamentos (2)	3.886,4
Resultado operacional (3)	36,9
Disponibilidades ao final do exercício anterior (4)	582,2
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores (5)	-417,8
Total	5.795,8

Fonte: Programação do FCO para 2016 – 1ª Edição – atualizada em 29.03.2016

Notas:

- (1) previsão de repasses do Tesouro Nacional correspondente à projeção da STN;
- (2) previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações);
- (3) previsão de receitas e despesas do Fundo;
- (4) disponibilidades apuradas em 31.12.2015;
- (5) parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.



2.2 Valores da Reprogramação de Recursos

A reprogramação dos recursos do FCO, será realizada em outubro de 2016, em observância ao disposto na Portaria MI nº 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015 e na nota 1, título II, da Programação do FCO para 2016.

2.3 Orçamento por UF e Setor

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2016, por UF e Setor:

Quadro 2 - Recursos previstos por UF

(R\$ milhões)

Setor	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Empresarial	880.967	80,0%	840.396	50,0%	666.521	50,0%	840.396	50,0%	2.841.657
Rural	220.242	20,0%	840.396	50,0%	666.521	50,0%	840.396	50,0%	3.185.686
Total	1.101.208	100,0%	1.680.792	100,0%	1.333.042	100,0%	1.680.792	100,0%	5.795.834
%	19,0%		29,0%		23,0%		29,0%		100,0%

Fonte: Programação do FCO para 2016 – 1ª Edição – atualizada em 29.03.2016

2.4 Orçamento por UF, Programa/Linha, Setor e Porte

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2016, por UF, Setor, Programa, Linha e Porte :

Quadro 3 - Recursos previstos por Programa/Linha, Setor e Porte

(R\$ milhões)

Programas/Linhas	DF	GO	MS	MT	Região	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores (*)						
FCO Empresarial	449.293	428.602	339.926	428.602	1.646.423	28,41
Industrial	53.698	147.182	146.168	107.150	454.199	
Infraestrutura	53.698	33.560	21.755	35.703	144.716	
Turismo	53.698	33.560	32.633	71.448	191.339	
Comércio e Serviços	288.198	214.301	139.370	214.301	856.169	
FCO Rural	112.323	428.602	339.926	428.602	1.309.453	22,59
Pronaf-RA e Pronaf Demais	110.121	257.161	133.319	393.757	894.357	
Demais Rurais	2.202	171.441	206.607	34.845	415.095	
Total	561.616	857.204	679.851	857.204	2.955.875	51,00
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	431.674	411.794	326.595	411.794	1.581.857	27,29
Industrial	51.593	132.556	151.867	120.120	456.136	
Infraestrutura	51.593	36.691	22.862	34.302	145.448	
Turismo	51.593	36.650	24.495	51.474	164.211	
Comércio e Serviços	276.896	205.897	127.372	205.897	816.062	
FCO Rural	107.918	411.794	326.595	411.794	1.258.102	21,71
Total	539.592	823.588	653.191	823.588	2.839.959	49,00



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Resumo Geral						
FCO Empresarial	880.967	840.396	666.521	840.396	3.228.280	55,70
Industrial	105.291	279.738	298.035	227.271	910.335	
Infraestrutura	105.291	70.250	44.617	70.005	290.163	
Turismo	105.291	70.209	57.128	122.922	355.550	
Comércio e Serviços	565.094	420.198	266.742	420.198	1.672.231	
FCO Rural	220.242	840.396	666.521	840.396	2.567.555	44,30
Pronaf-RA e Pronaf Demais	110.121	257.161	133.319	393.757	894.357	
Demais Rurais	110.121	583.235	533.202	446.639	1.673.197	
Total	1.101.208	1.680.792	1.333.042	1.680.792	5.795.834	100,00

(*) Respeitando o limite mínimo de 30% para os beneficiários com faturamento de até R\$ 3,6 milhões
Fonte: Programação do FCO para 2016 – 1ª Edição – atualizada em 29.03.2016

3. Execução Orçamentária

Até o final do 1º semestre de 2016, foram realizados 64,8% (R\$ 4.028,9 milhões) dos recursos previstos para 1º semestre de 2016 (R\$ 6.213,6 milhões), conforme Quadro a seguir:

Quadro 4 – Realização da previsão orçamentária

(R\$ milhões)

Origem	Previsto Exercício 2016	Realizado 1º semestre 2016	%
Repasse do Tesouro Nacional	1.708.138	1.156.763	67,7
Retorno de Financiamentos	3.886.418	2.720.975	70,0
Resultado Operacional	36.927	-335.548	-908,7
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	582.164	486.677	83,6
Total	6.213.647	4.028.867	64,8
Recursos comprometidos a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	-417.813	-311.248	74,5
Total dos Recursos Previstos	5.795.834	3.717.619	64,1

Posição: 30.06.2016

Fonte: Programação do FCO para 2016 – 1ª Edição – atualizada em 29.03.2016

A variação do Resultado Operacional decorre da metodologia utilizada historicamente para a apuração desse item, a qual não está plenamente compatível com a forma prevista na Portaria MI nº 201, de 28.08.2015, que estabeleceu orientações gerais para elaboração da proposta orçamentária do exercício de 2016. Esse ponto foi objeto de recomendação da CGU e será ajustado na reprogramação orçamentária ainda no exercício de 2016.

5



PERSPECTIVA: PNDR - DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES GERAIS / DIRETRIZES E PRIORIDADES / PROGRAMAÇÃO DOS BANCOS

4. Análise das Contratações

4.1 Contratações por Tipologia dos Municípios

A definição da tipologia do município de localização do empreendimento segue as definições do MI e tem a sua metodologia prevista no Anexo II do Decreto n.º 6.047, de 22.02.2007, que leva em consideração duas variáveis:

- Rendimento médio mensal por habitante, englobando todas as fontes declaradas no censo demográfico de 2000 (salários, benefícios, pensões etc.); e
- Taxa geométrica de variação dos Produtos Internos Brutos municipais por habitante.

A tipologia está inserida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e tem o propósito de estabelecer uma Tabela referencial das desigualdades regionais.

A tipologia está classificada conforme a seguir:

Alta Renda	Municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação no PIB foi igual ou maior a 3,87% entre 1990 e 1998;
Dinâmica	Inclui baixa e média renda dinâmica: • Média: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998 e; • Baixa: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998;
Estagnada	Inclui apenas a média renda estagnada. Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998; e
Baixa Renda	Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998.

Essa classificação é considerada na definição de prioridades para a aplicação de políticas de desenvolvimento e no estabelecimento de limites financeiros.

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas no 1º semestre de 2016 por Tipologia e UF, conforme previsto na Programação do FCO:



Quadro 5 – Contratações por Tipologia da PNDR e UF

(R\$ mil)

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alta Renda	82	20.567	2.296	310.765	532	85.933	315	123.036	3.225	540.300
Dinâmica	-	-	1.432	142.059	704	56.825	1.986	256.378	4.122	455.262
Estagnada	393	68.273	2.030	190.663	1.476	200.529	1.406	187.779	5.305	647.245
Total	475	88.840	5.758	643.486	2.712	343.287	3.707	567.193	12.652	1.642.807

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

No 1º semestre de 2016, foram contratados R\$ 540,3 milhões (32,9% do total) em operações nos municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de Alta Renda, com 3.225 operações (25,5% do total).

Os municípios prioritários integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia na PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, foram responsáveis pela contratação de 9.427 operações de crédito (74,5% do total) e de R\$ 1.102,5 milhões em recursos contratados (67,1% do total), o que corresponde a 33,4% dos recursos previstos na Programação do Fundo para o exercício de 2016 (R\$ 3.303,6 milhões), para atendimento da prioridade.

Tendo em vista que no exercício de 2015 o índice alcançado foi inferior à meta, o assunto já foi objeto de deliberação por parte do Condel/Sudeco, que na Resolução nº 50, de 06.07.2016, ao aprovar o Relatório de Resultados do FCO do exercício de 2015 recomendou ao Banco:

“Estabelecer metas e indutores de comportamento para as agências incrementarem as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Condel (item 3.1 do Parecer Condel/Sudeco nº 7/2016)”.

O MI, no seu Parecer nº 009/CGAC/DFRP/SRFI/MI, de 07.07.2016, ao aprovar o Relatório de Resultados do FCO relativo ao exercício de 2015, também recomendou ao Banco:

“Em articulação com os Governos dos Estados e com os demais administradores do FCO, definidos pela Lei nº 7.827/89, intensifique esforços para incrementar as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, por meio da realização de reuniões itinerantes”.

Visando o atendimento das recomendações, o Banco elaborou o Plano de Providências encaminhado em 15.08.2016 ao MI e a Sudeco, com ações a serem implementadas (vide item 11 deste relatório).



4.2 Contratações por Áreas Prioritárias

- **nos Municípios da Faixa de Fronteira**

A região da Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira, na qual abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios divididos em sub-regiões e reúne aproximadamente 10 milhões de habitantes. A Faixa de Fronteira do Centro-Oeste é composta por 72 municípios, sendo 28 no Estado do Mato Grosso e 44 no Mato Grosso do Sul.

As aplicações nos municípios da Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 336,3 milhões no 1º semestre de 2016, o que representa 29,9% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2016 (R\$ 1.124,4 milhões), nessa prioridade.

- **nos Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas**

A Mesorregião de Águas Emendadas tem como característica física marcante o fato de situar-se numa região de junção de três grandes bacias hidrográficas (Bacia do Tocantins, Bacia do Prata e Bacia do São Francisco) e de possuir uma rica beleza cênica proporcionada pela existência de parques naturais e sítios históricos e culturais. Essa região abrange 77 municípios do Estado de Goiás.

No 1º semestre de 2016, foram contratados R\$ 212,0 milhões nos municípios integrantes da Mesorregião de Águas Emendadas, o que representa 43,0% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2016 (R\$ 492,6 milhões), nessa prioridade.

- **na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Municípios Goianos da Ride**

A Ride/DF é uma região integrada de desenvolvimento econômico, criada pela Lei Complementar n.º 94, de 19.02.1998, e regulamentada pelo Decreto n.º 7.469, de 04.05.2011, para efeitos de articulação da ação administrativa da União que abrange o DF e 19 municípios do Estado de GO.

No 1º semestre de 2016, foram contratadas 393 operações no montante de R\$ 68,3 milhões nos municípios goianos integrantes da Ride, o que representa 40,6% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2016 (R\$ 168,1 milhões), nessa prioridade.

4.3 Contratações por Programa de Financiamento e UF

No 1º semestre de 2016 foi contratado o montante R\$ 1.642,8 milhões, o que corresponde a 28,3% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 5.795,8 milhões) e 40,8% do total de recursos distribuídos no 1º semestre de 2016 (R\$ 4.028,9 milhões).

No período em análise, 12.652 empreendimentos foram beneficiados com recursos do FCO.

O Quadro a seguir apresenta a distribuição das operações contratadas no período por Programa de Financiamento e UF:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 6 – Contratações por Programa de Financiamento e UF

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Programas	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	72	20.695	97	37.141	75	16.212	116	42.022	360	116.069
Industrial	5	1.432	17	10.032	5	1.154	10	2.709	37	15.327
Infraestrutura	0	0	6	1.647	0	0	2	19.836	8	21.483
Turismo	1	189	5	5.043	3	518	11	1.593	20	7.343
Comércio e Serviços	66	19.074	69	20.419	67	14.540	93	17.883	295	71.916
Rural	403	68.145	5.661	606.346	2.637	327.075	3.591	525.172	12.292	1.526.738
Pronaf Demais	165	6.592	2.738	146.018	1.170	43.182	2.614	190.264	6.687	386.055
Pronaf-RA	15	353	116	2.461	150	2.895	48	1.192	329	6.901
Demais Rurais	223	61.200	2.807	457.866	1.317	280.999	929	333.716	5.276	1.133.782
Total Geral	475	88.840	5.758	643.486	2.712	343.287	3.707	567.193	12.652	1.642.807

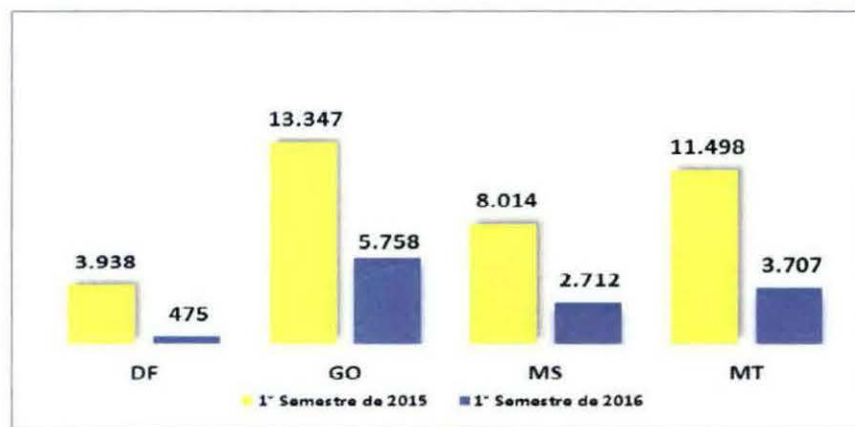
Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Em relação ao 1º semestre de 2015, no mesmo período em 2016, houve decréscimo de 65,6% na quantidade de operações contratadas (36.797 para 12.652) e de 37,5% no volume contratado (R\$ 2.627,1 para R\$ 1.642,8 milhões).

O gráfico a seguir, demonstra o comparativo entre as quantidades de operações contratadas nas UFs no 1º semestre dos exercícios de 2015 e 2016, onde verifica-se que houve decréscimo na quantidade de operações contratadas em todos os Estados (87,9% no DF, 56,9% em GO, 66,2% no MS e 67,8% no MT).

Gráfico 1 – Comparativo entre as quantidades contratadas por UF no 1º semestre entre 2015 e 2016



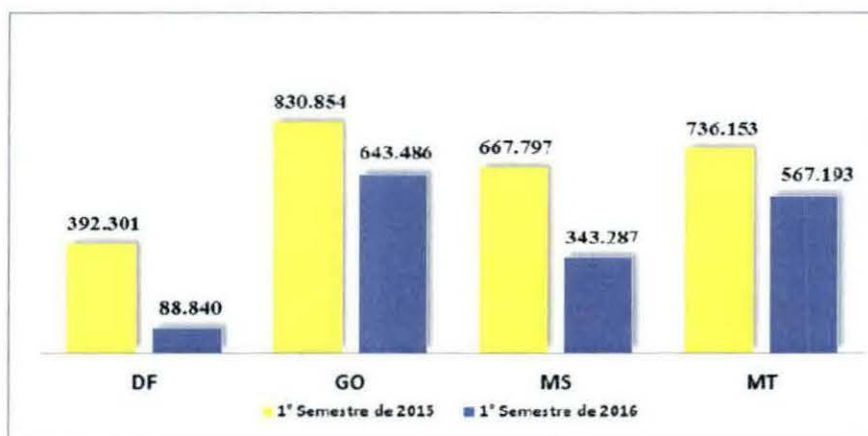
Fonte: Relatório do 1º sem 2015 e Caderno de Informações Gerenciais de Jun/2016

No comparativo entre os valores contratados nas UFs no 1º semestre de 2015 e 2016, verifica-se que também houve decréscimo no montante de valores aplicados em todos os Estados (77,4% no DF, 22,6% em GO, 48,6% no MS e 23,0% no MT).



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Gráfico 2 – Comparativo entre os valores contratados por UF entre 2014 e 2015 (R\$ milhões)



Fonte: Relatório do 1º sem 2015 e Caderno de Informações Gerenciais de Jun/2016

A redução observada nas contratações do FCO segue o movimento de queda na concessão de crédito observado em nível nacional, ocasionado pela redução da demanda devido a desaceleração da economia. Além disso, a alteração nas taxas de encargos financeiros por meio da Resolução CMN nº 4.452, de 17.12.2015, também pode ter contribuído para a retração das contratações no 1º semestre de 2016.

Cabe ressaltar que o Banco realizou diversas ações (em especial as descritas no item 6) a fim de incrementar as contratações nos Estados, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas nas normas do Fundo.

De acordo com a Nota 4 do Quadro “Recursos Previstos por UF e Setor” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, as instituições financeiras que atuam com recursos do FCO aplicarão nos municípios do Nordeste Goiano e do Oeste Goiano, no mínimo, 15% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás.

De acordo com o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar n.º 97, de 10.12.2012, que regulamenta o art. 144-A da Constituição do Estado de Goiás e dá outras providências, o Nordeste Goiano compreende os municípios:

- Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambai, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D’Aliança, Simolândia, Sítio D’Abadia e Teresina de Goiás.

De acordo com a mesma Lei, o Oeste Goiano compreende os municípios:

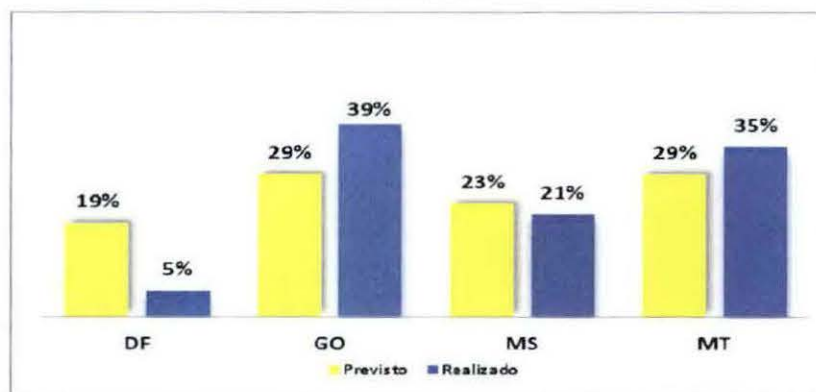
- Baliza, Bom Jardim de Goiás, Britânia, Buriti de Goiás, Cachoeira de Goiás, Caiapônia, Campestre de Goiás, Córrego do Ouro, Diorama, Doverlândia, Fazenda Nova, Firminópolis, Iporá, Israelândia, Itapirapuã, Ivolândia, Jandaia, Jaupaci, Jussara, Moiporá, Montes Claros de Goiás, Mossamedes, Nazário, Novo Brasil, Palestina de Goiás, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Paraúna, Piranhas, Sanclerlândia, Santa Bárbara de Goiás, Santa Fé de Goiás, São João da Paraúna, São Luís de Montes Belos e Turvânia.

No 1º semestre de 2016, foram aplicados nos municípios do Nordeste Goiano e Oeste Goiano 74,3% do montante previsto na Programação do FCO para 2016 (R\$ 252,1 milhões). Sendo contratadas 345 operações num total de R\$ 49,4 milhões nos municípios do Nordeste Goiano e 1.519 operações num total de R\$ 137,8 milhões nos municípios do Oeste Goiano.



O gráfico a seguir demonstra o comparativo entre os percentuais inicialmente previstos na Programação do FCO para 2016 para cada UF (19% no DF, 29% em GO, 23% no MS e 29% no MT) e os percentuais de contratações realizados no 1º semestre de 2016. Verifica-se que apenas o DF não atingiu o percentual mínimo de aplicação por UF de 15% dos recursos previstos para o exercício.

Gráfico 3 – Comparativo dos percentuais previstos e realizados por UF



Fonte: Programação Orçamentária do FCO 2016 e Caderno de Informações Gerenciais de Jun/2016

4.4 Contratações por Setor Assistido

No 1º semestre de 2016, os empreendimentos do setor empresarial foram responsáveis pela contratação de 360 operações (2,8% das operações contratadas) e com volume total de R\$ 116,1 milhões (7,1% do valor financiado), inferior ao percentual previsto na Programação do FCO para 2016 de R\$ 55,7%.

Já os empreendimentos do setor rural, no 1º semestre de 2016, foram responsáveis pela contratação de 12.292 operações (97,2% das operações contratadas) e com volume total de R\$ 1.526,7 milhões (92,9% do valor financiado), superior ao percentual previsto na Programação do FCO para 2016 de 44,3%.

O Quadro a seguir demonstra os valores contratados e os valores realizados nos setores empresarial e rural no 1º semestre de 2016.

Quadro 7 – Contratações por Setor e UF

(R\$ mil)					
UF	DF	GO	MS	MT	Total
Setor					
Empresarial	20.695	37.141	16.212	42.022	116.069
% realizado	23,3%	5,8%	4,7%	7,4%	7,1%
Rural	68.145	606.346	327.075	525.172	1.526.738
% realizado	76,7%	94,2%	95,3%	92,6%	92,9%
Total	88.840	643.486	343.287	567.193	1.642.807
%	100%	100%	100%	100%	100%

Posição: 30.06.2016

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais de Junho de 2016



4.5 Contratações por Linha de Financiamento

O Quadro a seguir demonstra as contratações realizadas no 1º semestre de 2016 por Linha de Financiamento e UF:

Quadro 8 – Contratações por Linha de Financiamento e UF

(R\$ mil)

Linha de Financiamento	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	72	20.695	97	37.141	75	16.212	116	42.022	360	116.069
Industrial	5	1.432	17	10.032	5	1.154	10	2.709	37	15.327
Infraestrutura	0	0	6	1.647	0	0	2	19.836	8	21.483
Turismo	1	189	5	5.043	3	518	11	1.593	20	7.343
Comércio e Serviços	66	19.074	69	20.419	67	14.540	93	17.883	295	71.916
Rural	403	68.145	5.661	606.346	2.637	327.075	3.591	525.172	12.292	1.526.738
Desenvolvimento Rural	218	60.386	2.800	455.633	1.276	242.889	885	319.808	5.179	1.078.717
Agropecuária Irrigada	-	-	2	1.567	3	222	3	1.902	8	3.691
Convir	-	-	-	-	3	3.392	-	-	3	3.392
ABC-Conservação da Natureza	5	814	5	666	16	26.269	6	2.484	32	30.233
ABC-ILPF	-	-	-	-	2	5.294	-	-	2	5.294
Ret. Matrizes	-	-	-	-	9	2.026	34	9.022	43	11.048
Proaqua	-	-	-	-	-	-	1	500	1	500
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	-	-	8	906	-	-	8	906
Pronaf-RA	15	353	116	2.461	150	2.895	48	1.192	329	6.901
Pronaf Demais	165	6.592	2.738	146.018	1.170	43.182	2.614	190.264	6.687	386.055
Total Geral	475	88.840	5.758	643.486	2.712	343.287	3.707	567.193	12.652	1.642.807

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB e Caderno de Informações Gerenciais de Junho/2016

No 1º semestre de 2016 as contratações realizadas na Linha de Desenvolvimento Rural, concentraram a maior parcela dos recursos financiados (R\$ 1.078,7 milhões), o equivalente a 65,7% do total aplicado, seguida pela Linha de Pronaf Demais (linhas não destinadas a reforma agrária) que financiou o total de R\$ 386,0 milhões, o equivalente a 23,5% do total aplicado.

4.6 Contratações por Porte de Mutuário

As contratações no 1º semestre de 2016, por porte do beneficiário e UF estão representadas no Quadro a seguir:

Quadro 9 – Contratações por Porte e UF

(R\$ mil)

Porte	DF	GO	MS	MT	Total	(%)
Grande	11.063	18.396	52.237	42.036	123.732	7,5%
Médio	21.892	95.304	85.039	127.957	330.192	20,1%
Subtotal - Maior Porte	32.955	113.699	137.276	169.994	453.924	27,6%
Pequeno-médio	17.929	80.382	32.091	45.948	176.350	10,7%
Pequeno	33.129	350.687	132.384	326.280	842.481	51,3%
Mini/Micro	4.824	98.714	41.530	24.948	170.017	10,3%
EI	4	4	5	23	35	0,0%
Subtotal – Menor Porte	55.885	529.787	206.011	397.200	1.188.883	72,4%
Total Geral	88.840	643.486	343.287	567.193	1.642.807	100,0%

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB



Os tomadores de menor porte (pequeno-médio, pequeno, micro/mini, empreendedores individuais) contrataram R\$ 1.188,9 milhões (72,4%), o que contribuiu para ultrapassar o percentual de 51,0% dos recursos previstos na Programação do FCO para 2016.

Verifica-se que em todas as UFs as contratações dos tomadores de menor porte superaram as de maior porte (62,9% no DF, 82,3% em GO, 60,0% em MS, e 70,0% em MT), atendendo, as diretrizes, orientações gerais e prioridades do Fundo definidas pela Lei n.º 7.827/1989, pelo MI e pelo Condel/Sudeco, no sentido de dar tratamento preferencial às atividades produtivas com tomadores de menor porte e atender a um universo maior de beneficiários.

4.7 Contratações por Pessoas Físicas e Jurídicas

No 1º semestre de 2016, as contratações com Pessoas Físicas atingiram R\$ 1.485,9 milhões, o que corresponde a 90,4% do montante de recursos financiados no período. Já as contratações com Pessoas Jurídicas atingiram R\$ 156,9 milhões, o que corresponde a 9,6% do montante de recursos financiados no período.

O Quadro a seguir apresenta a distribuição das operações contratadas por Pessoas Físicas e Jurídicas:

Quadro 10 – Contratações por Pessoas Físicas e Jurídicas

(R\$ mil)

UF	Valor Aplicado	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
DF	88.840	68.045	20.795
GO	643.486	605.701	37.785
MS	343.287	286.940	56.347
MT	567.193	525.172	42.022
Total	1.642.807	1.485.858	156.949

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

4.8 Contratações no Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

O Programa oferece apoio financeiro às atividades exploradas com emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na Programação do FCO para 2016 os recursos previstos para o Pronaf estão divididos em Pronaf Demais (linhas não destinadas à reforma agrária) e Pronaf Reforma Agrária Planta Brasil (linhas destinadas à reforma agrária). As contratações com as Linhas do Pronaf no 1º semestre de 2016 estão representadas no Quadro a seguir:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 11 – Contratações do Pronaf por UF

(R\$ mil)

Programa	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Pronaf Demais	165	6.592	2.738	146.018	1.170	43.182	2.614	190.264	6.687	386.055
Pronaf RA	15	353	116	2.461	150	2.895	48	1.192	329	6.901
Total	180	6.945	2.854	148.479	1.320	46.077	2.662	191.455	7.016	392.956

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

No 1º semestre de 2016, foram contratados 6.687 operações do Pronaf Demais, o que corresponde a 52,9% do total de operações contratadas no período (12.652), num total de R\$ 386,1 milhões, o que corresponde a 23,5% do volume financiado no 1º semestre de 2016 (R\$ 1.642,8 milhões).

No Pronaf Reforma Agrária (Pronaf RA), os valores previstos em cada UF são aplicados de acordo com a demanda apresentada no Programa, até o percentual estabelecido no art. 7º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995 (10% dos recursos do FCO para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Cabe aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) definir as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal (PNCF) aptas a receber os financiamentos.

No 1º semestre de 2016, foram contratadas 329 operações no âmbito do Pronaf RA, o que corresponde a 2,6% do total de operações contratadas no período (12.652 operações), num total de R\$ 6,9 milhões, valor equivalente a 0,4% do volume financiado no 1º semestre de 2016 (R\$ 1.642,8 milhões).

4.9 Contratações por Faixa de Valores

As contratações no 1º semestre de 2016, nas Linhas Empresariais por faixa de valores estão apresentadas no Quadro a seguir:

Quadro 12 – Contratações nas Linhas Empresariais por Faixa de Valores

(R\$ mil)

Linhas Empresariais	Industrial		Infraestrutura		Turismo		Comércio e Serviços		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Até R\$ 1 mil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de R\$ 1 mil até R\$ 10 mil	3	16	-	-	-	-	7	53	10	69
Acima de R\$ 10 mil até R\$ 35 mil	3	93	-	-	2	47	40	935	45	1.075
Acima de R\$ 35 mil até R\$ 100 mil	5	351	-	-	8	573	98	6.832	111	7.756
Acima de R\$ 100 mil até R\$ 200 mil	7	962	2	332	5	783	79	11.437	93	13.514
Acima de R\$ 200 mil até R\$ 500 mil	12	4.135	5	1.605	3	790	40	12.967	60	19.498
Acima de R\$ 500 mil até R\$ 1.000 mil	4	2.893	-	-	1	600	22	16.139	27	19.633
Acima de R\$ 1.000 mil até R\$ 10.000 mil	3	6.877	-	-	1	4.550	9	23.551	13	34.979
Acima de R\$ 10.000 mil	-	-	1	19.546	-	-	-	-	1	19.546
Total	37	15.327	8	21.483	20	7.343	295	71.916	360	116.069

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB



No 1º semestre de 2016, a maior demanda por financiamentos, em termos de operações contratadas, contemplou projetos na faixa de valores acima de R\$ 35,0 mil até R\$ 100,0 mil, com a contratação de 111 operações, num total de R\$ 7,8 milhões, equivalentes a 30,8% do total de operações contratadas e a 6,7% dos valores contratados com esse setor.

Verifica-se que foram contratadas no setor empresarial 346 operações (96,1%) nas faixas de valores abaixo de R\$ 1.000 mil, num total de R\$ 61,5 milhões (53,0%). Já nas faixas de valores acima de R\$ 1.000 mil, foram contratadas 14 operações (3,9%), num total de R\$ 54,5 milhões (47,0%).

As contratações no 1º semestre de 2016, nas Linhas Rurais por faixa de valores estão apresentados no Quadro a seguir:

Quadro 13 – Contratações nas Linhas Rurais por Faixa de Valores

(R\$ mil)

Linhas Rurais Faixa Valores	Pronaf Demais		Pronaf RA		Demais Rurais		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Até R\$ 1 mil	1	1	-	-	-	-	1	1
Acima de R\$ 1 mil até R\$ 10 mil	417	2.878	82	545	7	55	506	3.477
Acima de R\$ 10 mil até R\$ 35 mil	2.078	52.576	247	6.356	184	4.828	2.509	63.760
Acima de R\$ 35 mil até R\$ 100 mil	3.734	267.403	-	-	2.912	256.431	6.646	523.834
Acima de R\$ 100 mil até R\$ 200 mil	457	63.198	-	-	1.259	200.975	1.716	264.173
Acima de R\$ 200 mil até R\$ 500 mil	-	-	-	-	534	182.458	534	182.458
Acima de R\$ 500 mil até R\$ 1.000 mil	-	-	-	-	268	192.756	268	192.756
Acima de R\$ 1.000 mil até R\$ 10.000 mil	-	-	-	-	109	252.855	109	252.855
Acima de R\$ 10.000 mil	-	-	-	-	3	43.424	3	43.424
Total	6.687	386.055	329	6.901	5.276	1.133.782	12.292	1.526.738

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

No 1º semestre de 2016, a maior demanda por financiamentos em termos de operações contratadas, contemplou projetos na faixa de valores acima de R\$ 35,0 mil até R\$ 100,0 mil, com a contratação de 6.646 operações, num total de R\$ 523,8 milhões, equivalentes a 54,1% do total de operações contratadas e a 34,3% dos valores contratados com esse setor.

Verifica-se que foram contratadas no setor rural 12.180 operações (99,1%) nas faixas de valores abaixo de R\$ 1.000 mil, num total de R\$ 1.230,5 milhões (80,6%). Já nas faixas de valores acima de R\$ 1.000 mil, foram contratadas 112 operações (0,9%), num total de R\$ 296,3 milhões (19,4%).

4.10 Ticket Médio das Contratações

No 1º semestre de 2016, o ticket médio das operações (valor médio contratado por operação) atingiu R\$ 129,8 mil, valor 81,9% superior ao ticket médio observado no 1º semestre de 2015 (R\$ 71,4 mil). O Quadro a seguir mostra o comparativo entre o ticket médio observado no 1º semestre de 2015 e 2016:



Quadro 14 – Ticket médio das operações por Programa

(R\$ mil)

Setor/Linha	1º Semestre de 2015			1º Semestre de 2016			Aumento
	Qtde	Valor	Ticket médio	Qtde	Valor	Ticket médio	%
Empresarial	11.696	1.172.351	100,2	360	116.069	322,4	221,7
Industrial	2.393	279.913	117,0	37	15.327	414,3	254,1
Infraestrutura	35	32.133	918,1	8	21.483	2.685,4	192,5
Turismo	912	73.333	80,4	20	7.343	367,1	356,6
Comércio e Serviços	8.356	786.972	94,2	295	71.916	243,8	158,8
Rural	25.101	1.454.754	58,0	12.292	1.526.738	124,2	114,3
Pronaf Demais	20.420	725.923	35,5	6.687	386.055	57,7	62,4
Pronaf-RA	1.074	20.718	19,3	329	6.901	21,0	8,7
Demais Rurais	3.607	708.113	196,3	5.276	1.133.782	214,9	9,5
Total	36.797	2.627.105	71,4	12.652	1.642.807	129,8	81,9

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Verifica-se que também houve aumento no valor do ticket médio das operações contratadas em todos os setores e em todas as UF's. Conforme o Quadro a seguir:

Quadro 15 – Ticket médio das operações por UF

(R\$ mil)

Setor/Linha	1º Semestre de 2015			1º Semestre de 2016			Aumento
	Qtde	Valor	Ticket médio	Qtde	Valor	Ticket médio	%
DF	3.938	392.301	99,6	475	88.840	187,0	87,7
GO	13.347	830.854	62,3	5.758	643.486	111,8	79,5
MS	8.014	667.797	83,3	2.712	343.287	126,6	51,9
MT	11.498	736.153	64,0	3.707	567.193	153,0	139,0
Total	36.797	2.627.105	71,4	12.652	1.642.807	129,8	81,9

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

4.11 Contratações Realizadas por Outras Instituições Operadoras de Repasse

O artigo 9º da Lei 7.827/1989, com redação dada pela Lei 10.177/2001, prevê que, “observadas as diretrizes estabelecidas pelo MI, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de financiamento especificamente criados com essa finalidade.”

Atualmente o Banco do Brasil mantém contrato com as instituições Banco de Brasília S.A. (BRB), Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), Banco Cooperativo Sicredi S.A. (Sicredi), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Agência de Fomento de Goiás S.A (Goiás Fomento) e Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso S.A. (MT Fomento).



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

As transferências de recursos iniciaram-se em novembro/2008 (BRB, Bancoob, Sicredi e GO Fomento), dezembro/2011 (BRDE) e maio/2012 (MT Fomento).

As contratações efetuadas por meio de repasse contemplam os segmentos de mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores e abrangem os Programas FCO Empresarial e FCO Rural, observada a Programação do FCO. As operações contratadas pelas instituições operadoras de repasse no 1º semestre de 2016 estão demonstradas a seguir:

Quadro 16 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Programa/Porte

(R\$ mil)

(R\$ mil)														
Instituição	Bancoob		BRB		BRDE		GO Fomento		MT Fomento		Sicredi		Total	
Sector/Linha	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	2	649	7	4.194	2	5.934	12	4.507	7	1.105	18	3.904	48	20.292
Industrial	-	-	-	-	-	-	1	40	-	-	-	-	1	40
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	5	452	-	-	5	452
Comércio e Serviços	2	649	7	4.194	2	5.934	11	4.467	2	654	18	3.904	42	19.801
Rural	35	7.544	-	-	21	15.989	7	1.855	-	-	114	20.654	177	46.043
Total	37	8.193	7	4.194	23	21.923	19	6.362	7	1.105	132	24.558	225	66.335

Porte	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor		
Pequeno-Médio	3	2.686	-	-	-	-	-	-	-	-	12	4.738	15	7.424
Pequeno	25	4.341	7	4.194	4	476	19	6.362	2	654	86	15.889	143	31.915
Mini/Micro	9	1.166	-	-	19	21.447	-	-	5	452	34	3.931	67	26.996
Total	37	8.193	7	4.194	23	21.923	19	6.362	7	1.105	132	24.558	225	66.335

Fonte: SIGRepasse – Sistema do BB

A estimativa de repasse de recursos a outras instituições (art. 9º da Lei nº 7.827/89) é de 7% dos recursos previstos para o exercício, respeitando o saldo disponível no limite de crédito deferido pelo Banco Administrador, para cada instituição. Para 2016 estão previstos R\$ 405,7 milhões.

No 1º semestre de 2016, as Instituições Operadoras do Repasse contrataram 225 operações (1,8% das operações contratadas) e financiaram R\$ 66,3 milhões (4,0% do valor financiado), o que equivale a apenas 16,4% do montante previsto para aplicação no ano de 2016 nessa modalidade (R\$ 405,7 milhões).

O Quadro a seguir demonstra o resumo das contratações do Programa de FCO para Repasse, por espaços considerados prioritários pela PNDR:

Quadro 17 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais

(R\$ mil)

Área	Qtde	Valor
Municípios da Faixa de Fronteira	42	22.797
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	-	-
Municípios Goianos da Ride	2	509
Municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica	121	34.841

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGRepasse – Sistema do BB



O demonstrativo a seguir apresenta as contratações do Programa de FCO para Repasse nos municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR, realizadas no 1º semestre de 2016.

Quadro 18 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Tipologia

(R\$mil)

	BRB		BRDE		GO Fomento		MT Fomento		Sicredi		Bancoob		Total	
Tipologia	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alta Renda	22	3.817	7	4.194	3	6.504	14	5.575	6	809	52	10.595	104	31.494
Dinâmica	3	2.144	-	-	11	5.167	-	-	-	-	46	6.943	60	14.254
Estagnada	12	2.232	-	-	9	10.251	5	787	1	297	34	7.020	61	20.587
Total	37	8.193	7	4.194	23	21.923	19	6.362	7	1.105	132	24.558	225	66.335

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGRepasse– Sistema do BB

Do total de operações contratadas (225 operações) e de recursos utilizados (R\$ 66,3 milhões), observa-se que os municípios classificados como de Alta Renda representaram 46,2% das operações contratadas e 47,5% dos recursos utilizados. Já os municípios de Rendas Dinâmica e Estagnada, em conjunto, foram responsáveis por 53,8% das operações contratadas e 52,5% dos recursos utilizados.

4.12 Contratações com Beneficiários de Primeira Contratação

No 1º semestre de 2016, foram realizadas 3.932 operações com novos beneficiários, atingindo o montante de R\$ 402,4 milhões, que representam 31,1% do total das contratações e 24,5% dos recursos aplicados no Centro-Oeste.

Conforme o Quadro abaixo, o maior número de operações contratadas com novos beneficiários foi observado em GO (1.626) seguido por MT (1.400), MS (713) e DF (193).

Quadro 19 – Contratações com novos beneficiários por Setor/Linha

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Setor/Linha	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	37	11.654	31	18.134	25	5.169	34	25.213	127	60.170
Industrial	3	1.030	7	6.953	1	500	3	236	14	8.718
Infraestrutura	-	-	3	783	-	-	2	19.836	5	20.619
Turismo	1	189	2	84	1	122	1	600	5	994
Com e Serviços	33	10.435	19	10.315	23	4.547	28	4.541	103	29.838
Rural	156	9.813	1.595	131.013	688	60.592	1.366	140.784	3.805	342.202
Total	193	21.467	1.626	149.147	713	65.761	1.400	165.997	3.932	402.371

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Em relação ao porte, os tomadores de menor porte foram responsáveis por 95,5% (3.756) das operações contratadas com novos beneficiários. O Quadro abaixo, demonstra as contratações por Porte com novos beneficiários:



Quadro 20 – Contratações com novos beneficiários por Porte

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Porte	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Grande	1	204	13	2.468	9	17.248	12	24.998	35	44.918
Médio	8	4.898	67	15.726	36	9.836	30	12.668	141	43.128
Peq-médio	6	1.872	29	21.760	8	1.167	9	4.189	52	28.989
Pequeno	160	13.415	1.316	86.105	608	33.103	1.295	116.475	3.379	249.098
Mini/Micro	17	1.074	200	23.084	52	4.407	52	7.644	321	36.208
EI	1	4	1	4	-	-	2	23	4	30
Total	193	21.467	1.626	149.147	713	65.761	1.400	165.997	3.932	402.371

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Conforme o Quadro abaixo, observa-se que os municípios classificados como de Rendas Dinâmica e Estagnada representaram 75,7% das operações contratadas com novos beneficiários (2.975) e 70,7% dos recursos utilizados (R\$ 284,7 milhões).

Quadro 21 – Contratações com novos beneficiários por Porte

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Tipologia	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Alta Renda	35	9.187	642	75.689	176	11.902	104	20.922	957	117.700
Dinâmica	-	-	456	34.938	209	17.729	669	71.186	1.334	123.853
Estagnada	158	12.280	528	38.520	328	36.130	627	73.889	1.641	160.818
Total	193	21.467	1.626	149.147	713	65.761	1.400	165.997	3.932	402.371

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Com esses resultados, as diretrizes do Fundo, em especial a de atender um universo maior de beneficiários (inciso VIII do art. 3º da Lei n.º 7.827), foi atendida.

Cabe ressaltar que esse desempenho decorre das ações desenvolvidas pelos Administradores do FCO, pelos Governos dos Estados e do Distrito Federal e pelos órgãos e entidades que integram os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados (CDE) e pelo Banco do Brasil pelas ações descritas no item 6 deste relatório.

4.13 Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

No 1º semestre de 2016, não foram contratadas operações em atendimento ao Programa.



PERSPECTIVA: SUSTENTABILIDADE - GESTÃO / PNDR / ASPECTOS DA CARTEIRA E ECONÔMICO-FINANCEIROS / BALANÇO PATRIMONIAL DOS FUNDOS / PLANO DE PROVIDÊNCIAS

5. Demais informações sobre as contratações

5.1 Informações Condel/Programação

Para efeito de aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2016, foram consideradas prioritárias as atividades, propostas pela Sudeco com base nas sugestões das UFs e aprovadas pelo Condel/Sudeco por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015.

A seguir destacamos os resultados alcançados, no 1º semestre de 2016, no atendimento às atividades consideradas prioritárias:

a) projetos de apoio a mini, pequeno e pequeno-médios tomadores, inclusive de apoio aos empreendedores individuais e à agricultura familiar:

Conforme já descrito no item 4.6, no 1º semestre de 2016, os tomadores de menor porte (pequeno-médio, pequeno, micro/mini, empreendedores individuais) contrataram R\$ 1.188,9 milhões, correspondendo a 72,4% do total contratado, bem acima do percentual de 51,0% previsto na Programação do FCO para 2016.

Ao analisar o desempenho das contratações com os tomadores de menor porte (quantidade de operações e volume aplicado), percebe-se que foram atendidas as diretrizes, orientações gerais e prioridades do Fundo, definidas na Lei n.º 7.827/1989, pelo MI e pelo Condel/Sudeco, no sentido de dar tratamento preferencial às atividades produtivas de pequeno-médios, pequenos e mini produtores rurais, de empreendedores individuais e das micro, pequenas e pequeno-médias empresas, atendendo a um universo maior de beneficiários.

Cabe ressaltar que diversas ações do Banco Administrador contribuíram para esse resultado, dentre as quais merece destaque a intensificação da divulgação do Fundo aos tomadores de menor porte, principalmente em municípios de economias estagnada e dinâmica.

Já em apoio à agricultura familiar, conforme já descrito no item 4.8, foram contratadas 7.016 operações (55,5% das operações contratadas), atingindo um total de R\$ 393,0 milhões (23,9% dos financiamentos concedidos), alcançando 43,9% dos valores previstos para o segmento na Programação do FCO para 2016 (R\$ 894,4 milhões).

As contratações no âmbito do Pronaf proporcionaram a geração de aproximadamente 32 mil empregos diretos, com destaque para a Linha Pronaf com 6.625 operações contratadas, atingindo o valor de R\$ 390,4 milhões (99,4% dos financiamentos realizados no Programa).

O bom desempenho das Linhas em apoio à agricultura familiar se deve à busca constante pela contratação de um maior número de operações com recursos do Fundo, bem como ao atendimento das prioridades de aplicação dos recursos do FCO.



- b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, de alianças mercadológicas e de arranjos produtivos locais, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:**

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, no 1º semestre de 2016 estima-se em 208,3 mil o número total de empregos gerados e/ou mantidos na região (78,5 mil diretos e 129,8 mil indiretos).

Se considerado o período de 1989, data de início dos financiamentos do FCO, até junho de 2016, estima-se que o número de empregos gerados e/ou mantidos no Centro-Oeste, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa a 6.269,8 mil.

Apresentamos a seguir, exemplos de projetos que atendem à prioridade:

Agência: 0377

Nº Operação: 4007726

Valor da Operação: R\$ 1.397.450,00

Finalidade: Aquisição colheitadeira, plataforma de corte, pulverizador e distribuidor de adubo

Município: Formosa - GO

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Modernização para buscar alta produtividade, com maior geração de receita para a região

Empregos gerados ou mantidos: 42 empregos

Agência: 0269

Nº Operação: 4003196

Valor da Operação R\$163.419,30

Finalidade: Construção de residência/moradia rural para funcionários

Município: Brasilândia - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Moradia, bem estar e manutenção de emprego e renda na área/atividade rural

Empregos gerados ou mantidos: 16 empregos

Agência: 7084

Nº Operação: 4001088

Valor da Operação: R\$ 963.913,92

Finalidade: Construção de estrutura de confinamento para engorda de bovinos

Município: Itaquiraí - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Criação de empregos diretos (trabalhadores rurais para o empreendimento) e empregos temporários (para construção da estrutura), além de agregar tecnologia no manejo da bovinocultura.

Empregos gerados ou mantidos: 15 empregos



Agência: 1881
Nº Operação: 4005336
Valor da Operação R\$ 1.767.870,52
Finalidade: Eucalipto/Reflorestamento
Município: Ribas do Rio Pardo - MS
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Criação e manutenção de emprego e renda na área/atividade rural
Empregos gerados ou mantidos: 10 empregos diretos e 50 indiretos

Agência: 2340
Nº Operação: 4001546
Valor da Operação R\$ 599.900,00
Finalidade: Pastagem e outros melhoramentos
Município: Nioaque - MS
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Criação e manutenção de emprego e renda na área/atividade rural
Empregos gerados ou mantidos: 2 empregos diretos e 2 indiretos

Agência: 1881
Nº Operação: 4005353
Valor da Operação R\$ 3.442.824,05
Finalidade: Pastagem
Município: Rio Brilhante - MS
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Criação e manutenção de emprego e renda na área/atividade rural
Empregos gerados ou mantidos: 8 empregos diretos e 20 indiretos

Agência: 4896
Nº Operação: 4001214
Valor da Operação: R\$ 12.126.135,70
Finalidade: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
Município: Santo Afonso - MT
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Elevação da capacidade de apascentamento de gado nas regiões beneficiadas, melhora na qualidade de vida do trabalhador com a construção/reforma de 10 moradias, consolidação da cultura da soja na região, elevação da arrecadação com o aumento da receita/venda dos produtos (gado, soja e milho) e implantação, com êxito, de um novo modelo de gestão das propriedades agrícolas, não deixando ociosa a terra
Empregos gerados ou mantidos: 22 empregos diretos e 66 indiretos

c) projetos voltados para a conservação e a proteção do meio ambiente, a recuperação de áreas degradadas/alteradas, de reserva legal, de matas ciliares e/ou de preservação permanente, a recuperação de vegetação nativa e o desenvolvimento de atividades sustentáveis, bem como projetos de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF):

A Linha de Financiamento para a Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) tem como objetivo incentivar os projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis.



De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, a estimativa de aplicação de recursos do FCO no exercício, para o financiamento de projetos de conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis é de, no mínimo, 5% dos recursos previstos no exercício (R\$ 289,8 milhões).

No 1º semestre de 2016, foram contratadas 32 operações na modalidade Conservação da Natureza, no montante de R\$ 30,2 milhões e 2 operações na modalidade Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), no valor de R\$ 5,3 milhões, num total de 34 operações e R\$ 35,5 milhões aplicados, correspondendo a 12,2% do valor previsto para o exercício na Programação do FCO para 2016.

Quadro 22 – Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente

(R\$ mil)

UF	Conservação da Natureza		ILPF		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	5	814	-	-	5	814
GO	5	666	-	-	5	666
MS	16	26.269	2	5.294	18	31.564
MT	6	2.484	-	-	6	2.484
Total	32	30.233	2	5.294	34	35.527

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Cabe ressaltar que o Banco tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implantação de empreendimentos sustentáveis.

d) projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada e projetos que viabilizem a introdução de inovações tecnológicas nos sistemas produtivos, contemplando o apoio ao desenvolvimento tecnológico, implantação de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, aquisição de equipamentos, aquisição de licença de uso de tecnologias e processos, assim como o suporte às atividades de proteção do conhecimento (registro de marcas e patentes):

Um dos grandes desafios para qualquer atividade no segmento rural ou empresarial é manter-se competitiva num mercado de grande concorrência. É necessário otimizar a capacidade operacional, racionalizar os custos e ganhar escala de produção. Dentre as alternativas para o desenvolvimento de tais vantagens competitivas e sustentação de desempenho superior encontra-se o uso de tecnologias inovadoras.

Destacamos, a seguir, exemplos de investimentos financiados que atendem a essa prioridade:



Agência: 0377
Nº Operação: 4007726
Valor da Operação: R\$ 1.397.450,00
Finalidade: Aquisição colheitadeira, plataforma de corte, pulverizador e distribuidor de adubo
Município: Formosa - GO
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Modernização para buscar alta produtividade, com maior geração de receita para a região
Empregos gerados ou mantidos: 42 empregos

Agência: 3426
Nº Operação: 4017857
Valor da Operação: R\$ 4.216.740,80
Finalidade: Construção de aviário e aquisição de equipamentos
Município: Dourados - MS
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural - Convir
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região
Empregos gerados ou mantidos: 4 empregos diretos e 16 indiretos

Agência: 1147
Nº Operação: 4007155
Valor da Operação: R\$ 3.980.000,00
Finalidade: Construção de aviário e aquisição de equipamentos
Município: Dois Irmãos do Buriti - MS
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural - Convir
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região
Empregos gerados ou mantidos: 8 empregos diretos e 96 indiretos

Agência: 0302
Nº Operação: 4000914
Valor da Operação: R\$ 714.400,00
Finalidade: Aquisição de bovinos
Município: Itiquira - MT
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Modernização de técnicas de engorda e logística para abate e processamento, com incremento da rentabilidade
Empregos gerados ou mantidos: 7 empregos, diretos e indiretos

Agência: 4635
Nº Operação: 4000415
Valor da Operação: R\$ 900.000,00
Finalidade: Aquisição de bovinos – matrizes para a produção de carne
Município: Nova Xavantina - MT
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: O empreendimento contribui para geração de emprego e renda, a dinamização dos mercados, a redução das desigualdades lo-



cal e regional, difusão de novas tecnologias e o desenvolvimento no setor agropecuário
Empregos gerados ou mantidos: 03 empregos

Agência: 4896

Nº Operação: 4001214

Valor da Operação: R\$ 12.126.135,70

Finalidade: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

Município: Santo Afonso - MT

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Elevação da capacidade de apascentamento de gado nas regiões beneficiadas, melhora na qualidade de vida do trabalhador com a construção/reforma de 10 moradias, consolidação da cultura da soja na região, elevação da arrecadação com o aumento da receita/venda dos produtos (gado, soja e milho) e implantação, com êxito, de um novo modelo de gestão das propriedades agrícolas, não deixando ociosa a terra
Empregos gerados ou mantidos: 22 empregos diretos e 66 indiretos

e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em pólos turísticos:

O BB participa ativamente dos Fóruns Estaduais de Turismo realizados no Centro-Oeste e mantém presença constante nos eventos desse segmento, divulgando as Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e MGE, visando incrementar o volume de negócios no segmento.

No 1º semestre de 2016 foram contratados R\$ 7,3 milhões no âmbito dessa linha de financiamento, por meio de 20 operações.

Quadro 23 – Projetos do setor de turismo

(R\$ mil)					
Contratações	DF	GO	MS	MT	Total
Quantidade	1	5	3	11	20
%	5,0%	25,0%	15,0%	55,0%	100,0%
Valor	188,7	5.042,8	518,0	1.593,3	7.342,9
%	2,6%	68,7%	7,1%	21,7%	100,0%

Posição: 31.12.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

f) projetos da indústria, prioritariamente:

- as atividades industriais voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia produtiva da indústria de alimentos e bebidas, vestuário, mobiliário, metal-mecânico, editorial e gráfico, fármacos e químico, construção civil e tecnologia da informação e das áreas de desenvolvimento econômico; e
- as atividades industriais consideradas estratégicas para a consolidação de parques industriais.

Além da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial que tem como finalidade financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou realocização de empreendimentos industriais e agroindustriais, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima, os projetos abrangidos pela Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir), que tem como objetivo estimular a parceria entre produtores e unidades integradoras, de forma a garantir a comercialização da produção oriunda dos empreendimentos integrados



financiados pelo FCO, também contribuíram muito para apoio e expansão da indústria de alimentos no centro-oeste.

Destacamos, a seguir, exemplos de investimentos financiados que atendem a essa prioridade:

Agência: 4535

Nº das Operações: 4002457, 4002472, 4002473, 4002444, 4002448, 4002458, 4002487, 4002522, 4002523 e 4002555

Valor das Operações: R\$ 30.500.227,55

Finalidade: Construção de aviário e aquisição de equipamentos

Município: Mineiros - GO

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural - Convir

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 52 empregos diretos e 52 indiretos

Agência: 0918

Nº das Operações: 4001735 e 4001736

Valor das Operações: R\$ 2.399.910,76

Finalidade: Custeio de lavoura de soja

Município: Catalão - GO

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Criação de novos empregos no campo e na cidade e aumento de receita do produtor

Empregos gerados ou mantidos: 8 empregos diretos e 8 indiretos

Agência: 1147

Nº das Operações: 4007147, 4007169, 4007258 e 4007262

Valor das Operações: R\$ 14.448.000,00

Finalidade: Construção de aviário e aquisição de equipamentos

Município: Sidrolândia - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural - Convir

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 8 empregos diretos e 192 indiretos

Agência: 3426

Nº das Operações: 4017890 e 4018053

Valor das Operações: R\$ 5.171.582,00

Finalidade: Construção de aviário e aquisição de equipamentos

Município: Dourados - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural - Convir

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 8 empregos diretos e 32 indiretos



Agência: 2936
Nº Operação: 4007808
Valor da Operação: R\$ 742.347,28
Finalidade: Construção de depósito e outros investimentos (Suinocultura)
Município: Bandeirantes - MS
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, um forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor, aumento da tecnologia na região
Empregos gerados ou mantidos: 1 empregos diretos e 15 indiretos

Agência: 3929
Nº Operação: 4000543
Valor da Operação: R\$ 700.051,92
Finalidade: Construção de depósito e outros investimentos (Suinocultura)
Município: Bandeirantes - MS
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, um forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor, aumento da tecnologia na região
Empregos gerados ou mantidos: 2 empregos diretos e 15 indiretos

Agência: 4635
Nº Operação: 4000415
Valor da Operação: R\$ 900.000,00
Finalidade: Aquisição de bovinos – matrizes para a produção de carne
Município: Nova Xavantina - MT
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: O empreendimento contribui para geração de emprego e renda, ainda que indiretamente, dinamização dos mercados, redução das desigualdades local e regional, difusão de novas tecnologias e desenvolvimento no setor agropecuário
Empregos gerados ou mantidos: 03 empregos diretos

Agência: 4776
Nº Operação: 4000575
Valor da Operação: R\$ 600.000,00
Finalidade: Aquisição de matrizes bovinas
Município: Água Boa - MT
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Melhoramento genético das matrizes na região
Empregos gerados ou mantidos: Manutenção dos empregos já existentes



g) projetos dos setores comercial e de serviços:

- as atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos pólos agroindustriais e industriais;
- a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações etc.);
- a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares;
- a instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino, de aperfeiçoamento profissional e de prática de esportes; e
- o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços defasados tecnologicamente e que necessitem de modernização.

Como todas as atividades econômicas no país, os setores comercial e de serviços vem passando por intenso processo de modernização, buscando gerar empregos e ofertar mercadorias de qualidade a preços competitivos.

Atento a esta realidade, o FCO oferta recursos através da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, que tem como finalidade financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou realocação de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, capital de giro associado, aquisição de insumos e formação de estoques para vendas.

Segundo a Nota 2 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, a assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a região.

No 1º semestre de 2016, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 71,9 milhões, correspondentes a 4,3% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 1.672,2 milhões).

Quadro 24 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços

		(R\$ mil)				
		DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício	(a)	565.094	420.198	266.742	420.198	1.672.231
Contratado no 1º semestre de 2016	(b)	19.074	20.419	14.540	17.883	71.916
% de Atingimento	(b/a)	3,4%	4,9%	5,5%	4,3%	4,3%

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB e Programação do FCO para 2016 atualizada em 29.03.2016

De acordo com as observações da Nota 2 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2016, a assistência aos setores de serviços de saúde será no mínimo de 20% dos recursos previstos em cada UF para os setores comercial e de serviços.

A seguir estão demonstradas as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviços de saúde, realizadas no 1º semestre de 2016.



Quadro 25 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviço de saúde

		(R\$ mil)				
		DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos com. e serv. no exercício	(a)	565.094	420.198	266.742	420.198	1.672.231
Limite para assist. serviços de saúde no exercício	(b)	113.019	84.040	53.348	84.040	334.446
Contratado no 1º semestre de 2016	(c)	9.137	32.506	9.803	21.249	72.695
% de Atingimento	(c/b)	8,1%	38,7%	18,4%	25,3%	21,7%

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB e Programação do FCO para 2016 atualizada em 29.03.2016 e Informações da Diretoria Soluções de Atacado

h) projetos de apoio a empreendimentos não-governamentais de infraestrutura em abastecimento de água;

Não foram contratadas operações em atendimento à prioridade no 1º semestre de 2016.

i) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada e para o armazenamento e a distribuição de água, bem como projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca e da aquicultura:

A linha de financiamento à agropecuária irrigada tem como objetivo desenvolver a agropecuária irrigada no centro-oeste, financiando a irrigação e a drenagem agrícolas de forma a garantir produção nos períodos de safra e entressafra, obtenção de produtos de qualidade, comercialização oportuna e sustentabilidade ambiental dos empreendimentos financiados pelo Fundo.

De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, a estimativa de aplicação dos recursos o FCO, no exercício de 2016, para o financiamento de projetos de irrigação é de no mínimo 2% dos recursos previstos no exercício (R\$115,9 milhões).

No 1º semestre de 2016 foram contratadas 8 operações no valor de R\$ 3,7 milhões, que equivale a 3,2% das estimativas de aplicações dos recursos nessa Linha para o exercício de 2016.

Na linha de financiamento de apoio ao desenvolvimento da aquicultura (Proaqua) foi contratada uma operação no valor de R\$ 500,0 mil. Já na linha de financiamento de apoio ao desenvolvimento da pesca não houve contratações no período.

Cabe ressaltar que o Banco tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes do desenvolvimento da agropecuária irrigada a fim de dinamizar as contratações em atendimento à prioridade.



- j) projetos que apoiem a criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra e inter-regionais de renda:

Não foram contratadas operações em atendimento à prioridade no 1º semestre de 2016.

- k) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a PNDR:

- municípios da Faixa de Fronteira;
- municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
- municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
- municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, a exemplo dos municípios do Nordeste e do Oeste Goiano.

O Quadro a seguir apresenta as quantidades e os volumes contratados em atendimento a essas prioridades no 1º semestre de 2016:

Quadro 26 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais

Espaços Prioritários	Qtde	Valor Contratado	R\$ milhões	
			Valor Previsto para 2016	% de atingimento
Municípios da Faixa de Fronteira	2.322	336,3	1.124,4	29,9
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	1.877	212,0	492,6	43,0
Municípios de economia estagnada ou dinâmica	9.427	1.102,5	3.303,6	33,4
Municípios Goianos integrantes da Ride	393	68,3	168,1	40,6

Posição: 30.06.2016

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

- l) projetos que utilizem fontes alternativas de energia, contribuindo para a diversificação da base energética, observada a vedação de que trata o inciso I do art. 6º da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, Seção 1, pp. 82-83, e alterada pela Portaria MI n.º 71, de 20.04.2016, publicada no DOU de 25.04.2016, Seção 1, p. 27.:

Não foram contratadas operações em atendimento à prioridade no 1º semestre de 2016.

**5.2 Atendimento às Diretrizes e Prioridades do Fundo**

Para avaliação dos resultados e impactos do FCO, o Banco do Brasil utiliza indicadores e metas de gestão de desempenho, definidas por meio da Resolução Condel/Sudeco nº 43, de 29.12.2015, conforme descrito a seguir.

Quadro 27 – Indicadores e metas de gestão de desempenho

INDICADORES QUANTITATIVOS DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL			
Alínea	Indicador	Metas 2016	Realizado
a.1)	Índice de Contratações com Menor Porte	51,0%	72,4%
a.2)	Índice de Operações com Novos Beneficiários	20,0%	31,1%
a.3)	Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios	57,0%	67,1%
a.4)	Índice de Desconcentração do Crédito	R\$ 130.000	R\$ 129.846
a.5)	Índice de Cobertura das Contratações no Exercício	100,0%	94,2%
a.6)	Índice de Contratações nos Municípios da Faixa de Fronteira	17,5%	20,5%
INDICADORES QUANTITATIVOS DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO ADMINISTRADOR DO FUNDO			
Alínea	Indicador	Metas 2016	Realizado
b.1)	Índice de Aplicação	90,0%	40,8%
b.2)	Índice de Inadimplência	1,0%	0,5%
b.3)	Índice de Contratações por UF	DF	19,0%
		GO	29,0%
		MT	29,0%
		MS	23,0%
b.4)	Índice de Contratações nas Atividades de Comércio e Serviços	30,0%	1,4%

Posição: 30.06.2016

Fonte: Caderno de Informações Gerencias



6. Gestão do Fundo pelo Banco Operador

6.1 Formação de Alianças Institucionais

A relacionamento do BB com o Ministério da Integração Nacional, Condel/Sudeco, Governos Estaduais e do Distrito Federal, e outros parceiros, tem sido de grande relevância e tem contribuído para a implantação de ações que objetivam melhorar a divulgação do FCO e tornar mais efetiva a aplicação dos recursos do Fundo. Destacamos a seguir algumas dessas ações realizadas nos estados no 1º semestre de 2016:

- participação no I Seminário do Programa Terra Boa do Governo do MS, que visa a recuperação de pastagens degradadas;
- assinatura de termo de cooperação realizado com Federações do Comércio e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae do Estado de MS;
- participação em feiras e exposições, com palestras e apresentações para a divulgação das linhas de crédito;
- articulação junto a entidades de classe, federações e associações para promover a divulgação das Linhas do FCO, para capacitar as empresas de assistência técnica, agilizar o fluxo de cartas consultas e melhorar a operacionalização das propostas.

6.2 Ações Realizadas com a Finalidade de Estimular o Atendimento

Objetivando atender às diretrizes e prioridades previstas, diversas ações tem sido desenvolvidas pelo Banco com o intuito de contribuir para o fomento das atividades produtivas e o desenvolvimento regional. Dentre elas podemos destacar:

- disseminação de informações sobre as linhas de financiamento com recursos do FCO, junto às entidades de classe, federações e associações;
- prestação de atendimento especializado às demandas de propostas priorizadas pelos CDEs;
- prospecção de operações de investimento junto à rede de agências;
- treinamento junto à rede visando melhor aproveitamento dos recursos, além do melhor direcionamento das linhas e programas do FCO;
- reuniões com empresas de consultoria e assistência técnica para a disseminação de informações sobre as linhas do FCO;
- participação nas reuniões ordinárias dos CDEs para a prestação de contas sobre o desempenho nas aplicações do FCO.



7. Perfil da Carteira

7.1 Composição da Carteira

O Quadro a seguir apresenta o saldo da carteira de operações do FCO, no 1º semestre de 2016, distribuída por Programa e Unidade Federativa.

Quadro 28 – Saldos por programa e UF

(R\$ mil)

Programas	DF	GO	MS	MT	Total
Empresarial	1.315.769	2.751.757	1.808.803	2.219.133	8.095.462
Industrial	154.523	1.322.461	812.836	677.856	2.967.676
Infraestrutura	74.845	394.760	87.791	512.033	1.069.429
Turismo	218.062	239.096	150.442	222.125	829.725
Comercio e Serviços	868.339	795.439	757.735	807.119	3.228.632
Rural	630.591	4.729.365	3.668.898	4.798.363	13.827.218
Prona-RA e Pronaf Demais	51.988	1.004.639	409.697	1.536.191	3.002.515
Demais Rurais	578.603	3.724.726	3.259.201	3.262.172	10.824.702
Total Geral	1.946.360	7.481.122	5.477.702	7.017.496	21.922.680

Posição: 30.06.2016

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

Os saldos das operações rurais, no montante R\$ 13.827,2 milhões, correspondem a 63,1% da carteira de financiamentos do FCO. A carteira do setor empresarial apresenta o montante de R\$ 8.095,5 milhões, equivalente a 36,9% do total dos financiamentos do Fundo. No Programa de FCO Empresarial, a Linha de Financiamento de Comércio e Serviços destaca-se com saldo de R\$ 3.228,6 milhões aplicados, enquanto no Programa de FCO Rural, as demais linhas de financiamentos rurais encerraram o 1º semestre de 2016 com R\$ 10.824,7 milhões aplicados.

A distribuição da carteira de financiamentos do FCO, em relação ao porte dos beneficiários, está demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 29 – Saldos por porte e UF

(R\$ mil)

Porte	DF	GO	MS	MT	Total	%
Grande	296.834	1.873.439	1.433.966	1.623.478	5.227.717	23,8
Médio	342.737	1.185.622	823.311	1.193.764	3.545.434	16,2
Pequeno-médio	327.184	589.486	792.935	681.831	2.391.436	10,9
Pequeno	882.870	3.068.956	2.025.133	3.003.175	8.980.134	41,0
Mini/Micro	95.844	762.756	401.451	515.112	1.775.163	8,1
EI	890	862	906	137	2.795	0,0
Total	1.946.360	7.481.122	5.477.702	7.017.496	21.922.680	100,0

Posição: 30.06.2016

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

No 1º semestre de 2016, os negócios com os tomadores de grande e médio porte respondem por 40,0% dos saldos da carteira (R\$ 8.773,2 milhões) e os financiamentos com os tomadores de menor porte respondem por 60,0% (R\$ 13.149,5 milhões).



Com a edição da MP n.º 2.196/2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco dos financiamentos contratados até 30.11.1998 foi assumido pelo FCO. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de financiamento em seu nome próprio e com risco exclusivo.

Em decorrência desse dispositivo legal, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar os seguintes grupamentos de riscos:

- a) operações contratadas até 30.11.1998: risco integral do FCO;
- b) operações contratadas entre 01.12.1998 e 30.06.2001: risco compartilhado entre FCO e BB; e
- c) operações contratadas a partir de 01.07.2001: risco integral do BB, incluindo também as operações de repasse para outras Instituições Operadoras.

No grupamento de risco integral do FCO, estão também incluídas as operações contratadas ao amparo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (PAPRA), cujo risco originalmente assumido pelo Procefa foi assumido pelo FCO por meio da Lei nº 13.001 de 20.06.2014, em seu parágrafo 4º do artigo 8º.

Além disso, tendo em vista as determinações das políticas internas do Banco do Brasil, são contratadas no grupamento de risco integral do FCO, as operações do Pronaf Reforma Agrária (Pronaf RA).

O Quadro a seguir apresenta a distribuição da carteira por modalidade de risco ao final do 1º semestre de 2016, na qual se observa que quase a totalidade da carteira de financiamentos do FCO foi contratada com risco integral do BB:

Quadro 30 – Carteira por risco de crédito

(R\$ mil)		
Detentor do Risco	Saldo da Carteira	(%)
Banco do Brasil	21.507.213	98,1
Compartilhado	4.972	0,0
FCO	410.495	1,9
Total	21.922.680	100,0

Posição: 30.06.2016

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

7.2 Índices de Inadimplência

A inadimplência (relação entre as parcelas dos financiamentos em atraso e o saldo da carteira total) observada ao final do 1º semestre de 2016 foi de 0,6%, um pouco acima do valor observado ao final do exercício de 2015 (0,5%).

Os três Quadros a seguir apresentam o saldo da carteira segregado em operações vencidas e vincendas ao final do 1º semestre de 2016, por UF, programa e risco:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 31 – Saldos vincendos e vencidos

(R\$ mil)

Situação	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	Total	%
Vincendo	1.922.561	98,8	7.448.404	99,6	5.447.799	99,5	6.980.354	99,5	21.799.117	99,4
Vencido	23.799	1,2	32.718	0,4	29.903	0,5	37.143	0,5	123.563	0,6
Total	1.946.360	100,0	7.481.122	100,0	5.477.702	100,0	7.017.496	100,0	21.922.680	100,0

Posição: 30.06.2016

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

Proporcionalmente aos valores financiados em cada UF, o DF registrou o maior percentual de parcelas em atraso, 1,2%. O Estado de GO, com 0,4% de valores vencidos, apresentou a menor percentual de saldo em atraso.

Quadro 32 – Saldos vincendos e vencidos por Programas

(R\$ mil)

Programas	Saldo da Carteira			% Vencidas
	Vincendas	Com Parcelas Vencidas	Total	
Empresarial	8.036.484	58.978	8.095.462	0,7
Industrial	2.942.307	25.369	2.967.676	0,9
Infraestrutura Econômica	1.068.374	1.055	1.069.429	0,1
Turismo	821.218	8.507	829.725	1,0
Comércio Serviços	3.204.586	24.046	3.228.632	0,7
Rural	13.762.633	64.585	13.827.218	0,5
Pronaf RA	229.629	5.906	235.535	2,5
Pronaf Demais	2.748.854	18.136	2.766.989	0,7
Demais Rurais	10.784.150	40.543	10.824.694	0,4
Total Geral	21.799.117	123.563	21.922.680	0,6

Posição: 30.06.2016

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

Nos Programas de Financiamento, a Linha do Pronaf RA registrou o maior percentual de parcelas em atraso, 2,5%. Já a Linha de Infraestrutura Econômica com 0,1% de valores vencidos, apresentou a menor proporção de saldos em atraso.

Quadro 33 – Inadimplência por Risco (por parcelas)

(R\$ mil)

Risco de crédito	Vincendo	Vencido	Total	(%) Atraso
Risco BB	21.393.737	113.476	21.507.213	0,5
Risco FCO	400.526	9.968	410.495	2,4
Risco Compartilhado	4.854	119	4.972	2,4
Total	21.799.117	123.563	21.922.680	0,6

Posição: 30.06.2016

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

A carteira com o maior índice de atraso (Risco 100% do FCO), além de representar apenas 1,9% do total da carteira de financiamentos do FCO, é composta, em sua maioria, por estoque de operações remanescentes, apresentando novas contratações apenas no Pronaf RA, conforme descrito no item 7.1.



7.3 Composição da Conta de Provisão

O FCO apura os riscos incidentes sobre a carteira de financiamentos e efetua o provisionamento em seus Balancetes conforme a seguir:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Para apuração do risco de crédito o FCO adota os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que considera a classificação das operações de acordo com o risco da operação e as faixas de atraso, conforme faculta a Portaria Interministerial MF/MI nº 11, no parágrafo único do art. 3º, de 28 de dezembro de 2005, publicada no DOU de 23 de janeiro de 2006.

A base de cálculo dessa provisão considera o saldo devedor das operações, incluídos os encargos a capitalizar e excluídas as rendas a apropriar de operações com atraso superior a 60 dias.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no 1º semestre de 2016, ficou assim distribuída:

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(25.403)	(79.422)
Reversão/(Constituição)	(8.945)	11.951
Transferência para prejuízo - risco FCO	11.515	42.068
Saldo final	(22.833)	(25.403)

No 1º semestre de 2016 foi transferido para prejuízo o montante de R\$ 11,5 milhões referentes às operações de financiamentos com risco integral do Fundo e com risco compartilhado. A movimentação de operações baixadas para prejuízo no 1º semestre de 2016, por risco ficou assim distribuída:

Risco	R\$ mil					
	Valores de perdas do 1º Semestre/2016			Valores de perdas do 1º Semestre/2015		
	Transferidos	Assumidos		Transferidos	Assumidos	
	Total	BB	FCO	Total	BB	FCO
BB	171.427	171.427	--	145.008	145.008	--
Compartilhado	--	--	--	2.224	1.112	1.112
FCO	11.515	--	11.515	33.723	--	33.723
Total	182.942	171.427	11.515	180.955	146.120	34.835

b) Provisão para Rebates sobre Encargos

A Provisão para Rebates sobre Encargos é constituída com base nos saldos devedores das operações do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (PAPRA), capital e encargos financeiros, cujos rebates correspondem a 50%. Para as operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujos beneficiários são os agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, a provisão corresponde a 40% sobre os saldos devedores de capital desses financiamentos.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

A Provisão para Rebates sobre Encargos encerrou o 1º semestre de 2016 com o saldo de R\$ 83,8 milhões (R\$ 79,7 milhões ao final de 2015), conforme demonstrado abaixo:

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(79.741)	(57.644)
Utilização	7.958	24.549
Reversão/(Complemento)	(12.052)	(46.646)
Saldo final	(83.835)	(79.741)

c) Provisão para Bônus de Adimplência

A Provisão para Bônus de Adimplência, é constituída com base nos saldos de encargos financeiros relativos às operações contratadas, renegociadas ou repactuadas com os encargos prefixados estabelecidos na MP nº 2.035-28, de 21 de dezembro de 2000, convertida na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. A Resolução CMN nº 4.470 de 14 de março de 2016 fixou em 15% a concessão de bônus aos mutuários que realizaram o pagamento da parcela da dívida até a data do respectivo vencimento.

A provisão para bônus de adimplência encerrou o 1º semestre de 2016 com o saldo de R\$ 237,7 milhões (R\$ 230,5 milhões ao final de 2015), conforme demonstrado abaixo:

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(230.532)	(230.679)
Utilização	69.832	140.120
Reversão/(Complemento)	(76.976)	(139.973)
Saldo final	(237.676)	(230.532)

d) Provisão para Dispensa de Correção Monetária

A provisão para Dispensa de Correção Monetária é constituída com base nos saldos das rubricas de encargos a capitalizar das operações renegociadas com base na Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002 e corresponde aos descontos relativos à variação do preço mínimo do produto vinculado à operação. Os encargos dessas operações são capitalizados e exigíveis anualmente.

A provisão para dispensa de correção monetária encerrou o 1º semestre de 2016 com o saldo de R\$ 89,9 milhões (R\$ 88,3 milhões ao final de 2015), conforme demonstrado abaixo:

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(88.316)	(100.969)
Utilização	2.280	16.782
Reversão/(Complemento)	(3.886)	(4.129)
Saldo final	(89.922)	(88.316)

Handwritten signature and initials in blue ink.



7.4 Renegociação de dívidas

De acordo com a Programação do FCO para 2016, o Banco poderá aplicar, caso a caso, a prerrogativa de reprogramação de dívida no âmbito do FCO Empresarial, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove a incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldades de produção e/ou comercialização dos seus produtos e/ou serviços, decorrentes de fatores alheios à sua gestão.

No 1º semestre de 2016, no âmbito do FCO Empresarial, foram reprogramados R\$ 27,0 milhões em operações (R\$ 7,2 milhões no exercício de 2015).

Em relação ao FCO Rural, nos termos do Manual de Crédito Rural (MCR), capítulo 2, sessão 6, o Banco poderá aplicar a prerrogativa de prorrogação de dívida, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldade de comercialização dos produtos, de frustração de safras por fatores adversos ou de eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

Nessas condições, no 1º semestre de 2016 foram prorrogados R\$ 11,5 milhões em operações frente à R\$ 72,1 milhões durante o ano de 2015.

A
J
C
D



8. Demonstração do Resultado

8.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

Quadro 34 – Demonstração do Fluxo de Caixa do exercício

(R\$ mil)

	1º Sem/2016	1º Sem/2015
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Rendas sobre valores disponíveis	104.990	39.384
Recebimentos de operação de crédito/retorno	2.699.457	1.321.333
Perdas - risco do Banco do Brasil	171.427	146.120
Despesas com auditoria externa	(23)	(20)
Transferências para recursos aplicados - operações de crédito	(1.750.818)	(2.562.235)
Recuperação de crédito - risco Banco do Brasil	(240)	(27.309)
Retornos de compensação	21.518	9.406
Contratações operações Pronaf	(36.183)	(29.845)
Remuneração BB - taxa de administração	175	19.509
Despesa de del credere	(540.347)	(1.762)
Taxa de performance - Pronaf	(251)	(772)
Taxa de administração - Pronaf	(2.612)	--
Despesa de ressarcimento de bônus	(68.668)	--
CAIXA UTILIZADO PELAS OPERAÇÕES	598.425	(1.086.191)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências do Tesouro Nacional	1.156.763	1.173.639
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.156.763	1.173.639
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.755.188	87.448
Início do período	486.677	254.955
Fim do período	2.241.865	342.403
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.755.188	87.448

Posição: 30.06.2016

Fonte: Demonstrações Contábeis do 1º Sem/2016

8.2 Demonstração das Receitas e Despesas do Fundo

No 1º semestre de 2016, o FCO apropriou receitas no montante de R\$ 785,3 milhões, 24,8% superior ao 1º semestre de 2015 (R\$ 629,4 milhões) e contabilizou despesas no montante de R\$ 747,4 milhões, 12,4% superior ao 1º semestre de 2015 (R\$ 665,2 milhões).

Com isso, o FCO apresentou um superávit de R\$ 37,9 milhões ao final do 1º semestre de 2016, resultando na melhora do resultado do Fundo em comparação ao 1º semestre de 2015, quando fechou com um déficit de R\$ 35,8 milhões, conforme o Quadro a seguir:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 35 – Demonstração de Resultado do exercício

(R\$ mil)		
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
RECEITAS OPERACIONAIS	785.283	629.418
Rendas de operações de crédito	679.250	588.164
Rendas sobre valores disponíveis	104.990	40.743
Receita de atualização monetária	27	511
Reversão de provisão para obrigação com o Procerá	1.016	--
DESPESAS OPERACIONAIS	(747.406)	(665.207)
Despesas de Provisões	(101.859)	(100.460)
Provisão para bônus de adimplência	(76.976)	(72.597)
Provisão para rebates sobre encargos	(12.052)	(17.891)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.945)	(6.278)
Provisão para dispensa de correção monetária	(3.886)	(3.694)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(645.547)	(564.747)
Despesas com taxa de administração	(2.595)	(5.173)
Despesas com del credere	(642.679)	(558.874)
Outras despesas	(273)	(700)
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO SEMESTRE	37.877	(35.789)

Posição: 30.06.2016

Fonte: Demonstrações Contábeis do 1º Sem/2016

No período em análise, as receitas provenientes de rendas das operações de crédito no montante de R\$ 679,3 milhões responderam por 86,5% do total das receitas operacionais do Fundo no semestre.

A título de *del credere* do agente financeiro, em função do risco de crédito assumido nas operações, o FCO registrou no 1º semestre de 2016 o valor de R\$ 642,7 milhões. A cobrança do *del credere* está regulamentada no § 4º inciso II do Art. 9º-A da Lei 7.827, de 27.09.1989 e respondeu por 86,0% do total de despesas operacionais do Fundo no semestre.

8.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Quadro 36 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do exercício

(R\$ mil)				
EVENTOS	Transferências de Exercícios Anteriores	Transferências do Semestre	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2014	16.244.865	2.026.261	2.235.649	20.506.775
Incorporação das transferências de exercícios anteriores	2.026.261	(2.026.261)	--	--
Transferências do Tesouro Nacional	--	1.173.639	--	1.173.639
Superávit / (Déficit) do semestre	--	--	(35.789)	(35.789)
Saldos em 30.06.2015	18.271.126	1.173.639	2.199.860	21.644.625
Mutações do Semestre	2.026.261	(852.622)	(35.789)	1.137.850
Saldos em 31.12.2015	18.271.126	2.131.594	2.198.055	22.600.775
Incorporação das transferências de exercícios anteriores	2.131.594	(2.131.594)	--	--
Transferências do Tesouro Nacional	--	1.156.763	--	1.156.763
Superávit / (Déficit) do semestre	--	--	37.877	37.877
Saldos em 30.06.2016	20.402.720	1.156.763	2.235.932	23.795.415
Mutações do Semestre	2.131.594	(974.831)	37.877	1.194.640

Posição: 30.06.2016

Fonte: Demonstrações Contábeis do 1º Sem/2016



9. Situação da Demanda de Crédito

No 1º semestre de 2016, das 15.530 propostas acolhidas no BB, 12.652 foram contratadas e 2.878 ainda não foram passíveis de atendimento pela instituição (propostas em andamento), resultando num percentual de atendimento de 81,5%.

Quadro 37 – Propostas Acolhidas por UF

(R\$ mil)

Situação das propostas	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Valor	Qtde	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Contratadas	475	88.840	5.758	643.486	2.712	343.287	3.707	567.193	12.652	1.642.807
Não Atendidas	250	72.107	1.254	380.124	465	142.736	909	366.868	2.878	961.834
Total	725	160.947	7.012	1.023.610	3.177	486.023	4.616	934.061	15.530	2.604.641

Posição: 30.06.2016

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Soluções Atacado do BB

O Quadro a seguir apresenta as propostas acolhidas distribuídas por Programa e Porte:

Quadro 38 – Propostas Acolhidas por Programa e Porte

(R\$ mil)

UF	Contratadas		Em Andamento		Total de Propostas	
Sector/Programa	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Qtde.
Empresarial	360	116.069	1.278	396.139	1.638	512.208
Industrial	37	15.327	196	121.871	233	137.198
Infraestrutura	8	21.483	17	6.126	25	27.609
Turismo	20	7.343	71	21.849	91	29.192
Com e Serviços	295	71.916	994	246.292	1.289	318.208
Rural	12.292	1.526.738	1.600	565.696	13.892	2.092.434
Pronaf Demais e Pronaf RA	7.016	392.956	435	32.998	7.451	425.954
Demais Rurais	5.276	1.133.782	1.165	532.698	6.441	1.666.480
Total	12.652	1.642.807	2.878	961.834	15.530	2.604.641

Sector/Porte	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	360	116.069	1.278	396.139	1.638	512.208
Grande	1	19.546	17	62.344	18	81.890
Médio	33	21.549	72	57.383	105	78.932
Peq-médio	34	20.840	214	95.903	248	116.742
Pequeno	262	46.779	886	172.735	1148	219.514
Mini/Micro	25	7.321	78	7.661	103	14.982
EI	5	35	11	113	16	148
Rural	12.292	1.526.738	1.600	565.696	13.892	2.092.434
Grande	205	104.186	10	15.420	215	119.606
Médio	893	308.643	66	71.493	959	380.136
Pequeno-médio	415	155.511	262	149.792	677	305.303
Pequeno	9.440	795.702	596	246.332	10036	1.042.035
Mini/Micro	1.339	162.696	666	82.658	2005	245.354
Total	12.652	1.642.807	2.878	961.834	15.530	2.604.641

Posição: 30.06.2016

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Soluções Atacado do BB



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

No 1º semestre de 2016, as Linhas de Financiamentos do Pronaf foram responsáveis pelo maior percentual de atendimento em relação às propostas acolhidas, ou seja, das 7.451 propostas acolhidas, foram contratadas 7.016 operações (94,2%).

No que diz respeito ao porte, os tomadores de menor porte foram os que tiveram o maior percentual de atendimento em relação às propostas acolhidas, ou seja, foram contratadas 11.520 operações, 80,9% das 14.233 propostas acolhidas com esse segmento.

As atividades do setor rural atenderam 88,5% das propostas apresentadas (13.892), enquanto que o setor empresarial foi responsável pelo atendimento de 22,0% das propostas apresentadas (1.638).

Os Quadros a seguir apresentam a distribuição das 2.878 propostas em andamento no 1º semestre de 2016:

Quadro 39 – Estágio das propostas em andamento por UF

(R\$ mil)

UF	Carta Consulta em Análise		Projeto em Elaboração		Propostas em Análise		Pendente de Documentação		Em Contratação		Total de Propostas em Andamento	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	56	22.431	72	18.470	72	22.313	43	7.650	7	1.243	250	72.107
GO	255	87.466	315	89.609	370	117.947	286	77.267	28	7.835	1.254	380.124
MS	77	27.304	89	24.891	125	57.975	154	31.521	20	1.044	465	142.736
MT	148	75.855	190	70.886	309	156.404	243	57.861	19	5.861	909	366.868
Total	536	213.056	666	203.856	876	354.639	726	174.299	74	15.984	2.878	961.834

Posição: 30.06.2016

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Soluções Atacado do BB

Quadro 40 – Estágio das propostas em andamento por Programa

(R\$ mil)

Programas	Carta Consulta em Análise		Projeto em Elaboração		Propostas em Análise		Pendente Documentação		Em Contratação		Total de Propostas em Andamento	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	317	137.386	290	64.824	384	115.099	261	72.943	26	5.887	1.278	396.139
Industrial	49	48.060	43	18.978	59	14.205	40	37.489	5	3.138	196	121.871
Infraestrutura	3	876	2	954	9	3027	3	1269	-	-	17	6126
Turismo	15	6.089	16	5.615	24	7.562	14	2.409	2	175	71	21.849
Com. e Serviços	250	82361	229	39277	292	90306	204	31775	19	2574	994	246292
Rural	219	75.670	376	139.032	492	239.540	465	101.356	48	10.097	1.600	565.696
Pronaf Demais e Pronaf RA	47	3.435	46	5.003	106	9.938	210	13.802	26	819	435	32.998
Demais Rurais	172	72235	330	134028	386	229602	255	87554	22	9278	1.165	532698
Total	536	213.056	666	203.856	876	354.639	726	174.299	74	15.984	2.878	961.834

Posição: 30.06.2016

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Soluções Atacado do BB



10. Auditoria Independente conforme Lei 7.827/89, art. 20, §§ 4º e 5º

O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis de 30.06.2016 encontra-se em anexo.

11. Plano de Providências sobre as Recomendações do MI

Na Resolução Condel/Sudeco nº 50, de 06.07.2016, que aprovou o Relatório do Exercício de 2015, juntamente com o Parecer Conjunto nº 009/CGAC/DFRP/SFRI/MI, de 07.07.2016, foram feitas as seguintes recomendações ao Banco do Brasil:

a) Resolução Condel/Sudeco nº 50, de 06.07.2016:

Recomendação: ao Banco do Brasil S.A., ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que, em articulação com os Governos Estaduais e do Distrito Federal e com os Administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, enviem esforços para:

- estabelecer metas e indutores de comportamento para as agências incrementarem as contratações em municípios de tipologia "estagnada" e "dinâmica", de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Condel (item 3.1 do Parecer Condel/Sudeco nº 7/2016); e
- adotar medidas objetivando a indução de novas operações, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades definidas nos normativos em vigor (alíneas "c" e "h" do item 6.1 do Parecer Condel/Sudeco nº 7/2016 - projetos voltados para preservação e recuperação do meio ambiente e que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada).

b) Parecer nº 009/CGAC/DFRP/SRFI/MI, de 07.07.2016:

Recomendação: ao Banco do Brasil S.A., para que:

- intensifique esforços para atingir o cumprimento da aplicação mínima de 15% por UF no Distrito Federal; e
- em articulação com os Governos dos Estados e com os demais Administradores do FCO, definidos pela Lei nº 7.827/89, intensifique esforços para incrementar as contratações em municípios de tipologia "estagnada" e "dinâmica", por meio da realização de reuniões itinerantes.

Para o atendimento dessas recomendações, o Banco elaborou Plano de Providências encaminhado ao MI e a Sudeco, no qual ficou de implementar a providência abaixo:

a) realizar, em conjunto com o MI, Sudeco e Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e Distrito Federal por ocasião das reuniões para formulação de proposta para a Programação Anual do FCO para o ano de 2017, debates sobre os mecanismos de financiamento do desenvolvimento regional, bem como análise acerca das causas da baixa aplicação dos recursos estimados para:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

- os municípios de economia estagnada e dinâmica;
- o Distrito Federal e os municípios Goianos da Ride;
- os projetos voltados para preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas; e
- os projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada.

- b) a partir do diagnóstico, criar mecanismos, em conjunto com o MI, Sudeco, Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e Distrito Federal e Instituições Financeiras Operadoras de Repasse, que viabilizem o incremento nas contratações de operações de crédito no âmbito dos Programas e Linhas do FCO, de forma a atingir os percentuais definidos pelo Condel/Sudeco, principalmente, com o fortalecimento de parcerias com Ministérios representados no Condel/Sudeco, Prefeituras Municipais, Sebrae, Embrapa, empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa, entidades de classe e representantes do Setor Produtivo.
- c) dar continuidade às ações de divulgação dos objetivos e benefícios dos Programas e Linhas de Financiamento do FCO, tais como: Caravana do FCO, divulgação do FCO em reuniões e eventos internos e externos, utilização dos veículos de comunicação interna do BB com a rede de agências, participação em feiras, exposições e reuniões específicas com potenciais tomadores e suas entidades representativas.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2016

Diretoria de Governo

João Pinto Rabelo Junior
Diretor

Vagner Roberto Ribeiro
Gerente Executivo

Jocelino Rodrigues de Ávila
Gerente de Divisão

Daniela Félix Matiuazo
Assessora

#confidencial

Publicação

FCO

Balanço do 1º Semestre/2016



BALANÇO PATRIMONIAL

		Em milhares de Reais	
ATIVO		30.06.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		6.450.367	4.970.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	(Nota 4.a)	2.241.865	486.677
Devedores Por Repasses		4.208.502	4.483.175
Repasses		4.208.502	4.483.175
Financiamentos - Banco do Brasil S.A.	(Nota 5.a)	4.195.358	4.474.443
Financiamentos - outras instituições financeiras	(Nota 5.a)	84.909	75.531
Provisão para rebates sobre encargos	(Nota 5.k)	(12.462)	(13.657)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 5.g)	(4.421)	(5.125)
Provisão para bônus de adimplência	(Nota 5.m)	(47.060)	(46.183)
Provisão para dispensa de correção monetária	(Nota 5.o)	(7.822)	(1.834)
Outros Créditos		--	148
Devedores diversos		--	148
NÃO CIRCULANTE		17.462.515	17.646.161
Devedores Por Repasses		17.462.515	17.646.161
Repasses		17.462.515	17.646.161
Financiamentos - Banco do Brasil S.A.	(Nota 5.a)	17.497.392	17.712.328
Financiamentos - outras instituições financeiras	(Nota 5.a)	327.624	291.026
Provisão para rebates sobre encargos	(Nota 5.k)	(71.373)	(66.084)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 5.g)	(18.412)	(20.278)
Provisão para bônus de adimplência	(Nota 5.m)	(190.616)	(184.349)
Provisão para dispensa de correção monetária	(Nota 5.o)	(82.100)	(86.482)
TOTAL DO ATIVO		23.912.882	22.616.161



BALANÇO PATRIMONIAL

		Em milhares de Reais	
PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.06.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		117.467	15.386
Credores Diversos	(Nota 6)	117.467	15.386
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.795.415	22.600.775
Transferências do Tesouro Nacional		1.156.763	2.131.594
Transferências de exercícios anteriores		20.402.720	18.271.126
Resultados Acumulados		2.235.932	2.198.055
Resultado do período		37.877	(37.594)
Resultado de exercícios anteriores		2.198.055	2.235.649
TOTAL DO PASSIVO		23.912.882	22.616.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		Em milhares de Reais	
		1º Sem/2016	1º Sem/2015
RECEITAS OPERACIONAIS		785.283	629.418
Rendas de operações de crédito	(Nota 5.b)	679.250	588.164
Rendas sobre valores disponíveis	(Nota 4.b)	104.990	40.743
Outras rendas		1.043	511
DESPESAS OPERACIONAIS		(747.406)	(665.207)
Despesas com del credere	(Nota 7)	(642.679)	(558.874)
Provisão para bônus de adimplência	(Nota 5.n)	(76.976)	(72.597)
Provisão para rebates sobre encargos	(Nota 5.l)	(12.052)	(17.891)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(Nota 5.J)	(8.945)	(6.278)
Provisão para dispensa de correção monetária	(Nota 5.p)	(3.886)	(3.694)
Outras despesas	(Nota 8)	(2.868)	(5.873)
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO SEMESTRE		37.877	(35.789)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	1º Sem/2016	1º Sem/2015
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO SEMESTRE	37.877	(35.789)
Outros resultados abrangentes	--	--
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	37.877	(35.789)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

	Em milhares de Reais	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Rendas sobre valores disponíveis	104.990	39.384
Recebimentos de operação de crédito/retorno	2.720.975	1.330.739
Ressarcimento de perdas - risco do Banco do Brasil	171.427	146.120
Despesas com auditoria externa	(23)	(20)
Transferências para recursos aplicados - operações de crédito	(1.750.818)	(2.562.235)
Recuperação de crédito - risco Banco do Brasil	(240)	(27.309)
Contratações operações Pronaf	(36.183)	(29.845)
Remuneração BB - taxa de administração	175	19.509
Despesa com del credere	(540.347)	(1.762)
Pagamento de taxa de performance - Pronaf	(251)	(772)
Pagamento de taxa de administração - Pronaf	(2.612)	--
Despesa de ressarcimento de bônus	(68.668)	--
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	598.425	(1.086.191)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências do Tesouro Nacional	1.156.763	1.173.639
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.156.763	1.173.639
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.755.188	87.448
Início do período	486.677	254.955
Fim do período	2.241.865	342.403
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.755.188	87.448
Conciliação entre o Superávit / (Déficit) do Semestre e o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Superávit / (Déficit) do Semestre	37.877	(35.789)
Devedores por repasses	458.319	(1.065.438)
Outros créditos	148	6.460
Credores diversos	102.081	8.576
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	598.425	(1.086.191)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de Reais				
EVENTOS	Transferências de Exercícios Anteriores	Transferências do Semestre	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2014	16.244.865	2.026.261	2.235.649	20.506.775
Incorporação das transferências de exercícios anteriores	2.026.261	(2.026.261)	--	--
Transferências do Tesouro Nacional	--	1.173.639	--	1.173.639
Superávit / (Déficit) do semestre	--	--	(35.789)	(35.789)
Saldos em 30.06.2015	18.271.126	1.173.639	2.199.860	21.644.625
Mutações do Semestre	2.026.261	(852.622)	(35.789)	1.137.850
Saldos em 31.12.2015	18.271.126	2.131.594	2.198.055	22.600.775
Incorporação das transferências de exercícios anteriores (Nota 9)	2.131.594	(2.131.594)	--	--
Transferências do Tesouro Nacional (Nota 9)	--	1.156.763	--	1.156.763
Superávit / (Déficit) do semestre (Nota 9)	--	--	37.877	37.877
Saldos em 30.06.2016	20.402.720	1.156.763	2.235.932	23.795.415
Mutações do Semestre	2.131.594	(974.831)	37.877	1.194.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





1 - O FCO E SUAS OPERAÇÕES

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com alterações das Leis nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 e nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, é administrado pelo Banco do Brasil S.A., conforme artigo 16 da Lei nº 7.827, e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamentos aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento.

São beneficiários dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de empreendimentos comerciais e de serviços da região, de acordo com as prioridades estabelecidas no plano regional de desenvolvimento.

Os encargos financeiros das operações contratadas com recursos do FCO são definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, podendo ser diferenciados ou favorecidos em função da finalidade do crédito, porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento, conforme previsto no art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

Os encargos financeiros das operações estão estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.470, de 14 de março de 2016, e nº 4.395, de 30 de dezembro de 2014, com redação dada pelas Resoluções CMN nº 4.452, de 17 de dezembro de 2015, e nº 4.465, de 25 de fevereiro de 2016.

O risco de crédito das operações contratadas com recursos do FCO é regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, inserido pelo artigo 14 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001. As contratações realizadas até 30 de novembro de 1998 possuem risco integral do Fundo, enquanto que as operações contratadas entre 1º de dezembro de 1998 e 29 junho de 2001, o risco é compartilhado entre as instituições financeiras e o Fundo, na proporção de 50%. Já para as operações contratadas a partir de 1º de julho de 2001, o risco de crédito passou a ser exclusivo do agente financeiro.

O Banco do Brasil S.A., pela prestação dos serviços de gestão do Fundo, é remunerado por taxa de administração equivalente a 3% a.a. sobre o Patrimônio Líquido do FCO, deduzido do montante da carteira do Fundo utilizada como Patrimônio de Referência Nível II, limitada, em cada exercício, a 20% das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional.

O Banco do Brasil S.A. é remunerado, ainda, conforme previsto nas Resoluções CMN nº 3.559, de 28 de março de 2008, Resolução CMN nº 4.107, de 28 de junho de 2012, e na Resolução CMN nº 4.213, de 30 de abril de 2013, pela taxa de administração e performance do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf para cobertura dos custos decorrentes da operacionalização do programa e sobre os pagamentos efetuados pelos mutuários de financiamentos realizados com recursos FCO, respectivamente, para as linhas de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR 10).

A Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, autorizou o banco administrador do Fundo a utilizar os recursos do Fundo como Capital de Referência Nível II, devendo o valor utilizado ser excluído da base de cálculo da taxa de administração.

Constituem fontes de recursos do FCO:

- I. 0,6% (seis décimos por cento) de 3% (três por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, entregues pela União, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal;
- II. Os retornos e resultados de suas aplicações;
- III. O resultado da remuneração dos recursos monetariamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial;
- IV. Contribuições, doações, financiamentos e recursos de origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;
- V. Dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.



Os recursos do FCO poderão ser repassados ao próprio banco administrador, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize as operações de crédito autorizadas por lei.

Observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, o banco administrador poderá repassar recursos do FCO a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de créditos especificamente criados com essa finalidade.

Os saldos diários das disponibilidades relativas aos recursos transferidos serão remunerados pelas instituições financeiras com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto no § 5º do art. 9º-A, da Lei nº 7.827, incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da legislação federal aplicada aos Fundos Constitucionais (Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e Portaria Interministerial nº11, de 28 de dezembro de 2005), normas e instruções do Banco Central do Brasil (Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999), legislação societária e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que couber.

A conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, relativas ao semestre encerrado em 30.06.2016, foi aprovada pela Administração do Fundo em 28 de setembro de 2016.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pelo FCO são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidas das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, com risco insignificante de mudança de valor justo e limites, visando atender recursos de curto prazo e estão representados pelos recursos transferidos pelo Governo Federal que ainda não foram aplicados na concessão das operações de crédito, remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil e controlados de acordo com os registros contábeis do Banco do Brasil S.A. e do Fundo (Nota 4.a).

c) Devedores por Repasses – Carteira de Financiamentos

Os direitos, representados pelo grupo Devedores por Repasses, são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridas (Nota 5).

As Rendas de Operações de Crédito, provenientes da carteira de operações de crédito/financiamento, são reconhecidas *pro rata temporis*. Não se incluem as rendas de operações em atraso há mais de 60 dias, conforme estipulado pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 (rendas a apropriar sobre operações em atraso).

d) Provisão para Rebates sobre Encargos

A provisão para Rebates sobre Encargos é constituída com base nos saldos devedores das operações do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – PAPRA (capital e encargos financeiros), cujos rebates correspondem a 50%. Para as operações do Grupo "A" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujos

beneficiários são os agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, a provisão corresponde a 40% sobre os saldos devedores de capital desses financiamentos.

e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O FCO adota os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que considera a classificação das operações de acordo com o risco e as faixas de atraso, conforme faculta a Portaria Interministerial MF/MI nº 11, no parágrafo único do art. 3º, de 28 de dezembro de 2005, publicada no DOU de 23 de janeiro de 2006. A Resolução CMN nº 2.682/99, estabelece os critérios para reconhecimento de prejuízo e recuperação de créditos. A base de cálculo dessa provisão está representada pelo saldo devedor das operações, incluídos os encargos a capitalizar e excluídas as rendas a apropriar de operações em atraso que supera 60 dias. Nas operações com risco do Banco do Brasil a PCLD é registrada no próprio Banco.

f) Provisão para Bônus de Adimplência

A provisão para Bônus de Adimplência, concedida aos mutuários que realizam o pagamento da parcela da dívida até a data do respectivo vencimento, é constituída com base nos saldos de encargos financeiros relativos às operações contratadas, renegociadas ou repactuadas com os encargos prefixados estabelecidos na MP nº 2.035-28, de 21 de dezembro de 2000, convertida na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. A Resolução CMN nº 4.470, de 14 de março de 2016, fixou em 15% a concessão de bônus de adimplência sobre os encargos.

g) Provisão para Dispensa de Correção Monetária

A provisão para Dispensa de Correção Monetária é constituída com base nos saldos das rubricas de encargos a capitalizar das operações renegociadas com base na Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002 e corresponde aos descontos relativos à variação do preço mínimo do produto vinculado à operação. Os encargos dessas operações são capitalizados e exigíveis anualmente.

h) Uso de Julgamento nas Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis requer que a Administração do Fundo use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os cálculos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, da Provisão para Rebates sobre Encargos, da Provisão para Bônus de Adimplência e da Provisão para Dispensa de Correção Monetária estão sujeitos a essas estimativas e premissas. Suas liquidações poderão resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração do Fundo revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

i) Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis do FCO é o Real (R\$).

j) Tributos

Conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Fundo goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de quaisquer tributos.

k) Gerenciamento de Riscos

Os ativos que compõem a carteira do FCO estão, por sua própria natureza, sujeitos aos riscos de crédito e de mercado, o que pode acarretar perda patrimonial ao Fundo.

Risco de Crédito - está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

No caso do FCO, para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão do seu capital econômico, o Banco do Brasil S.A., na função de Administrador deste Fundo Constitucional, utiliza métricas de risco e retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

A mensuração econômica do risco é feita utilizando-se os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que considera a classificação das operações em faixas de riscos (Nota 5.d), sobre a carteira de financiamentos, cujo risco é atribuído ao FCO (Nota 5.e).



Risco de Mercado - reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

A exposição do FCO ao risco de mercado decorrente das alterações das taxas de juros é mitigada, considerando que cerca de 97,7% (97,8% em 31.12.2015) de sua carteira de crédito constitui risco do Banco do Brasil (Nota 5.e).

Os métodos utilizados para gerenciar os riscos aos quais o Fundo encontra-se sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Composição

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Disponibilidades	2.241.865	486.677
Total	2.241.865	486.677

b) Rendas sobre valores Disponíveis

As Rendas sobre Valores Disponíveis decorrem da remuneração dos recursos ainda não desembolsados pelo administrador (Banco do Brasil S.A.), calculados com base na taxa "extra-mercado" divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto no § 5º do art. 9º-A, da Lei nº 7.827, incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Rendas sobre valores disponíveis	104.990	40.743
Total	104.990	40.743

5 - DEVEDORES POR REPASSES – CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS

Representa os valores aplicados pelo Banco do Brasil S.A. e por outras instituições autorizadas, junto aos setores produtivos da região, de acordo com a programação anual de financiamentos.

a) Composição da Carteira

	R\$ mil			
Financiamentos	30.06.2016	%	31.12.2015	%
Repasse ao Banco do Brasil S.A.	21.692.750	98,1	22.186.771	98,4
Outras instituições financeiras	412.533	1,9	366.557	1,6
Total	22.105.283	100	22.553.328	100
Ativo circulante	4.280.267	19,4	4.549.974	20,2
Ativo não circulante	17.825.016	80,6	18.003.354	79,8

b) Rendas de Operações de Crédito

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Financiamentos e encargos	669.336	570.657
Recuperação de perdas	9.914	17.507
Total	679.250	588.164

c) Composição da Carteira por Setor de Atividade

	30.06.2016	%	31.12.2015	%
Financiamentos				
Banco do Brasil S.A.	21.692.750	98,1	22.186.771	98,4
Industrial / Agroindustrial	2.951.863	13,3	3.279.202	14,6
Infraestrutura	1.075.393	4,9	1.106.149	4,9
Turismo regional	822.320	3,7	932.153	4,1
Comércio e serviço/CTI	3.159.870	14,3	3.466.308	15,4
Rural Pronaf	2.772.523	12,5	2.805.587	12,4
Pronaf-RA	235.257	1,1	227.690	1,0
Demais rurais	10.675.524	48,3	10.369.682	46,0
Outras instituições financeiras	412.533	1,9	366.557	1,6
Repasse ⁽¹⁾	412.533	1,9	366.557	1,6
Total	22.105.283	100	22.553.328	100

⁽¹⁾ Repasse de recursos do FCO a outras instituições financeiras, conforme disposto no art. 9º da lei nº 7.827/89. As instituições que firmaram contrato com o Banco do Brasil S.A. para esse fim foram: Banco de Brasília S.A., Banco Cooperativo do Brasil S.A., Banco Cooperativo Sicredi S.A., Agência de Fomento de Goiás S.A. e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e Agência de Fomento do Mato Grosso.

d) Composição da Carteira por Faixa de Risco

	30.06.2016	%	31.12.2015	%
Faixa de risco				
AA ⁽¹⁾	21.673.363	98,1	22.136.622	98,2
A	377.305	1,7	377.875	1,7
B	2.855	--	2.099	--
C	22.536	0,1	4.130	--
D	2.660	--	3.843	--
E	4.930	--	2.921	--
F	2.349	--	3.174	--
G	1.597	--	2.387	--
H	17.688	0,1	20.277	0,1
TOTAL	22.105.283	100	22.553.328	100

⁽¹⁾ Encontram-se classificadas no nível AA as operações com risco de responsabilidade do Banco do Brasil S.A.



e) Composição da Carteira por Risco de Crédito

						R\$ mil
RISCO	FCO%	Banco do Brasil%	30.06.2016	%	31.12.2015	%
Risco compartilhado	50	50	3.661	--	3.687	--
Risco FCO	100	--	505.576	2,3	485.653	2,2
Risco Banco do Brasil	--	100	21.596.046	97,7	22.063.988	97,8
Total			22.105.283	100	22.553.328	100

f) Composição da Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

											R\$ mil
Operações em curso normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL	TOTAL
Parcelas vencidas											
01 a 30	69.391	3.279	59	21	10	48	11	12	508	73.339	60.861
31 a 60	374.707	2.117	84	218	17	11	12	85	69	377.320	347.178
61 a 90	395.088	2.598	73	14	13	19	24	43	114	397.986	408.633
91 a 180	1.147.105	26.376	71	83	84	500	178	20	954	1.175.371	1.289.220
181 a 360	2.119.597	17.973	365	430	307	182	253	84	979	2.140.170	2.354.330
Acima de 360	17.460.933	324.176	1.820	21.406	1.833	3.666	1.304	992	8.885	17.825.015	18.003.354
Subtotal	21.566.821	376.519	2.472	22.172	2.264	4.426	1.782	1.236	11.509	21.989.201	22.463.576

											R\$ mil
Operações em curso anormal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL	TOTAL
Parcelas vencidas											
01 a 30	21.649	86	163	5	22	21	8	17	98	22.069	15.731
31 a 60	17.029	2	207	216	18	9	17	12	172	17.682	11.673
61 a 90	14.833	1	13	98	106	19	18	8	217	15.313	1.499
91 a 180	24.848	1	--	44	249	104	350	181	334	26.111	30.810
181 a 360	25.699	2	--	1	1	351	174	143	1.914	28.285	21.469
Acima de 360	2.484	694	--	--	--	--	--	--	3.444	6.622	8.570
Subtotal	106.542	786	383	364	396	504	567	361	6.179	116.082	89.752
Total	21.673.363	377.305	2.855	22.536	2.660	4.930	2.349	1.597	17.688	22.105.283	22.553.328

Conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682/99, são consideradas de curso anormal as operações vencidas há mais de 15 dias.

g) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A base de cálculo da PCLD está representada pelo saldo devedor das operações, excluídas as rendas a apropriar no valor de R\$ 45.558 mil (R\$ 60.875 mil em 31.12.2015). Essa forma de cálculo está em conformidade com o disposto na resolução CMN nº 2.682/99.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Semestre encerrado em 30.06.2016

R\$ mil

30.06.2016								
Risco	Carteira Total				Carteira de Responsabilidade do FCO			
	Integral (100%)		Compartilhado (50%)		Risco FCO (A+B)	% Provisão	Provisão	%
	BB	FCO (A)	BB	FCO (B)				
AA	21.596.046	77.300	9	9	77.309	--	--	--
A	--	377.305	--	--	377.305	0,5	(1.886)	8,3
B	--	2.497	179	179	2.676	1	(27)	0,1
C	--	22.336	100	100	22.436	3	(673)	2,9
D	--	2.648	6	6	2.654	10	(265)	1,2
E	--	4.794	68	68	4.862	30	(1.459)	6,4
F	--	2.340	4	4	2.344	50	(1.172)	5,1
G	--	1.536	30	30	1.566	70	(1.096)	4,8
H	--	14.821	1.434	1.434	16.255	100	(16.255)	71,2
Total	21.596.046	505.577	1.830	1.830	507.407		(22.833)	100
Ativo circulante							(4.421)	19,4
Ativo não circulante							(18.412)	80,6

R\$ mil

31.12.2015								
Risco	Carteira Total				Carteira de Responsabilidade do FCO			
	Integral (100%)		Compartilhado(50%)		Risco FCO (A+B)	% Provisão	Provisão	%
	BB	FCO (A)	BB	FCO (B)				
AA	22.063.988	72.616	9	9	72.625	--	--	--
A	--	377.868	4	4	377.872	0,5	(1.890)	7,4
B	--	1.960	70	70	2.030	1	(20)	0,1
C	--	3.930	100	100	4.030	3	(121)	0,5
D	--	3.573	135	135	3.708	10	(371)	1,5
E	--	2.593	164	164	2.757	30	(827)	3,2
F	--	3.166	4	4	3.170	50	(1.585)	6,2
G	--	2.386	--	--	2.386	70	(1.671)	6,6
H	--	17.560	1.358	1.358	18.918	100	(18.918)	74,5
Total	22.063.988	485.652	1.844	1.844	487.496		(25.403)	100
Ativo circulante							(5.125)	20,2
Ativo não circulante							(20.278)	79,8



h) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(25.403)	(79.422)
Reversão/(Constituição)	(8.945)	11.951
Transferência para prejuízo - risco FCO	11.515	42.068
Saldo final	(22.833)	(25.403)
Ativo circulante	(4.421)	(5.125)
Ativo não circulante	(18.412)	(20.278)

h.1) Movimentação de Operações Baixadas para Prejuízo

	R\$ mil					
	Valores de perdas do 1º Semestre/2016			Valores de perdas do 1º Semestre/2015		
	Transferidos	Assumidos		Transferidos	Assumidos	
Risco Operacional	Total	BB	FCO	Total	BB	FCO
BB	171.427	171.427	--	145.008	145.008	--
Compartilhado	--	--	--	2.224	1.112	1.112
FCO	11.515	--	11.515	33.723	--	33.723
Total	182.942	171.427	11.515	180.955	146.120	34.835

No 1º Semestre foi recuperado para o Fundo o montante de R\$ 9.914 mil (R\$ 17.507 mil no 1º semestre de 2015) referentes às operações de financiamentos, já baixadas para prejuízo, com risco assumido pelo FCO e 50% de risco compartilhado (nota 5.b).

Os valores das operações registradas como perda com risco do Banco do Brasil S.A. e a metade de risco compartilhado são ressarcidos mensalmente ao Fundo, mediante crédito na conta de recursos disponíveis.

i) Créditos Renegociados

	R\$ mil	
Linhas de Financiamento	30.06.2016	31.12.2015
Rurais demais	10.965	24.740
Turismo regional	15.384	2.225
Rural Pronaf e Pronaf RA	569	47.375
Industrial/Agroindustrial	656	1.608
Infraestrutura	4.936	720
Comércio e serviços	6.035	2.604
Total	38.545	79.272

j) Resultado com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.988)	(8.375)
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	43	2.097
Total	(8.945)	(6.278)

k) Provisão para Rebates sobre Encargos

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(79.741)	(57.644)
Utilização	7.958	24.549
Reversão/(Complemento)	(12.052)	(46.646)
Saldo final	(83.835)	(79.741)
Ativo circulante	(12.462)	(13.657)
Ativo não circulante	(71.373)	(66.084)

l) Resultado com Provisão para Rebates sobre Encargos

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Despesa com provisão para rebates sobre encargos	(12.052)	(17.891)
Total	(12.052)	(17.891)

m) Provisão para Bônus de Adimplência

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(230.532)	(230.679)
Utilização	69.832	140.120
Reversão/(Complemento)	(76.976)	(139.973)
Saldo final	(237.676)	(230.532)
Ativo circulante	(47.060)	(46.183)
Ativo não circulante	(190.616)	(184.349)

n) Resultado com Provisão para Bônus de Adimplência

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Despesa com provisão para bônus de adimplência	(76.976)	(72.597)
Total	(76.976)	(72.597)

o) Provisão para Dispensa de Correção Monetária

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(88.316)	(100.969)
Utilização	2.280	16.782
Reversão/(Complemento)	(3.886)	(4.129)
Saldo final	(89.922)	(88.316)
Ativo circulante	(7.822)	(1.834)
Ativo não circulante	(82.100)	(86.482)

p) Resultado com Provisão para Dispensa de Correção Monetária

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Despesa com provisão para dispensa de correção monetária	(4.630)	(3.694)
Reversão de provisão para dispensa de correção monetária	744	--
Total	(3.886)	(3.694)

6 – CREDORES DIVERSOS

Composição

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Del credere - Operações de repasse Banco do Brasil S.A.	100.609	--
Ressarcimento de bônus de adimplência - Banco do Brasil S.A.	14.144	--
Del credere - Operações de repasses	1.921	198
Remuneração do administrador	793	1.062
Rebates (Procera)	--	10.429
Rebates Resolução CMN 4299 - Banco do Brasil S.A.	--	3.681
Auditoria independente	--	16
Total	117.467	15.386

7 – DESPESAS COM DEL CREDERE

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Del credere - operações Banco do Brasil S.A. ⁽¹⁾	(625.443)	(556.915)
Del credere - operações de repasses ⁽²⁾	(17.236)	(1.959)
Total	(642.679)	(558.874)

⁽¹⁾Sobre as operações de crédito/financiamento do FCO incide del credere em favor do agente financeiro Banco do Brasil S.A., limitado a 6% (seis por cento) ao ano.

⁽²⁾No caso de operações de crédito/financiamento com repasses a outras instituições financeiras o del credere é limitado a 3% (três por cento) ao ano.

8 – OUTRAS DESPESAS

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	1º Sem/2015
Taxa de administração	(2.595)	(5.173)
Outras	(273)	(700)
Total	(2.868)	(5.873)

9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências do Tesouro Nacional (participação em impostos da união) e do resultado do exercício. De acordo com o art. 6º, inciso I, da lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, os repasses do Tesouro Nacional aos fundos constitucionais de financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre

produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FCO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado (Nota 1).

Saldos das transferências do Tesouro Nacional e do superávit dos períodos encerrados em 30.06.2016 e 31.12.2015:

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Transferências de exercícios anteriores	20.402.720	18.271.126
Resultado de exercícios anteriores	2.198.055	2.235.649
Transferências do Tesouro Nacional do período	1.156.763	2.131.594
Resultado do período	37.877	(37.594)
Total	23.795.415	22.600.775

10 - PARTES RELACIONADAS

O FCO realiza transações bancárias com seu administrador Banco do Brasil S.A. A remuneração sobre os valores disponíveis é calculada e registrada mensalmente, mediante a aplicação da taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto no § 5º do art. 9º-A da Lei nº 7.827, incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.



Sumário das Transações com Partes Relacionadas

		R\$ mil	
		30.06.2016	31.12.2015
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	(Nota 4.a)	2.241.865	486.677
Repasse - financiamentos - Banco do Brasil S.A.	(Nota 5.a)	21.692.750	22.186.771
Taxa de administração paga a maior		--	148
Passivos			
Remuneração do administrador	(Nota 6)	793	1.062
Del credere - operações de repasse Banco do Brasil S.A.	(Nota 6)	100.609	--
Rebates Resolução CMN 4299 - Banco do Brasil - S.A.	(Nota 6)	--	3.681
		1º Sem/2016	1º Sem/2015
Resultado			
Rendas de operações de crédito	(Nota 5.b)	679.250	588.164
Rendas sobre valores disponíveis	(Nota 4.b)	104.990	40.743
Receita de atualização monetária		27	511
Despesas com taxa de administração	(Nota 8)	(2.595)	(5.173)
Outras despesas - rebates resolução CMN 4299 - Banco do Brasil - S.A.		(236)	(156)
Despesas com del credere - Operações Banco do Brasil S.A.	(Nota 7)	(625.443)	(556.915)
		1º Sem/2016	1º Sem/2015
Procera			
Passivos			
Rebates (Procera)	(Nota 6)	--	10.429
		1º Sem/2016	1º Sem/2015
Resultado			
Reversão de provisão para obrigações com o Procera		1.016	--
Despesas efetivas - rebates (Procera)		(30)	(524)

11 - CONTINGÊNCIAS

Até o final do 1º semestre de 2016, o administrador não teve conhecimento da existência de quaisquer obrigações contingentes imputadas ao fundo e que devam ser objeto de registro contábil. Estas avaliações são efetuadas com o apoio do departamento jurídico do administrador Banco do Brasil S.A.

ADMINISTRADOR
BANCO DO BRASIL S.A.

DIRETORIA DE GOVERNO

Diretor
João Pinto Rabelo Júnior

Gerente Executivo
Vagner Lacerda Ribeiro

CONTADORIA
Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao Administrador do
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO
(Administrado pelo Banco do Brasil S.A.)
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração do Fundo de acordo com as práticas contábeis descritas nas Notas Explicativas nº 2 e 3.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas nas Notas Explicativas nº 2 e 3 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis descritas nas Notas Explicativas nº 2 e 3.

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2 e 3 às demonstrações contábeis, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

Brasília, 28 de setembro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF


Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2



SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE
FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO**

**PARECER CONDEL/SUDECO
1º SEMESTRE DE 2016**

PARECER CONDEL/SUDECO Nº 12/2016

DATA: 03.11.2016

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015

2.1. Recursos previstos para o exercício

2.2. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

2.3. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

2.4. Orçamentos previsto e realizado

2.5. Repasses do Tesouro Nacional

2.6. Resultado operacional

2.7. Disponibilidades ao final do Exercício anterior

2.8. Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores

3. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES

3.1. Contratações por Tipologia dos Municípios e por UF

3.2. Contratações por Áreas Prioritárias

3.2.1. Faixa de Fronteira

A região da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste é composta de 72 municípios, sendo 28 no Estado de Mato Grosso e 44 no Estado de Mato Grosso do Sul

3.2.2. Mesorregião de Águas Emendadas

3.2.3. Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE-DF)

3.3. Contratações por Programas de Financiamento

3.3.1. Contratações no DF

3.3.2. Contratações no Estado de GO

3.3.3. Contratações no Estado de MS

3.3.4. Contratações no Estado de MT

3.4. Contratações por Setor Assistido

3.5. Contratações por Porte de Mutuário

3.5.1. Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

3.5.2. Contratações com médios e grandes tomadores

3.6. Pronaf Operacionalizado

3.7. Contratações por Faixa de Valores

3.8. Ticket Médio das Contratações

3.9. Aplicações realizadas por outras Instituições Financeiras

3.10. Beneficiários de Primeira Contratação

4. ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS

4.1. Indicadores de Desempenho

4.2. Metas de Desempenho e Resultados Alcançados

5. GESTÃO DO FUNDO

5.1. Formação de Alianças Institucionais

5.2. Ações realizadas com a finalidade de estimular o atendimento

5.3 Auditoria Externa

6. PNDR

6.1. Impactos para o Desenvolvimento Regional

7. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

8. PLANO DE PROVIDÊNCIAS

9. PARECER

1. INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827).

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a Região conta com 467 municípios em 2016.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e inter-regionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

De acordo com o art. 13 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos/entidades:

- Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco);
- Ministério da Integração Nacional (MI); e
- Banco do Brasil S.A. (BB).

Ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) compete:

- estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do FCO, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais;
- encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional; e
- apreciar e encaminhar periodicamente às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e à Comissão Mista permanente de que trata o [§ 1º do art. 166 da Constituição Federal](#) relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, para efeito de fiscalização e controle.

De acordo com o parágrafo único do art. 9º da Lei Complementar n.º 129, as atividades de Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco são exercidas pela Sudeco.

O Ministério da Integração Nacional (MI), por sua vez, é responsável por:

- estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do FCO, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- analisar a proposta de programação orçamentária anual do FCO, compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e orientações gerais traçadas pelo Ministério, em articulação com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados da Região e do Distrito Federal; e
- gerenciar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos do FCO.

Por fim, ao Banco do Brasil S.A. compete:

- aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
- formalizar contratos de repasses de recursos do Fundo, na forma prevista no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989;
- prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo;
- exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos, inclusive nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D da Lei n.º 7.827, e à renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; e
- encaminhar ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, até o dia 30 de setembro de cada ano, para análise, a proposta dos programas de financiamento para o exercício seguinte.

1.1 Apresentação

O presente Parecer resulta do trabalho realizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com o objetivo de avaliar o Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos no 1º Semestre de 2016, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º Semestre de 2016, a que se refere o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

Com esse propósito, aborda os financiamentos concedidos por setores econômicos, portes de beneficiários, Unidades Federativas e áreas prioritárias, entre outras variáveis, além de suas repercussões nos ambientes econômicos e sociais da Região. São examinadas, igualmente, a movimentação financeira e a situação dos recursos, observando-se as aplicações realizadas, a situação patrimonial e os elementos de natureza

operacional e financeira.

Observação: em função da apresentação dos quadros do Parecer com valores em R\$ Milhões e em R\$ Mil, o resultado de cálculos aritméticos poderá apresentar aparentes divergências decorrentes de arredondamentos.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015

2.1. Recursos previstos para o exercício

De acordo com a Programação do FCO para 2016, o montante de recursos para aplicação no exercício de 2016 é de R\$ 5.795,8 milhões, conforme a seguir:

Quadro 1: Recursos previstos para o exercício de 2016

R\$ Milhões	
Origem	Valor
Repasse do Tesouro Nacional (1)	1.708,10
Retornos de financiamentos (2)	3.886,40
Resultado operacional (3)	36,9
Disponibilidades ao final do exercício anterior (4)	582,2
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores (5)	-417,8
Total	5.795,80

Fonte: Programação do FCO para 2016 – 1ª Edição – atualizada em 29.03.2016

(1) previsão de repasses do Tesouro Nacional correspondente à projeção da STN;

(2) previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações);

(3) previsão de receitas e despesas do Fundo;

(4) disponibilidades apuradas em 31.12.2015;

(5) parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.

2.2. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Para o exercício de 2016, a Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, que definiu as diretrizes e orientações gerais para a definição das diretrizes e prioridades pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) e a formulação da proposta de programação do FCO pelo Banco do Brasil S.A., estabeleceu que a Programação deveria apresentar estimativas de aplicação por Unidade da Federação, calculadas com base na distribuição histórica das aplicações e na expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF (art. 5º, inciso IV, alínea “c”, item 1).

Alternativamente, permitiu que a estimativa inicial de aplicação por UF observe os seguintes percentuais: DF – 19%; GO – 29%; MS – 23%; e MT – 29% (art. 5º, § 3º).

Ademais, vedou a distribuição dos recursos do Fundo, por Unidade da Federação, com base em cotas percentuais pré-definidas (art. 5º, § 1º), e considerou Unidade Federativa, no caso do Distrito Federal, o próprio DF e os municípios do Estado de Goiás que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), excluindo-se, no caso de Goiás, os referidos municípios (art. 5º, § 2º).

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2016, por UF e Setor, feitas com base nessas diretrizes e orientações gerais, observados os percentuais definidos pelas próprias UF para os setores empresarial e rural:

Quadro 2: Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

R\$ Mil									
Setor	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	
Empresarial % em relação ao total	880.967	80,00%	840.396	50,00%	666.521	50,00%	840.396	50,00%	2.841.657
Rural % em relação ao total	220.242	20,00%	840.396	50,00%	666.521	50,00%	840.396	50,00%	3.185.686
Total % em relação ao total	1.101.208 19,0%	100,00%	1.680.792 29,0%	100,00%	1.333.042 23,0%	100,00%	1.680.792 29,0%	100,00%	5.795.834 100,0%

Fonte: Programação do FCO para 2016 – 1ª Edição – atualizada em 29.03.2016

Os recursos alocados ao Distrito Federal são aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais (Resolução Condel/FCO n.º 215, de 08.06.2004).

2.3. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o exercício de 2016 foram alocados por UF e setor e, também, por porte de beneficiário e linha de financiamento, considerando-se as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco e, ainda, os percentuais de alocação por setor/linha definidos pelas Unidades Federativas da Região:

Quadro 3: Recursos Previstos por Programa/Linha, Setor e Porte

Programa/Linha	R\$ Mil					
	DF	GO	MS	MT	Região	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores (*)						
FCO Empresarial	449.293	428.602	339.926	428.602	1.646.423	28,41
Industrial	53.698	147.182	146.168	107.150	454.199	
Infraestrutura	53.698	33.560	21.755	35.703	144.716	
Turismo	53.698	33.560	32.633	71.448	191.339	
Comércio e Serviços	288.198	214.301	139.370	214.301	856.169	
FCO Rural	112.323	428.602	339.926	428.602	1.309.453	22,59
Pronaf-RA e Pronaf Demais	110.121	257.161	133.319	393.757	894.357	
Demais Rurais	2.202	171.441	206.607	34.845	415.095	
Subtotal	561.616	857.204	679.851	857.204	2.955.875	51,00
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	431.674	411.794	326.595	411.794	1.581.857	27,29
Industrial	51.593	132.556	151.867	120.120	456.136	
Infraestrutura	51.593	36.691	22.862	34.302	145.448	
Turismo	51.593	36.650	24.495	51.474	164.211	
Comércio e Serviços	276.896	205.897	127.372	205.897	816.062	
FCO Rural	107.918	411.794	326.595	411.794	1.258.102	21,71
Subtotal	539.592	823.588	653.191	823.588	2.839.959	49,00
Resumo Geral						
FCO Empresarial	880.967	840.396	666.521	840.396	3.228.280	55,7
Industrial	105.291	279.738	298.035	227.271	910.335	
Infraestrutura	105.291	70.250	44.617	70.005	290.163	
Turismo	105.291	70.209	57.128	122.922	355.550	
Comércio e Serviços	565.094	420.198	266.742	420.198	1.672.231	
FCO Rural	220.242	840.396	666.521	840.396	2.567.555	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	110.121	257.161	133.319	393.757	894.357	
Demais Rurais	110.121	583.235	533.202	446.639	1.673.197	
Total	1.101.208	1.680.792	1.333.042	1.680.792	5.795.834	100,00

Fonte: Programação do FCO para 2016 – 1ª Edição – atualizada em 29.03.2016 e Relatório Circunstanciado do BB

2.4. Orçamentos previsto e realizado

O orçamento realizado no 1º semestre de 2016 (R\$ 3.717,6 milhões) representou 64,1% do previsto (R\$ 5.795,8 milhões), conforme quadro a seguir:

Quadro 4: Orçamento - Previsto X Realizado

Origem	R\$ Milhões		
	Previsto (a)	Realizado (b)	% (b/a)
Repasse do Tesouro Nacional	1.708.138	1.156.763	67,7
Retorno de Financiamentos	3.886.418	2.720.975	70
Resultado Operacional	36.927	-335.548	-908,7
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	582.164	486.677	83,6
Recursos comprometidos a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	-417.813	-311.248	74,5
Total	5.795.834	3.717.619	64,1

Fonte: Programação do FCO para 2016 e Relatório Circunstanciado do BB

2.5. Repasses do Tesouro Nacional

Os repasses do Tesouro Nacional até o final do 1º semestre de 2016 totalizaram R\$ 1.156,8 milhões, montante correspondente a 67,7% do previsto para o exercício (R\$ 1.708,1).

2.6. Resultado operacional

O resultado operacional, correspondente às receitas e despesas do Fundo, totalizou R\$ 335,4 milhões negativos.

Consoante informação no Relatório Circunstanciado do BB, a variação no Resultado Operacional decorre da metodologia utilizada historicamente para apuração do valor realizado, a qual não está plenamente compatível com a forma prevista na Portaria MI nº 201, de 28.08.2015. Esse ponto foi objeto de recomendação da CGU e será ajustado na reprogramação orçamentária ainda no exercício de 2016.

2.7. Disponibilidades ao final do Exercício anterior

O valor das disponibilidades ao final do exercício anterior (R\$ 582,2 milhões) apresentou diferença de 16,4% em relação ao realizado no 1º semestre de 2016 (R\$ 486,7).

2.8. Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores

O valor dos recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores foi de R\$ 311,2 milhões negativos, 25,5% menor que o previsto.

3. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES

No que se refere à distribuição dos financiamentos, consoante os dados do Caderno de Informações Gerenciais de junho/2016, os R\$ 1.642,8 milhões aplicados no 1º semestre de 2016 beneficiaram 441 dos 467 municípios da Região (94,4% dos municípios).

3.1. Contratações por Tipologia dos Municípios e por UF

Das contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2016 (R\$ 1.642,8 milhões), R\$ 88,8 milhões (5,4%) beneficiaram o Distrito Federal; R\$ 643,5 milhões (39,2%) o Estado de Goiás; R\$ 343,3 milhões (20,9%) o Estado de Mato Grosso do Sul; e R\$ 567,2 milhões (34,5%) o Estado de Mato Grosso, conforme quadro abaixo.

Quadro 5: Contratações por Tipologia da PNDR e UF

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alta Renda	82	20.567	2.296	310.763	532	85.933	315	123.036	3.225	540.300
Dinâmica	-	-	1.432	142.059	704	56.825	1.986	256.378	4.122	455.262
Estagnada	393	68.273	2.030	190.663	1.476	200.529	1.406	187.779	5.305	647.245
Total	475	88.840	5.758	643.486	2.712	343.287	3.707	567.193	12.652	1.642.807

(R\$) mil

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Dos R\$ 1.642,8 milhões, foram financiados R\$ 540,3 milhões (32,9%) nos municípios de Alta Renda, representando 3.225 operações (25,5%); R\$455,3 milhões (27,7%) nos municípios de economia dinâmica, representando 4.122 operações (32,6%); e R\$647,2 milhões (39,4%) nos municípios de economia estagnada, representando 5.305 operações (41,9%).

Os municípios prioritários integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia na PNDR como de renda estagnada ou dinâmica foram responsáveis pela contratação de 9.427 operações de crédito (74,5% do total contratado) e de R\$ 1.102,5 milhões em recursos financiados (67,1% do total financiado), o que corresponde a 33,4% dos recursos previstos nesses espaços na Programação do Fundo para o exercício de 2016 (R\$ 3.303,6 milhões).

Cumprе registrar que os recursos distribuídos para o Distrito Federal são aplicados também nos municípios do Entorno, ou seja, nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE. Assim, das 475 operações formalizadas com recursos do DF, 82 foram contratadas no DF (tipologia: alta renda) e 393 nos municípios do Entorno (tipologia: estagnada).

3.2. Contratações por Áreas Prioritárias

De acordo com a Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, alterada pela Portaria MI n.º 71, de 20.04.2016, que estabeleceu as diretrizes e as orientações gerais para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2016, os seguintes espaços, considerados prioritários pela PNDR, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, terão tratamento diferenciado e favorecido na aplicação dos recursos do FCO:

- a Faixa de Fronteira;
- a Mesorregião de Águas Emendadas;
- os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica; e
- os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO.

3.2.1. Faixa de Fronteira

A região da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste é composta de 72 municípios, sendo 28 no Estado de Mato Grosso e 44 no Estado de Mato Grosso do Sul.

As contratações na Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 336,3 milhões no 1º semestre de 2016, o que representa 29,9% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço no exercício de 2016 (R\$ 1.124,4 milhões).

3.2.2. Mesorregião de Águas Emendadas

Nos 77 municípios do Estado de Goiás que compõem a Mesorregião de Águas Emendadas foram formalizadas, no 1º semestre de 2016, operações no montante de R\$ 212,0 milhões, o que representa 43,0% do previsto para o exercício de 2016 nesse espaço (R\$ 492,6 milhões).

3.2.3. Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE-DF)

No 1º semestre de 2016 foram contratadas 393 operações no montante de R\$ 68,3 milhões nos municípios goianos integrantes da Ride, o que representa 40,6% do montante previsto na Programação do FCO para o período (R\$ 168,1 milhões).

3.3. Contratações por Programas de Financiamento

Quadro 6: Contratações por Programa de Financiamento e UF

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Programas	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	72	20.695	97	37.141	75	16.212	116	42.022	360	116.069
Industrial	5	1.432	17	10.032	5	1.154	10	2.709	37	15.327
Infraestrutura	0	0	6	1.647	0	0	2	19.836	8	21.483
Turismo	1	189	5	5.043	3	518	11	1.593	20	7.343
Comércio e Serviços	66	19.074	69	20.419	67	14.540	93	17.883	295	71.916
Rural	403	68.145	5.661	606.346	2.637	327.075	3.591	525.172	12.292	1.526.738
Pronaf Demais	165	6.592	2.738	146.018	1.170	43.182	2.614	190.264	6.687	386.055
Pronaf-RA	15	353	116	2.461	150	2.895	48	1.192	329	6.901
Demais Rurais	223	61.200	2.807	457.866	1.317	280.999	929	333.716	5.276	1.133.782
Total Geral	475	88.840	5.758	643.486	2.712	343.287	3.707	567.193	12.652	1.642.807

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

No período em análise, foram contratadas 12.652 operações com recursos do FCO, o que representa um decréscimo de 65,6% na quantidade de operações contratadas em relação ao mesmo período de 2015 (36.797).

Por sua vez, o montante contratado de R\$ 1.642,8 milhões, também apresentou um decréscimo da ordem de 37,5% em relação ao mesmo período de 2015 (R\$ 2.627,1 milhões).

Conforme esclarecimentos do Banco do Brasil S.A. no Relatório Circunstanciado, “a redução observada nas contratações do FCO segue o movimento de queda na concessão de crédito observado em nível nacional, ocasionado pela redução da demanda devido a desaceleração da economia. Além disso, a alteração nas taxas de encargos financeiros por meio da Resolução CMN nº 4.452, de 17.12.2015, também pode ter contribuído para a retração das contratações no 1º semestre de 2016.”

3.3.1. Contratações no DF

No Distrito Federal, o número de contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2016 (475 operações) apresentou uma redução de 87,9% em relação ao 1º semestre de 2015 (3.938 operações), e o montante contratado também sofreu um decréscimo de 77,4% em relação ao mesmo período de 2015, de R\$392,3 milhões para R\$ 88,8 milhões.

Quadro 6a: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF - Comparativo 2015 x 2016 - R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2015		1º Semestre de 2016		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	3.180	285.158	72	20.695	-97,7%	-92,7%
Industrial	326	34.745	5	1.432	-98,5%	-95,9%
Infraestrutura	3	296	0	0	-100,0%	-100,0%
Turismo	282	24.215	1	189	-99,6%	-99,2%
Comércio e Serviços	2.569	225.901	66	19.074	-97,4%	-91,6%
Rural	758	107.144	403	68.145	-46,8%	-36,4%
Desenvolvimento Rural	-	-	218	60.386	100,0%	100,0%
Agropecuária Irrigada	-	-	-	-	-	-
Convir	-	-	-	-	-	-
ABC-Conservação da Natureza	-	-	5	814	100,0%	100,0%
ABC-ILPF	-	-	-	-	-	-
Ret. Matrizes	-	-	-	-	-	-
Proaqua	-	-	-	-	-	-
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	-	-	-	-
Pronaf-RA	35	850	15	353	-57,1%	-58,5%
Pronaf-Demais	217	7.296	165	6.592	-24,0%	-9,6%
Demais Rurais	506	98.998	223	61.200	-55,9%	-38,2%
Total Geral	3.938	392.301	475	88.840	-87,9%	-77,4%

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

3.3.2. Contratações no Estado de GO

O número de contratações realizadas no Estado de Goiás com recursos do FCO no 1º semestre de 2016 (5.758 operações) apresentou um decréscimo de 56,9% em relação ao 1º semestre de 2015 (13.347 operações) e o montante de recursos contratados (R\$ 643,5 milhões) obteve uma redução de 22,6% em relação ao mesmo período de 2015 (R\$ 830,9 milhões).

De acordo com a Nota 4 do Quadro “Recursos Previstos por UF e Setor” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, as instituições financeiras que atuam com recursos do FCO aplicarão nos municípios do Nordeste Goiano e do Oeste Goiano, no mínimo, 15% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás.

Consoante informação prestada no Relatório circunstanciado do BB, no 1º semestre de 2016 foram aplicados nos municípios do Nordeste Goiano e Oeste Goiano 74,3% do montante previsto na Programação do FCO para 2016 (R\$ 252,1 milhões). Sendo contratadas 345 operações num total de R\$ 49,4 milhões nos municípios do Nordeste Goiano e 1.519 operações num total de R\$ 137,8 milhões nos municípios do Oeste Goiano.

Quadro 6b: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no Estado de GO - Comparativo 2015 x 2016 - R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2015		1º Semestre de 2016		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.998	365.167	97	37.141	-96,8%	-89,8%
Industrial	786	133.598	17	10.032	-97,8%	-92,5%
Infraestrutura	22	30.793	6	1.647	-72,7%	-94,7%
Turismo	159	13.780	5	5.043	-96,9%	-63,4%
Comércio e Serviços	2.031	186.997	69	20.419	-96,6%	-89,1%
Rural	10.349	465.687	5.661	606.346	-45,3%	30,2%
Desenvolvimento Rural	-	-	2.800	455.633	100,0%	100,0%
Agropecuária Irrigada	-	-	2	1.567	100,0%	100,0%
Convir	-	-	-	-	-	-
ABC-Conservação da Natureza	-	-	5	666	100,0%	100,0%
ABC-ILPF	-	-	-	-	-	-
Ret. Matrizes	-	-	-	-	-	-
Proaqua	-	-	-	-	-	-
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	-	-	-	-
Pronaf-RA	135	2.613	116	2.461	-14,1%	-5,8%
Pronaf-Demais	8.897	276.239	2.738	146.018	-69,2%	-47,1%
Demais Rurais	1.317	186.835	-	-	-100,0%	-100,0%
Total Geral	13.347	830.854	5.758	643.486	-56,9%	-22,6%

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

3.3.3. Contratações no Estado de MS

No Estado de Mato Grosso do Sul, o número de contratações realizadas com recursos do FCO no 1º

semestre de 2016 (2.712 operações) foi 60,7% menor em relação ao 1º semestre de 2015 (6.896 operações), sendo que o montante contratado também sofreu um decréscimo de 15,4% em relação ao mesmo período de 2015, de R\$ 405,9 milhões para R\$ 343,3 milhões.

Quadro 6c: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no Estado de MS - Comparativo 2015 x 2016 - R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2015		1º Semestre de 2016		Variação%	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.812	292.822	75	16.212	-97,3%	-94,5%
Industrial	518	39.098	5	1.154	-99,0%	-97,0%
Infraestrutura	3	371	0	0	-100,0%	-100,0%
Turismo	236	17.453	3	518	-98,7%	-97,0%
Comércio e Serviços	2.055	235.900	67	14.540	-96,7%	-93,8%
Rural	4.084	113.105	2.637	327.075	-35,4%	189,2%
Desenvolvimento Rural	-	-	1.276	242.889	100,0%	100,0%
Agropecuária Irrigada	-	-	3	222	100,0%	100,0%
Convir	-	-	3	3.392	100,0%	100,0%
ABC-Conservação da Natureza	-	-	16	26.269	100,0%	100,0%
ABC-ILPF	-	-	2	5.294	100,0%	100,0%
Ret. Matrizes	-	-	9	2.026	100,0%	100,0%
Proaqua	-	-	-	-	-	-
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	8	906	100,0%	100,0%
Pronaf-RA	746	13.474	150	2.895	-79,9%	-78,5%
Pronaf Demais	3.338	99.631	1.170	43.182	-64,9%	-56,7%
Demais Rurais	1.118	261.869	-	-	-100,0%	-100,0%
Total Geral	6.896	405.927	2.712	343.287	-60,7%	-15,4%

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

3.3.4. Contratações no Estado de MT

O número de contratações realizadas no Estado de Mato Grosso durante o 1º semestre de 2016 (3.707 operações) apresentou uma redução de 67,8% em relação ao 1º semestre de 2015 (11.498 operações), assim como o montante de recursos contratados (R\$ 567,2 milhões) que reduziu em 23,0% em relação ao mesmo período de 2015 (R\$ 736,2).

Quadro 6d: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no Estado de MT - Comparativo 2015 x 2016 - R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2015		1º Semestre de 2016		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2706	229.204	116	42.022	-95,7%	-81,7%
Industrial	763	72.472	10	2.709	-98,7%	-96,3%
Infraestrutura	7	673	2	19.836	-71,4%	2847,4%
Turismo	235	17.885	11	1.593	-95,3%	-91,1%
Comércio e Serviços	1.701	138.174	93	17.883	-94,5%	-87,1%
Rural	8792	506.950	3.591	525.172	-59,2%	3,6%
Desenvolvimento Rural	-	-	885	319.808	100,0%	100,0%
Agropecuária Irrigada	-	-	3	1.902	100,0%	100,0%
Convir	-	-	-	-	-	-
ABC-Conservação da Natureza	-	-	6	2.484	100,0%	100,0%
ABC-ILPF	-	-	-	-	-	-
Ret. Matrizes	-	-	34	9.022	100,0%	100,0%
Proaqua	-	-	1	500	100,0%	100,0%
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	-	-	-	-
Pronaf-RA	158	3.780	48	1.192	-69,6%	-68,5%
Pronaf Demais	7.968	342.758	2.614	190.264	-67,2%	-44,5%
Demais Rurais	666	160.412	-	-	-100,0%	-100,0%
Total Geral	11.498	736.154	3.707	567.193	-67,8%	-23,0%

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

3.4. Contratações por Setor Assistido

Na avaliação das contratações por setor assistido, destacam-se as operações do setor rural que foi responsável pela contratação de 12.292 operações (97,2% das operações contratadas) e com montante de R\$ 1.526,7 milhões (92,9% do valor total financiado), o que corresponde a 59,5% da previsão para o setor no exercício de 2016 (R\$ 2.567,6).

As contratações do setor empresarial, por sua vez, também ficaram abaixo do percentual previsto na Programação do FCO para 2016. Foram financiadas 360 operações (2,8% das operações contratadas),

totalizando R\$ 116,1 milhões, o que corresponde a 3,6% do previsto para esse setor no exercício de 2016 (R\$ 3.228,3 milhões).

O quadro a seguir apresenta os valores contratados nos setores empresarial e rural no 1º semestre de 2016:

Quadro 7: Contratações por Setor e UF (R\$ mil)

UF Setor	DF	GO	MS	MT	Total
Empresarial	20.695	37.141	16.212	42.022	116.069
% realizado	23,3%	5,8%	4,7%	7,4%	7,1%
Rural	68.145	606.346	327.075	525.172	1.526.738
% realizado	76,7%	94,2%	95,3%	92,6%	92,9%
Total	88.840	643.486	343.287	567.193	1.642.807
%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais de Junho de 2016

3.5. Contratações por Porte de Mutuário

Para enquadramento das operações, os beneficiários são classificados quanto ao porte, observados os critérios aprovados pelo Condel/Sudeco. Para o exercício de 2016, os parâmetros aprovados no âmbito da Programação do Fundo são os seguintes:

Quadro 8: Classificação Quanto ao Porte vigente em 2016

Beneficiários	Setor	Faturamento Bruto Anual / Renda Agropecuária Bruta Anual
Empreendedor Individual	Empresarial	Até R\$ 60 mil
Micro/Mini	Empresarial	Até R\$ 360 mil
	Rural	
Pequeno	Empresarial	Acima de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões
	Rural	
Pequeno-Médio	Empresarial	Acima de R\$ 3,6 milhões até R\$ 16 milhões
	Rural	
Médio	Empresarial	Acima de R\$ 16 milhões até R\$ 90 milhões
	Rural	
Grande	Empresarial	Acima de R\$ 90 milhões
	Rural	

Fonte: Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, e Programação do FCO para 2016.

Ademais, de acordo com a Programação do FCO para 2016 (Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária), as contratações devem respeitar os seguintes percentuais mínimos e máximos (pisos e tetos):

- no mínimo, 51,0% dos recursos previstos para o exercício junto a empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões), sendo, no mínimo, 30,0% junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 3,6 milhões); e
- no máximo, 49,0% junto a médios e grandes tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual acima de R\$ 16 milhões).

Ao analisar o desempenho das contratações com os tomadores de menor porte e com os de maior porte, percebe-se que foram atendidas as diretrizes, orientações gerais e prioridades do Fundo, definidas na Lei n.º 7.827, pelo MI e pelo Condel/Sudeco, no sentido de dar tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e de pequenas e microempresas.

Quadro 9: Contratações por Porte e UF

Porte						(R\$ mil)
	DF	GO	MS	MT	Total	(%)
Grande	11.063	18.396	52.237	42.036	123.732	7,50%
Médio	21.892	95.304	85.039	127.957	330.192	20,10%
Subtotal	32.955	113.699	137.276	169.994	453.924	27,60%
Pequeno-médio	17.929	80.382	32.091	45.948	176.350	10,70%
Pequeno	33.129	350.687	132.384	326.280	842.481	51,30%
Mini/Micro	4.824	98.714	41.530	24.948	170.017	10,30%
EI	4	4	5	23	35	0,00%
Subtotal	55.885	529.787	206.011	397.200	1.188.883	72,40%
Total Geral	88.840	643.486	343.287	567.193	1.642.807	100,00%

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

3.5.1. Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

As contratações com tomadores de menor porte atingiram o montante de R\$ 1.188,9 milhões, o que representa 72,4% do total contratado na Região.

Constata-se que em todas as UFs as contratações dos tomadores de menor porte superaram as de maior porte (62,9% no DF, 82,3% em GO, 60,0% em MS, e 70,0% em MT), o que contribuiu para a superação da meta de 51,0% dos recursos previstos na Programação do FCO para 2016.

3.5.2. Contratações com médios e grandes tomadores

No 1º semestre de 2016, as contratações com médios e grandes tomadores atingiram o montante de R\$ 453,9 milhões, o que representa 27,6% do total contratado na Região (R\$ 1.642,8 milhões).

Desses R\$ 453,9 milhões, R\$ 123,7 milhões (27,3%) foram destinados a grandes tomadores e R\$ 330,2 milhões (72,7%) a médios tomadores.

3.6. Pronaf Operacionalizado

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é um programa do Governo Federal criado em 1995, que financia projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Consoante o Manual de Crédito Rural (MCR 10) do Banco Central do Brasil (Bacen), o Pronaf destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

A Programação do FCO para 2016 define que o Pronaf é operacionalizado de acordo com as normas disciplinadas no MCR 10, estabelecidas por Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e demais normativos do Bacen, estando dividido em Pronaf Demais (linhas não destinadas a reforma agrária) e Pronaf Reforma Agrária Planta Brasil (linhas destinadas a reforma agrária). Conforme o Quadro a seguir por UF:

Quadro 10: Contratações do Pronaf por UF

Programa											(R\$ mil)
	DF		GO		MS		MT		Total		
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Pronaf Demais	165	6.592	2.738	146.018	1.170	43.182	2.614	190.264	6.687	386.055	
Pronaf RA	15	353	116	2.461	150	2.895	48	1.192	329	6.901	
Total	180	6.945	2.854	148.479	1.320	46.077	2.662	191.455	7.016	392.956	

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

No 1º semestre de 2016 foram contratadas 6.687 operações do Pronaf Demais, o que corresponde a 52,9% das 12.652 operações contratadas no período, num total de R\$ 386,0 milhões, o que corresponde a 23,5%

do volume financiado no período (R\$ 1.642,8 milhões).

No Pronaf RA, o FCO financiou 329 operações, o que corresponde a 2,6% do total de operações contratadas no período (12.652), num total de R\$ 6,9 milhões, ou seja, 0,4% do volume financiado no período.

3.7. Contratações por Faixa de Valores

No setor empresarial, o maior volume de contratações, em número de operações, está na faixa acima de R\$ 35 mil até R\$100 mil, com 111 operações contratadas, num montante de R\$ 7,7 milhões, o equivalente a 30,8% do total de operações contratadas (360) no setor. Entretanto, considerando o volume total contratado, a faixa de valores acima de R\$ 1.000 mil até R\$ 10.000 mil, apresentou o maior montante, com R\$ 35,0 milhões (30,1% do total contratado).

Quadro 11: Contratações nas Linhas Empresariais por Faixas e Valores

(R\$ mil)

Linhas Empresariais Faixa Valores	Industrial		Infraestrutura		Turismo		Comércio e Serviços		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Até R\$ 1 mil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de R\$ 1 mil até R\$ 10 mil	3	16	-	-	-	-	7	53	10	69
Acima de R\$ 10 mil até R\$ 35 mil	3	93	-	-	2	47	40	935	45	1.075
Acima de R\$ 35 mil até R\$ 100 mil	5	351	-	-	8	573	98	6.832	111	7.756
Acima de R\$ 100 mil até R\$ 200 mil	7	962	2	332	5	783	79	11.437	93	13.514
Acima de R\$ 200 mil até R\$ 500 mil	12	4.135	5	1.605	3	790	40	12.967	60	19.498
Acima de R\$ 500 mil até R\$ 1.000 mil	4	2.893	-	-	1	600	22	16.139	27	19.633
Acima de R\$ 1.000 mil até R\$ 10.000 mil	3	6.877	-	-	1	4.550	9	23.551	13	34.979
Acima de R\$ 10.000 mil	-	-	1	19.546	-	-	-	-	1	19.546
Total	37	15.327	8	21.483	20	7.343	295	71.916	360	116.069

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

No setor rural, a maior demanda por financiamentos tanto em termos de operações contratadas quanto em volume total contratado contemplou projetos na faixa de valores acima de R\$ 35,0 mil até R\$ 100,0 mil, com a contratação de 6.646 operações (54,1% do total de operações contratadas no setor) no montante de R\$ 523,8 milhões (34,3% do total contratado).

Quadro 12: Contratações nas Linhas Rurais por Faixas e Valores

(R\$ mil)

Linhas Empresariais Faixa Valores	Pronaf Demais		Pronaf RA		Demais Rurais		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Até R\$ 1 mil	1	1	-	-	-	-	1	1
Acima de R\$ 1 mil até R\$ 10 mil	417	2.878	82	545	7	55	506	3.477
Acima de R\$ 10 mil até R\$ 35 mil	2.078	52.576	247	6.356	184	4.828	2.509	63.760
Acima de R\$ 35 mil até R\$ 100 mil	3.734	267.403	-	-	2.912	256.431	6.646	523.834
Acima de R\$ 100 mil até R\$ 200 mil	457	63.198	-	-	1.259	200.975	1.716	264.173
Acima de R\$ 200 mil até R\$ 500 mil	-	-	-	-	534	182.458	534	182.458
Acima de R\$ 500 mil até R\$ 1.000 mil	-	-	-	-	268	192.756	268	192.756
Acima de R\$ 1.000 mil até R\$ 10.000 mil	-	-	-	-	109	252.855	109	252.855
Acima de R\$ 10.000 mil	-	-	-	-	3	43.424	3	43.424
Total	6.687	386.055	329	6.901	5.276	1.133.782	12.292	1.526.738

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

3.8. Ticket Médio das Contratações

Em comparação ao 1º semestre de 2015, em 2016, o ticket médio das operações apresentou um aumento da ordem de 81,9%, saindo de R\$ 71,4 mil para R\$ 129,8 mil.

Abaixo os quadros do ticket médio das operações por programa e por UF:

Quadro 13: Ticket médio das operações por Programa

Setor/Linha	1º Semestre de 2015			1º Semestre de 2016			(R\$ mil)
	Qtde.	Valor	Ticket médio	Qtde.	Valor	Ticket médio	Variação (%)
Empresarial	11.696	1.172.351	100,2	360	116.069	322,4	221,7
Industrial	2.393	279.913	117	37	15.327	414,3	254,1
Infraestrutura	35	32.133	918,1	8	21.483	2.685,40	192,5
Turismo	912	73.333	80,4	20	7.343	367,1	356,6
Comércio e Serviços	8.356	786.972	94,2	295	71.916	243,8	158,8
Rural	25.101	1.454.754	58	12.292	1.526.738	124,2	114,3
Pronaf Demais	20.420	725.923	35,5	6.687	386.055	57,7	62,4
Pronaf-RA	1.074	20.718	19,3	329	6.901	21	8,7
Demais Rurais	3.607	708.113	196,3	5.276	1.133.782	214,9	9,5
Total	36.797	2.627.105	71,4	12.652	1.642.807	129,8	81,9

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Quadro 14: Ticket médio das operações por UF

Setor/Linha	1º Semestre de 2015			1º Semestre de 2016			(R\$ mil)
	Qtde.	Valor	Ticket médio	Qtde.	Valor	Ticket médio	Variação (%)
DF	3.938	392.301	99,6	475	88.840	187	87,7
GO	13.347	830.854	62,3	5.758	643.486	111,8	79,5
MS	8.014	667.797	83,3	2.712	343.287	126,6	51,9
MT	11.498	736.153	64	3.707	567.193	153	139
Total	36.797	2.627.105	71,4	12.652	1.642.807	129,8	81,9

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Na comparação entre o 1º semestre de 2016 e o 1º semestre de 2015 observa-se aumento no valor do ticket médio das operações contratadas em todos os setores e em todas as UFs.

3.9. Aplicações realizadas por outras Instituições Financeiras

O Banco do Brasil S.A., em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e na Portaria MI n.º 616, de 26.05.2003, tem repassado recursos a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), a saber:

- Banco de Brasília (BRB);
- Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob);
- Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento);
- Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento);
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); e
- Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi).

A estimativa de repasse de recursos a essas instituições é de 7% dos recursos previstos para o exercício, respeitado o saldo disponível no limite de crédito deferido pelo Banco Administrador para cada uma delas, o que corresponde, em 2016, a R\$ 405,7 milhões.

Quadro 15: Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Programa/Porte

Instituição	Bancoob		BRB		BRDE		GO Fomento		MT Fomento		Sicredi		Total		(R\$ mil)
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Setor/Linha	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Empresarial	2	649	7	4.194	2	5.934	12	4.507	7	1.105	18	3.904	48	20.292	
Industrial	-	-	-	-	-	-	1	40	-	-	-	-	1	40	
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	5	452	-	-	5	452	
Comércio e Serviços	2	649	7	4.194	2	5.934	11	4.467	2	654	18	3.904	42	19.801	
Rural	35	7.544	-	-	21	18.989	7	1.855	-	-	114	20.654	177	46.843	
Total	37	8.193	7	4.194	23	21.923	19	6.362	7	1.105	132	24.558	225	66.335	
Porte	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Pequeno-Médio	3	2.686	-	-	-	-	-	-	-	-	12	4.738	15	7.424	
Pequeno	25	4.341	7	4.194	4	476	19	6.362	2	654	86	15.889	143	31.915	
Mini-Micro	9	1.166	-	-	19	21.447	-	-	5	452	34	3.931	67	26.996	
EI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	37	8.193	7	4.194	23	21.923	19	6.362	7	1.105	132	24.558	225	66.335	

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

No 1º semestre de 2016, as Instituições Operadoras do Repasse contrataram 225 operações (1,8% das operações contratadas) e financiaram R\$ 66,3 milhões (4,0% do valor financiado), o que equivale a 16,4% do montante previsto para aplicação no exercício de 2016 nessa modalidade (R\$ 405,7 milhões).

Em comparação ao 1º semestre de 2015, a quantidade de operações contratadas caiu de 238 operações para 225, uma redução de 5,5%, entretanto, o volume contratado cresceu, saindo de R\$ 50,6 milhões para R\$ 66,3 milhões, o que corresponde a um incremento de 31,03%.

O Quadro abaixo apresenta as contratações do Programa de FCO para Repasse de acordo com a tipologia definida na PNDR:

Quadro 16: Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Tipologia

(R\$ mil)

Tipologia	BRB		BRDE		Goiás Fomento		MT Fomento		Sicredi		Bancoob		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alta Renda	22	3.817	7	4.194	3	6.304	14	5.575	6	809	52	10.595	104	31.494
Dinâmica	3	2.144	-	-	11	5.167	-	-	-	-	46	6.943	60	14.254
Estagnada	12	2.232	-	-	9	10.251	5	787	1	297	34	7.020	61	20.387
Total	37	8.193	7	4.194	23	21.923	19	6.362	7	1.105	132	24.558	225	66.335

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Nos números apresentados no quadro acima, constata-se que os municípios classificados como de Alta Renda absorveram 46,2% das operações contratadas (104 operações) e 47,5% dos recursos utilizados (R\$ 31,5 milhões). Já os municípios de Rendas Dinâmica e Estagnada, em conjunto, foram responsáveis por 53,8% das operações contratadas no período (121 operações) e 52,5% dos recursos utilizados (R\$ 34,8 milhões).

3.10. Beneficiários de Primeira Contratação

No 1º semestre de 2016 foram formalizadas 3.932 operações com novos beneficiários no montante de R\$ 402,4 milhões. Esses números representam 31,1% do total de contratos formalizados (12.652) e 24,5% do total de recursos aplicados (R\$ 1.642,8 milhões), superando a meta de 20,0% para operações com novos beneficiários:

Quadro 17: Contratações com novos beneficiários por Setor/Linha

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Setor/Linha	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	37	11.654	31	18.134	25	5.169	34	25.213	127	60.170
Industrial	3	1.030	7	6.953	1	500	3	236	14	8.718
Infraestrutura	-	-	3	783	-	-	2	19.836	5	20.619
Turismo	1	189	2	84	1	122	1	600	5	994
Com e Serviços	33	10.435	19	10.315	23	4.547	28	4.541	103	29.838
Rural	156	9.813	1.595	131.013	688	60.592	1.366	140.784	3.805	342.202
Total	193	21.467	1.626	149.147	713	65.761	1.400	165.997	3.932	402.371

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Os empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores contrataram R\$ 314,3 milhões em 3.756 operações, correspondentes a 78,1% dos recursos aplicados (R\$ 402,4 milhões) e a 95,5% das operações formalizadas (3.932) com novos beneficiários. Os médios e grandes tomadores foram beneficiados com R\$ 88,0 milhões em 176 operações, correspondentes a 21,9% dos recursos aplicados e 4,5% das operações formalizadas com novos beneficiários.

Quadro 18: Contratações com novos beneficiários por Porte

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Porte	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Grande	1	204	13	2.468	9	17.248	12	24.998	35	44.918
Médio	8	4.898	67	15.726	36	9.836	30	12.668	141	43.128
Peq-médio	6	1.872	29	21.760	8	1.167	9	4.189	52	28.989
Pequeno	160	13.415	1.316	86.105	608	33.103	1.295	116.475	3.379	249.098
Mini/Micro	17	1.074	200	23.084	52	4.407	52	7.644	321	36.208
EI	1	4	1	4	-	-	2	23	4	30
Total	193	21.467	1.626	149.147	713	65.761	1.400	165.997	3.932	402.371

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

Considerando a tipologia, os municípios de rendas dinâmica e estagnada concentraram 75,7% das operações contratadas com novos beneficiários (2.975) e 70,7% dos recursos utilizados (R\$ 284,7 milhões), atendendo, assim, à prioridade de apoiar projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais nos espaços considerados prioritários segundo a Política Nacional de

Desenvolvimento Regional (PNDR).

Quadro 19 – Contratações com novos beneficiários por Porte

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
Tipologia	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Alta Renda	35	9.187	642	75.689	176	11.902	104	20.922	957	117.700
Dinâmica	-	-	456	34.938	209	17.729	669	71.186	1.334	123.853
Estagnada	158	12.280	528	38.520	328	36.130	627	73.889	1.641	160.818
Total	193	21.467	1.626	149.147	713	65.761	1.400	165.997	3.932	402.371

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB

4. ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS

4.1. Indicadores de Desempenho

Na avaliação dos resultados do Fundo são utilizados os indicadores quantitativos e metas de gestão de desempenho do FCO aprovados pelo Condel/Sudeco por meio da Resolução n.º 043, de 29.12.2015:

a.1.) Índice de Contratações por Porte – ICMP:

ICMP =	VCMP	Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no Exercício
	VCT	Valor Contratado Total no Exercício

a.2.) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício – ICNB:

ICNB =	QONB	Quantidade de Operações Contratadas com Novos Beneficiários
	QOT	Quantidade de Operações Contratadas Total

a.3.) Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios – ICTM

ICTM =	VCTM	Valor Contratado nos Municípios Integrantes das microrregiões classificadas na Tipologia da PNDR como de Renda Estagnada e Dinâmica
	VCT	Valor Contratado Total no Exercício

a.4.) Índice de Desconcentração do Crédito – IDC

IDC =	VCT	Valor Contratado Total no Exercício
	QOC	Quantidade Operações contratadas no Exercício

a.5.) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício – ICCE

ICCE =	MOC	Quantidade de Municípios com Operações Contratadas
	MR	Quantidade de Municípios na Região Centro-Oeste

a.6.) Índice de Contratações nos Municípios da Faixa de Fronteira – ICFF

ICFF =	VCFF	Valor Contratado nos Municípios Integrantes da Faixa de Fronteira
	VCT	Valor Contratado Total no Exercício

Indicadores Quantitativos de Avaliação da Gestão do Administrador do Fundo:**b.1.) Índice de Aplicação – IA:**

IA =	VCT	Valor Contratado Total no Exercício
	VDE	Valor Distribuído no Exercício

b.2.) Índice de Inadimplência – II:

II =	SPV	Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100% IF)
	SDT	Saldo Devedor Total das Operações de Crédito (Risco 100% IF)

b.3.) Índice de Contratações por UF – ICUF:

ICUF =	VCUF	Valor Contratado nas Unidades Federativas
	VCT	Valor Contratado Total no exercício

b.4.) Índice de Contratações nas Atividades de Comércio e Serviços – ICCS:

ICCS =	VCCS	Valor Contratado no Setor de Comércio e Serviços no Exercício
	VCT	Valor Total Previsto para Aplicação no exercício

4.2. Metas de Desempenho e Resultados Alcançados

Quadro 20: Indicadores e Metas - Resultados Alcançados no 1º Semestre de 2016

Alinea	Indicador	Meta	Resultado
Indicadores Quantitativos de Avaliação da Política Pública de Desenvolvimento Regional			
a.1.	Índice de Contratações com Menor Porte	51,0%	72,4%
a.2.	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual	20,0%	31,1%
a.3.	Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios	57,0%	67,1%
a.4.	Índice de Desconcentração do Crédito (em R\$ 1,00)	R\$ 130.000	R\$ 129.846
a.5.	Índice de Cobertura das Contratações no Exercício	100,0%	94,2%
a.6.	Índice de Contratações nos Municípios da Faixa de Fronteira	17,5%	20,5%
Indicadores Quantitativos de Avaliação da Gestão do Administrador do Fundo			
b.1.	Índice de Aplicação	90,0%	40,8%
b.2.	Índice de Inadimplência (até)	1,0%	0,5%
b.3.	Índice de Contratações por UF	DF	19,0%
		GO	29,0%
		MT	29,0%
		MS	23,0%
b.4.	Índice de Contratações nas Atividades de Comércio e Serviços	30,0%	1,4%

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais

5. GESTÃO DO FUNDO

5.1. Formação de Alianças Institucionais

Considerando seu importante papel no fomento ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste, bem como para aplicação mais efetiva dos recursos do Fundo, a Sudeco, individualmente ou em parceria, fortaleceu, no 1º semestre de 2016, por meio de diversas ações, a formação de alianças Institucionais, trazendo para discussão os mais variados parceiros, como governos estaduais e do DF, instituições operadoras, Sebrae etc. As principais ações foram:

- 16.02.2016: Programação do FCO – Financiamento de Matrizes Bovinas – Brasília-DF;
- 24.02.2016: Fundos de Desenvolvimento Regional (BB, MI, Sudam, Sudene e Sudeco) - Brasília-DF;
- 08.03.2016: Setor Portuário: Desafios e Oportunidades – Cuiabá-MT;
- 09.03.2016: Abertura da Dinâmica Agropecuária – Campo Grande-MS;
- 18.03.2016: Expotec Embrapa – Santo Antônio de Goiás-GO;
- 31.03.2016: Seminário Agronegócios e Energias Renováveis – Goiânia-GO;
- 07.04.2016: Seminário Rotas da Integração – Goiânia-GO;
- 08.04.2016: Competitividade para os pequenos negócios do segmento do turismo no Centro-Oeste – Bonito-MS;
- 19.04.2016: Fórum Brasil Central – Cuiabá-MT;
- 12.05.2016: AgroBrasília – Brasília-DF;
- 17.05.2016: Inauguração do Observatório de Turismo – Brasília-DF;
- 09.06.2016: Exponop – Sinop-MT;
- 21.06.2016: Comissão de Desenvolvimento Econômico Vale do Rio de Cuiabá – Cuiabá-MT.

5.2. Ações realizadas com a finalidade de estimular o atendimento

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, atenta à necessidade de cumprimento da Programação do FCO, que prevê a aplicação de 51% dos recursos em empreendimentos de tomadores de menor porte, em articulação com o Banco do Brasil, os governos estaduais e do DF, dentre outros parceiros, realizaram algumas ações no 1º semestre de 2016, com destaque:

- Apresentação das condições de financiamento do FCO e FDCO
- 25.04.2016: Cuiabá-MT
- 26.04.2016: Campo Grande-MS
- 28.04.2016: Goiânia-GO

5.3 Auditoria Externa

De acordo com o § 2º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deve ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do 1º semestre de 2016 foi a KPMG Auditores Independentes. Em seu Relatório de 28.09.2016, a KPMG Auditores Independentes afirma que foram examinadas as demonstrações contábeis do FCO, que compreendem o balanço patrimonial em 30.06.2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração do Fundo com base na regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, conforme Notas Explicativas n.º 2 e 3.

Registra, quanto à responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis, que a administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais e pelos controles internos necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Salienta que a responsabilidade dos auditores independentes é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em sua auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Acrescenta que uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Registra, ainda, acreditar que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião.

Afirma que, em sua opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, descritas nas Notas Explicativas n.º 2 e 3 às referidas demonstrações contábeis.

Quanto à base de elaboração das demonstrações contábeis, a KPMG, sem modificar sua opinião, chama a atenção para as Notas Explicativas n.º 2 e 3 às demonstrações contábeis, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

6. PNDR

6.1. Impactos para o Desenvolvimento Regional

O Condel/Sudeco, em conformidade com o art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, e o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, definiu, por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015, alterada pela Resolução Condel/Sudeco n.º 45, de 26.04.2016, publicada no DOU de 02.05.2016, as diretrizes e prioridades para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2016.

As ações desenvolvidas para atendimento das prioridades definidas pelo Condel e os resultados alcançados no 1º semestre de 2016, de acordo com as informações contidas no Relatório Circunstanciado do Banco Administrador, apresentadas a seguir:

a) **projetos de apoio a mini, pequeno e pequeno-médios tomadores, inclusive de apoio aos empreendedores individuais e à agricultura familiar:**

No 1º semestre de 2016, as contratações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R\$ 1.188,9 milhões, o que representa 72,4% do montante contratado (R\$ 1.642,8 milhões), ultrapassando, assim, a meta prevista de 51% para aplicação junto ao tomador de menor porte.

Em relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, foram contratadas 6.687 operações do Pronaf Demais, o que corresponde a 52,9% das 12.652 operações contratadas no período, num total de R\$ 386,0 milhões, o que corresponde a 23,5% do volume financiado no período (R\$ 1.642,8 milhões).

No Pronaf RA o FCO financiou 329 operações, o que corresponde a 2,6% do total de operações contratadas no período (12.652), num total de R\$ 6,9 milhões, ou seja, 0,4% do volume financiado no período.

b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, de alianças mercadológicas e de arranjos produtivos locais, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, no

1º semestre de 2016 estima-se em 208,3 mil o número total de empregos gerados e/ou mantidos na região (78,5 mil diretos e 129,8 mil indiretos).

Se considerado o período de 1989, data de início dos financiamentos do FCO, até junho de 2016, estima-se que o número de empregos gerados e/ou mantidos no Centro-Oeste, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa a 6.269,8 mil.

Consoante as informações apresentadas no Relatório Circunstanciado do BB, a seguir exemplos de projetos que atendem a prioridade:

Agência: 0377

Nº Operação: 4007726

Valor da Operação: R\$ 1.397.450,00

Finalidade: Aquisição colheitadeira, plataforma de corte, pulverizador e distribuidor de adubo

Município: Formosa - GO

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Modernização para buscar alta produtividade, com maior geração de receita para a região

Empregos gerados ou mantidos: 42 empregos

Agência: 0269

Nº Operação: 4003196

Valor da Operação R\$163.419,30

Finalidade: Construção de residência/moradia rural para funcionários

Município: Brasilândia - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Moradia, bem estar e manutenção de emprego e renda na área/atividade rural

Empregos gerados ou mantidos: 16 empregos

Agência: 7084

Nº Operação: 4001088

Valor da Operação: R\$ 963.913,92

Finalidade: Construção de estrutura de confinamento para engorda de bovinos

Município: Itaquiraí - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Criação de empregos diretos (trabalhadores rurais para o empreendimento) e empregos temporários (para construção da estrutura), além de agregar tecnologia no manejo da bovinocultura.

Empregos gerados ou mantidos: 15 empregos

Agência: 1881

Nº Operação: 4005336

Valor da Operação R\$ 1.767.870,52

Finalidade: Eucalipto/Reflorestamento

Município: Ribas do Rio Pardo - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Criação e manutenção de emprego e renda na área/atividade rural

Empregos gerados ou mantidos: 10 empregos diretos e 50 indiretos

Agência: 2340

Nº Operação: 4001546

Valor da Operação R\$ 599.900,00

Finalidade: Pastagem e outros melhoramentos

Município: Nioaque - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Criação e manutenção de emprego e renda na área/atividade rural

Empregos gerados ou mantidos: 2 empregos diretos e 2 indiretos

Agência: 1881

Nº Operação: 4005353

Valor da Operação R\$ 3.442.824,05

Finalidade: Pastagem

Município: Rio Brilhante - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Criação e manutenção de emprego e renda na área/atividade rural

Empregos gerados ou mantidos: 8 empregos diretos e 20 indiretos

Agência: 4896

Nº Operação: 4001214

Valor da Operação: R\$ 12.126.135,70

Finalidade: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

Município: Santo Afonso - MT

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Elevação da capacidade de apascentamento de gado nas regiões beneficiadas, melhora na qualidade de vida do trabalhador com a construção/reforma de 10 moradias, consolidação da cultura da soja na região, elevação da arrecadação com o aumento da receita/venda dos produtos (gado, soja e milho) e implantação, com êxito, de um novo modelo de gestão das propriedades agrícolas, não deixando ociosa a terra

Empregos gerados ou mantidos: 22 empregos diretos e 66 indiretos

c) projetos voltados para a conservação e a proteção do meio ambiente, a recuperação de áreas degradadas/alteradas, de reserva legal, de matas ciliares e/ou de preservação permanente, a recuperação de vegetação nativa e o desenvolvimento de atividades sustentáveis, bem como projetos de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF):

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (FCO Verde): Modalidade 1 – Conservação da Natureza teve, no 1º semestre de 2016, R\$ 30,2 milhões de recursos contratados.

Já a Modalidade 2 – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) da Linha, criada com o objetivo de intensificar o uso da terra em áreas já desmatadas, por meio da disseminação de sistemas de produção sustentáveis e que integrem agricultura, pecuária e floresta, teve, no mesmo período, R\$ R\$ 5,3 milhões de recursos contratados.

Em síntese, foram realizadas, no âmbito da Linha (Modalidades 1 e 2), 34 operações no valor total de R\$ 35,5 milhões.

De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, a estimativa de aplicação de recursos do FCO no exercício, para o financiamento de projetos de conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis é de, no mínimo, 5% dos recursos previstos no exercício (R\$ 289,8 milhões).

Embora os resultados estejam aquém do esperado, o Banco do Brasil S.A. destaca em seu Relatório Circunstanciado que tem fortalecido as parcerias com as entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis.

Quadro 21: Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente

(R\$ mil)

UF	Conservação da Natureza		ILPF		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	5	814	-	-	5	814
GO	5	666	-	-	5	666
MS	16	26.269	2	5.294	18	31.564
MT	6	2.484	-	-	6	2.484
Total	32	30.233	2	5.294	34	35.527

Fonte: Caderno de Informações Gerencias

d) projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de

novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada e projetos que viabilizem a introdução de inovações tecnológicas nos sistemas produtivos, contemplando o apoio ao desenvolvimento tecnológico, implantação de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, aquisição de equipamentos, aquisição de licença de uso de tecnologias e processos, assim como o suporte às atividades de proteção do conhecimento (registro de marcas e patentes):

No Relatório Circunstanciado do Banco Administrador, estão relacionadas algumas operações contratadas junto aos setores agropecuário, industrial, comercial e de serviços que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

A título de informação, a seguir, transcrição das operações apresentadas no Relatório Circunstanciado do Banco:

Agência: 0377

Nº Operação: 4007726

Valor da Operação: R\$ 1.397.450,00

Finalidade: Aquisição colheitadeira, plataforma de corte, pulverizador e distribuidor de adubo

Município: Formosa - GO

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Modernização para buscar alta produtividade, com maior geração de receita para a região

Empregos gerados ou mantidos: 42 empregos

Agência: 3426

Nº Operação: 4017857

Valor da Operação: R\$ 4.216.740,80

Finalidade: Construção de aviário e aquisição de equipamentos

Município: Dourados - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural - Convir

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 4 empregos diretos e 16 indiretos

Agência: 1147

Nº Operação: 4007155

Valor da Operação: R\$ 3.980.000,00

Finalidade: Construção de aviário e aquisição de equipamentos

Município: Dois Irmãos do Buriti - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural - Convir

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 8 empregos diretos e 96 indiretos

Agência: 0302

Nº Operação: 4000914

Valor da Operação: R\$ 714.400,00

Finalidade: Aquisição de bovinos

Município: Itiquira - MT

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Modernização de técnicas de engorda e logística para abate e processamento, com incremento da rentabilidade

Empregos gerados ou mantidos: 7 empregos, diretos e indiretos

Agência: 4635

Nº Operação: 4000415

Valor da Operação: R\$ 900.000,00

Finalidade: Aquisição de bovinos – matrizes para a produção de carne

Município: Nova Xavantina - MT

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: O empreendimento contribui para geração de emprego e renda, a dinamização dos mercados, a redução das desigualdades local e regional, difusão de novas tecnologias e o desenvolvimento no setor agropecuário

Empregos gerados ou mantidos: 03 empregos

Agência: 4896

Nº Operação: 4001214

Valor da Operação: R\$ 12.126.135,70

Finalidade: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

Município: Santo Afonso - MT

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Elevação da capacidade de apascentamento de gado nas regiões beneficiadas, melhora na qualidade de vida do trabalhador com a construção/reforma de 10 moradias, consolidação da cultura da soja na região, elevação da arrecadação com o aumento da receita/venda dos produtos (gado, soja e milho) e implantação, com êxito, de um novo modelo de gestão das propriedades agrícolas, não deixando ociosa a terra

Empregos gerados ou mantidos: 22 empregos diretos e 66 indiretos

e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em polos turísticos:

No 1º semestre de 2016 foram contratadas 20 operações no montante de R\$ 7,3 milhões, o que representa 2,1% dos recursos previstos (R\$ 355,5 milhões) no âmbito das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e para MGE.

Quadro 22: Projetos do setor de turismo

					(R\$ mil)
Contratações	DF	GO	MS	MT	Total
Quantidade	1	5	3	11	20
%	5,00%	25,00%	15,00%	55,00%	100,00%
Valor	188,7	5.042,80	518	1.593,30	7.342,90
%	2,60%	68,70%	7,10%	21,70%	100,00%

Fonte: Caderno de Informações Gerencias

f) projetos da indústria, prioritariamente:

- as atividades industriais voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia produtiva da indústria de alimentos e bebidas, vestuário, mobiliário, metal-mecânico, editorial e gráfico, fármacos e químico, construção civil e tecnologia da informação e das áreas de desenvolvimento econômico; e
- as atividades industriais consideradas estratégicas para a consolidação de parques industriais

No Relatório Circunstanciado do Banco, estão relacionadas algumas operações contratadas que atendem a esta prioridade, conforme abaixo:

Agência: 4535

Nº das Operações: 4002457, 4002472, 4002473, 4002444, 4002448, 4002458, 4002487, 4002522, 4002523 e 4002555

Valor das Operações: R\$ 30.500.227,55

Finalidade: Construção de aviário e aquisição de equipamentos

Município: Mineiros - GO

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural - Convir

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 52 empregos diretos e 52 indiretos

Agência: 0918

Nº das Operações: 4001735 e 4001736

Valor das Operações: R\$ 2.399.910,76

Finalidade: Custeio de lavoura de soja

Município: Catalão - GO

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Criação de novos empregos no campo e na cidade e aumento de receita do produtor

Empregos gerados ou mantidos: 8 empregos diretos e 8 indiretos

Agência: 1147

Nº das Operações: 4007147, 4007169, 4007258 e 4007262

Valor das Operações: R\$ 14.448.000,00

Finalidade: Construção de aviário e aquisição de equipamentos

Município: Sidrolândia - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural - Convir

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 8 empregos diretos e 192 indiretos

Agência: 3426

Nº das Operações: 4017890 e 4018053

Valor das Operações: R\$ 5.171.582,00

Finalidade: Construção de aviário e aquisição de equipamentos

Município: Dourados - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural - Convir

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor e aumento de tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 8 empregos diretos e 32 indiretos

Agência: 2936

Nº Operação: 4007808

Valor da Operação: R\$ 742.347,28

Finalidade: Construção de depósito e outros investimentos (Suinocultura)

Município: Bandeirantes - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, um forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor, aumento da tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 1 empregos diretos e 15 indiretos

Agência: 3929

Nº Operação: 4000543

Valor da Operação: R\$ 700.051,92

Finalidade: Construção de depósito e outros investimentos (Suinocultura)

Município: Bandeirantes - MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração de empregos diretos e indiretos, um forte impulso à economia local, incremento da renda do produtor, aumento da tecnologia na região

Empregos gerados ou mantidos: 2 empregos diretos e 15 indiretos

Agência: 4635

Nº Operação: 4000415

Valor da Operação: R\$ 900.000,00

Finalidade: Aquisição de bovinos – matrizes para a produção de carne

Município: Nova Xavantina - MT

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: O empreendimento contribui para geração de emprego e renda, ainda que indiretamente, dinamização dos mercados, redução das desigualdades local e regional, difusão de novas tecnologias e desenvolvimento no setor agropecuário

Empregos gerados ou mantidos: 03 empregos diretos

Agência: 4776

Nº Operação: 4000575

Valor da Operação: R\$ 600.000,00

Finalidade: Aquisição de matrizes bovinas

Município: Água Boa - MT

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Melhoramento genético das matrizes na região

Empregos gerados ou mantidos: Manutenção dos empregos já existentes

g) projetos dos setores comercial e de serviços:

- as atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a

consolidação da cadeia agroalimentar e dos pólos agroindustriais e industriais;

- a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações etc.);
- a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitais;
- a instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino, de aperfeiçoamento profissional e de prática de esportes; e
- o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços defasados tecnologicamente e que necessitem de modernização.

No 1º semestre de 2016, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 71,9 milhões, correspondentes a 4,3% dos recursos previstos para o exercício na Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços o (R\$ 1.672,2 milhões).

Quadro 23: Contratações na Linha Comercial e de Serviços

		(R\$ mil)				
		DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício	(a)	565.094	420.198	266.742	420.198	1.672.231
Contratado no 1º semestre de 2016	(b)	19.074	20.419	14.540	17.883	71.916
% de Atingimento	(b/a)	3,40%	4,90%	5,50%	4,30%	4,30%

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais

Segundo a Nota 2 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, a assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a região.

De acordo com as observações da Nota 2 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2016, a assistência aos setores de serviços de saúde será no mínimo de 20% dos recursos previstos em cada UF para os setores comercial e de serviços.

No 1º semestre de 2016, **a assistência aos setores de serviços de saúde ultrapassou a meta do mínimo de 20%**, atingindo 21,7% dos recursos previstos (R\$ 334,4 milhões).

Quadro 24: Contratações na Linha Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviço de saúde

		(R\$ mil)				
		DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos com. e serv. no exercício	(a)	565.094	420.198	266.742	420.198	1.672.231
Limite para assist. serviços de saúde no exercício	(b)	113.019	84.040	53.348	84.040	334.446
Contratado no 1º semestre de 2016	(c)	9.137	32.506	9.803	21.249	72.695
% de Atingimento	(c/b)	8,10%	38,70%	18,40%	25,30%	21,70%

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais

h) projetos de apoio a empreendimentos não-governamentais de infraestrutura em abastecimento de água;

Não foram contratadas operações em atendimento à prioridade no 1º semestre de 2016.

i) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada e para o armazenamento e a distribuição de água, bem como projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca e da aquicultura;

De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título

II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2016, a estimativa de aplicação dos recursos o FCO, no exercício de 2015, para o financiamento de projetos de irrigação é de no mínimo 2% dos recursos previstos no exercício (R\$ 115,9 milhões).

No 1º semestre de 2016 foram contratadas 8 operações no valor de R\$ 3,7 milhões, que equivale a 3,2% das estimativas de aplicações dos recursos nesse segmento para o exercício de 2016.

Consoante informações prestadas no Relatório Circunstanciado, embora o resultado esteja aquém da previsão da Programação, o Banco do Brasil esclarece que tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes do desenvolvimento da agropecuária irrigada a fim de dinamizar as contratações em atendimento à prioridade.

Na linha de financiamento de apoio ao desenvolvimento da aquicultura (Proaqua) foi contratada uma operação no valor de R\$ 500,0 mil. Já na linha de financiamento de apoio ao desenvolvimento da pesca não houve contratações no período.

j) projetos que apoiem a criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra e inter-regionais de renda:

Não foram contratadas operações em atendimento à prioridade no 1º semestre de 2016.

k) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR):

- municípios da Faixa de Fronteira;
- municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
- municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
- municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica.

O quadro abaixo apresenta o resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade:

Quadro 25: Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais

Espaços Prioritários	Qtde	Valor Contratado	Valor Previsto para 2016	R\$ milhões
				% de atingimento
Municípios da Faixa de Fronteira	2.322	336,3	1.124,4	29,9
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	1.877	212	492,6	43
Municípios de economia estagnada ou dinâmica	9.427	1.102,50	3.303,60	33,4
Municípios Goianos integrantes da Ride	393	68,3	168,1	40,6

Fonte: Caderno de Informações Gerencias

l) projetos que utilizem fontes alternativas de energia, contribuindo para a diversificação da base energética, observada a vedação de que trata o inciso I do art. 6º da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, Seção 1, pp. 82-83, e alterada pela Portaria MI n.º 71, de 20.04.2016, publicada no DOU de 25.04.2016, Seção 1, p. 27.:

Não foram contratadas operações em atendimento à prioridade no 1º semestre de 2016.

7. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

A análise realizada com base na documentação fornecida pelo Banco, aí incluídos as demonstrações contábeis e o parecer da empresa de auditoria externa, revelou, conforme as abordagens feitas ao longo do presente Parecer, os seguintes aspectos:

- A. o orçamento realizado atingiu R\$ 3.717,6 milhões, o que corresponde a 64,1% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 5.795,8 milhões);
- B. as contratações realizadas (R\$ 1.642,8 milhões) corresponde 28,3% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 5.795,8 milhões);
- C. das contratações realizadas (R\$ 1.642,8 milhões), R\$ 88,8 milhões (5,4%) beneficiaram o DF; R\$ 643,5 milhões (39,2%) o Estado de GO; R\$ 343,3 milhões (20,9%) o Estado de MS; e R\$ 567,2 milhões (34,5%) o Estado de MT;
- D. as contratações com o segmento de menor porte (R\$ 1.188,9 milhões) representaram 72,4% do total contratado na Região, superando a meta de 51,0% estabelecida pelo Condel;
- E. dos recursos contratados no período, R\$ 116,1 milhões (7,1%) beneficiaram o setor empresarial e R\$ 1.526,7 milhões (92,9%) o setor rural;
- F. as contratações do Pronaf, exceto Pronaf – Reforma Agrária, atingiram o montante de R\$ 386,1 milhões em 6.687 operações;
- G. o Pronaf – Reforma Agrária teve 329 operações no montante de R\$ 6,9 milhões;
- H. dos R\$ 1.642,8 milhões, foram financiados R\$ 540,3 milhões (32,9%) nos municípios de Alta Renda, representando 3.225 operações (25,5%); R\$455,3 milhões (27,7%) nos municípios de economia dinâmica, representando 4.122 operações (32,6%); e R\$647,2 milhões (39,4%) nos municípios de economia estagnada, representando 5.305 operações (41,9%);
- I. o DF e o Estado de Mato Grosso do Sul concentraram as aplicações em municípios de economia estagnada (82,7% e 54,4%, respectivamente), o Estado de Goiás concentrou em alta renda (39,9%) e o Estado de Mato Grosso concentrou em dinâmica (53,6%);
- J. na RIDE, foram formalizadas 475 operações no montante de R\$ 88,8 milhões. Desse montante 82 operações no valor de R\$ 20,6 milhões beneficiaram o DF e 393 operações no valor de R\$ 68,3 milhões beneficiaram o Entorno;
- K. do total de 12.652 operações contratadas no 1º semestre, 3.932 (31,1%) foram formalizadas com novos beneficiários, absorvendo R\$ 402,4 milhões (24,5% dos recursos aplicados);
- L. do total de 12.652 operações contratadas no valor de R\$ 1.642,8 milhões, 12.427 operações, no valor de R\$ 1.576,5 milhões (96,0%), foram formalizadas pelo Banco do Brasil S.A. e 225, no valor de R\$ 66,3 milhões (4,0%), pelas instituições operadoras do repasse;
- M. 441 dos 467 municípios da Região contaram com operações de FCO (94,4% dos municípios);
- N. a empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes, por meio de relatório datado de 28.09.2016, registrou que, em sua opinião, as demonstrações contábeis apresentam-se adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo

naquela data, de acordo com as práticas contábeis regulamentadas pelo Governo Federal aplicáveis aos Fundos Constitucionais, conforme descrito nas Notas Explicativas n.º 2 e 3; e

- O. estima-se em 208,3 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (78,5 mil diretos e 129,8 mil indiretos), no 1º semestre de 2016.

8. PLANO DE PROVIDÊNCIAS

Consoante a Resolução Condel/Sudeco n.º 50, de 06.07.2016, que aprovou o Relatório do Exercício de 2015, juntamente com o Parecer Conjunto n.º 009/CGAC/DFRP/SFRI/MI, de 07.07.2016, foram feitas as seguintes recomendações ao Banco do Brasil e às demais instituições operadoras do Fundo:

1. ao Banco do Brasil S.A., ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que, em articulação com os Governos Estaduais e do Distrito Federal e com os Administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, envidem esforços para:
 - estabelecer metas e indutores de comportamento para as agências incrementarem as contratações em municípios de tipologia "estagnada" e "dinâmica", de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Condel (item 3.1 do Parecer Condel/Sudeco n.º 7/2016); e
 - adotar medidas objetivando a indução de novas operações, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades definidas nos normativos em vigor (alíneas "c" e "h" do item 6.1 do Parecer Condel/Sudeco n.º 7/2016 - projetos voltados para preservação e recuperação do meio ambiente e que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada).

2. Parecer n.º 009/CGAC/DFRP/SRFI/MI, de 07.07.2016:

Recomendação: ao Banco do Brasil S.A., para que:

- intensifique esforços para atingir o cumprimento da aplicação mínima de 15% por UF no Distrito Federal; e
- em articulação com os Governos dos Estados e com os demais Administradores do FCO, definidos pela Lei n.º 7.827/89, intensifique esforços para incrementar as contratações em municípios de tipologia "estagnada" e "dinâmica", por meio da realização de reuniões itinerantes.

A Sudeco enviou ofício ao Banco do Brasil S.A. e às demais instituições operadoras do Fundo, cópia da Resolução Condel/Sudeco n.º 050/2016, de 06.07.2016, e do Parecer n.º 07/2016-CONDEL/SUDECO, de 08.06.2016, que tratam do relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO em 2015, solicitando encaminharem à Secretaria-Executiva do Condel plano de providências para tratamento das recomendações constantes da Resolução e do Parecer.

Para o atendimento dessas recomendações, o Banco e as instituições operadoras informaram as

providências adotadas, conforme abaixo:

Banco do Brasil S.A. – Resposta por meio dos Ofícios DIGOV/GENEF/DINEF II - 2016/02149 e 2016/02150, de 15.08.2016:

1. realizar, em conjunto com o MI, Sudeco e Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e Distrito Federal por ocasião das reuniões para formulação de proposta para a Programação Anual do FCO para o ano de 2017, debates sobre os mecanismos de financiamento do desenvolvimento regional, bem como análise acerca das causas da baixa aplicação dos recursos estimados para:
 - os municípios de economia estagnada e dinâmica;
 - o Distrito Federal e os municípios Goianos da Ride;
 - os projetos voltados para preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas; e
 - os projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada.
2. a partir do diagnóstico, criar mecanismos, em conjunto com o MI, Sudeco, Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e Distrito Federal e Instituições Financeiras Operadoras de Repasse, que viabilizem o incremento nas contratações de operações de crédito no âmbito dos Programas e Linhas do FCO, de forma a atingir os percentuais definidos pelo Condel/Sudeco, principalmente, com o fortalecimento de parcerias com Ministérios representados no Condel/Sudeco, Prefeituras Municipais, Sebrae, Embrapa, empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa, entidades de classe e representantes do Setor Produtivo.
3. dar continuidade às ações de divulgação dos objetivos e benefícios dos Programas e Linhas de Financiamento do FCO, tais como: Caravana do FCO, divulgação do FCO em reuniões e eventos internos e externos, utilização dos veículos de comunicação interna do BB com a rede de agências, participação em feiras, exposições e reuniões específicas com potenciais tomadores e suas entidades representativas.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) – Resposta por meio do Ofício AGCUR/GEPLA 2016/58, de 12.08.2015:

O Banco possui um trabalho contínuo neste sentido, buscando atender as demandas em todas as áreas indicadas, com maior atenção para os municípios com tipologia “estagnada” ou “dinâmica”, seja via atendimento direto de clientes ou por indicação via convênios operacionais, como é o caso das operações de CONVIR realizadas para integração na cadeia de aves que o BRDE tem realizado com produtores integrados ao Grupo Pluma em MS. Tal esforço levou o BRDE a ser o repassador com a maior participação de operações em municípios de economia estagnada e dinâmica. O percentual de operações do BRDE nestas regiões chega a 92% das operações, o que pode ser verificado no quadro 19 do Parecer Condel/Sudeco Nº 07/2016 de 08.06.2016, apresentado a seguir. Destaca-se ainda que 55,6% das operações do BRDE foram em regiões estagnadas.

(R\$mil)

Instituição	Bancoob		BRB		CO Fomento		Sicredi		BRDE		MT Fomento		Total	
Tipologia	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Alta Renda	62	13.368	39	14.602	25	24.706	67	9.487	5	2.794	23	3.089	221	68.047
Dinâmica	7	3.987	-	-	-	-	85	12.007	23	19.786	1	250	116	36.030
Estagnada	9	2.113	5	483	2	1.700	51	7.346	35	20.005	3	609	105	32.257
Total	78	19.469	44	15.085	27	26.406	203	28.840	63	42.586	27	3.948	442	136.334

Fonte: Relatório Circunstanciado do BB.

O BRDE realiza ações contínuas com a finalidade de ampliar no número de beneficiários atendidos pelo Banco, das quais se destacam as seguintes:

1. Buscar operações com Cooperativas de produção com a finalidade de pulverizar o crédito e ampliar o número de beneficiários: apesar de resultar em uma única operação de valor significativo, deve-se destacar que o benefício é aplicado a dezenas de produtores rurais cooperados, o que indiretamente resulta em pulverização do crédito e também dos benefícios oriundos do investimento realizado com o financiamento;
2. Ampliar a aplicação através de Convênios Operacionais com integradores: O BRDE opera convênios operacionais com cooperativas e empresas em MS visando a pulverização do crédito. Os convênios de maior representatividade em 2015 foram com o Grupo Pluma para fomentar o financiamento aos avicultores do Estado e com a Cooperativa Coamo para atendimentos aos cooperados do Mato Grosso do Sul, o que resulta não somente na pulverização como no atendimento de operações em regiões de economia estagnada;
3. Alteração na política de crédito do BRDE nas operações realizadas no MS: Em agosto de 2015 a Diretoria do BRDE realizou pequenos ajustes em suas políticas de crédito, o que resultou em aumento das possibilidades de aplicação de recursos do FCO, permitindo que um número maior de beneficiários se enquadrem na política de crédito do Banco. Destaca-se que o banco, por ser de Desenvolvimento, não pode operar amplamente em MS, pois sua atuação é limitada por normas do Banco Central, que permite aos bancos de desenvolvimento operarem em Estados limítrofes desde que as operações gerem também benefício a sua região de origem (no caso, a Região Sul). Assim sendo, as limitações quanto a operação em MS resultam não da vontade própria do banco, mas sim do cumprimento das exigências legais a que este se sujeita.

Prazo: ações contínuas.

Banco de Brasília (BRB) – Resposta por meio do Ofício DIGOP/SUDES - 2016/003, de 16.08.2016:

1. Divulgar as linhas de financiamento FCO nos municípios de tipologia "estagnada" e "dinâmica" através das agências que atendem a RIDE;

Prazo: 01.10.2016 a 30.06.2017

2. Aprimorar o conhecimento dos servidores das agências que atendem a RIDE, visando o incremento das contratações em municípios de tipologia "estagnada" e "dinâmica";

Prazo: 01.10.2016 a 30.06.2017

3. Aprimorar o conhecimento dos servidores que atuam com crédito rural, com o intuito de estabelecer um universo maior de clientes que acessem as linhas do Programa ABC e que contribuam para o

desenvolvimento da agricultura irrigada, cumprindo assim as diretrizes, orientações gerais e prioridades definidas nos normativos do FCO;

Prazo: 01.10.2016 a 30.06.2017

4. Divulgar aos Assistentes técnicos que prestam serviço aos clientes do BRB as linhas do Programa ABC e as que corroboram para o desenvolvimento da agricultura irrigada, tornando-os assim aptos a difundir as linhas de crédito.

Prazo: 01.10.2016 a 30.06.2017

Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) – Resposta por meio do Ofício CO010895-2016, de 11.08.2016:

Desde o exercício de 2013 o Sicredi adotou a métrica de priorizar o atendimento das operações que beneficiam os municípios cujas tipologias sejam “estagnada” e “dinâmica”. Em 2015, dos R\$ 29 milhões contratados, 70% daquelas operações beneficiaram municípios enquadrados naquelas tipologias.

Para o exercício de 2016, visando cumprimento das diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e Condel, no tocante às tipologias dos municípios, o Sicredi continuará envidando esforços na sua métrica de priorização para direcionamento das operações aos municípios estagnados e dinâmicos.

Podemos destacar que este compromisso já está intrínseco à operacionalização do FCO no Sicredi, tanto que, no primeiro semestre de 2016, já contabilizamos 60% dos valores liberados em municípios de topologias “estagnada” e “dinâmica”.

Prazo: já implementadas.

Através da comunicação interna, CO010888-2016, de 11/08/2016, demos visibilidade às cooperativas filiadas ao Sistema Sicredi e operadoras do FCO quanto a necessidade de adotar medidas objetivando a indução de novas operações, de forma a um universo maior de beneficiários, que fomentem:

- Projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas; e
- Projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada.

Nesse sentido e considerando as necessidades e características das áreas de atuações do Sicredi no FCO, bem como os perfis de tomadores autorizados para operacionalizar, ao longo do exercício de 2016, comprometemo-nos a estudar ações que visem o atendimento das alíneas “c” e “h”, do item 6.1, constantes no Parecer Condel/Sudeco do exercício 2015, implementando-as quando possível e cabível.

Além disso, também incentivaremos as cooperativas operadoras do FCO o estabelecimento de parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica e órgãos de classe, para a sensibilização de produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis e ao desenvolvimento da agropecuária irrigada.

Prazo: estudos e ações serão iniciadas no segundo semestre de 2016.

Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento) – Resposta por meio do Ofício 2014/2016, de

05.09.2016:

Atualmente a Goiás Fomento aguarda decisão do Banco do Brasil quanto a um pedido de aumento de limite, dos atuais R\$ 50 milhões para R\$ 90 milhões, uma vez que, considerando o saldo da carteira de financiamentos com recursos do FCO e os valores contratados e ainda não totalmente liberados, esse limite está comprometido, não podendo a Agência, no atual momento, contratar novas operações.

Resolvida a questão do limite:

1. serão programadas palestras para empresários e produtores rurais em conjunto com entidades ligadas ao setor produtivo empresarial e ao agronegócio situadas em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, como os correspondentes de crédito da Goiás Fomento, associações comerciais, câmaras de dirigentes lojistas, sindicatos empresariais e rurais, empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa, SEBRAE/GO e entidades de classe em geral, visando divulgar os programas do FCO operacionalizados pela Goiás Fomento, a fim de dinamizar as contratações de empreendimentos nesses municípios;

Prazo: a partir da ampliação do limite da Goiás Fomento, será realizada pelo menos uma palestra por mês, durante 6 meses.

2. será verificada a compatibilidade destes com os programas que se pretende induzir (projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente, em especial para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas e projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada, conforme alíneas “c” e “h” do Parecer-Conjunto n.º 07/2016-CONDEL/SUDECO, de 08/06/2016). Havendo compatibilidade, serão realizados esforços no sentido de fortalecer as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando divulgar aos produtores rurais a disponibilidade de linhas de financiamento do FCO para o desenvolvimento da implementação de empreendimentos sustentáveis e da agropecuária irrigada, a fim de dinamizar as contratações em atendimento à prioridade.

Prazos:

1. Verificação da compatibilidade entre o limite por tomador a ser definido e o investimento médio desses tipos de empreendimento: até 5 dias úteis após a concessão, pelo Banco do Brasil, de aumento ao limite da Goiás Fomento.
2. Realização de palestras e divulgação junto a entidades ligadas ao agronegócio: a partir da verificação da compatibilidade, devendo ser realizada pelo menos uma palestra por mês, durante pelo menos 3 meses.

9. PARECER

Em cumprimento ao que dispõem os arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e art. 10, *caput* e §§ 1º a 3º, da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, sugerimos encaminhar à deliberação do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) o Relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2016, **com parecer** da Superintendência do Desenvolvimento do

Centro-Oeste (Sudeco) **favorável à sua aprovação.**

CLEUBER MONTEIRO PAIXÃO

Chefe de Divisão - CGF/DIPGF

LUCIANA DE SOUSA BARROS

Coordenadora - CGF/DIPGF

AGRICIO FILHO DE CASTRO BRAGA

Diretor-Substituto

Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos

ANTÔNIO CARLOS NANTES DE OLIVEIRA

Superintendente

Secretário-Executivo do CONDEL/SUDECO



Documento assinado eletronicamente por **Luciana de Sousa Barros, Coordenador(a)**, em 03/11/2016, às 11:51, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Agricio Filho de Castro Braga, Diretor(a) de Implementação de Programas e Gestão de Fundos Substituto(a)**, em 03/11/2016, às 11:55, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Cleuber Monteiro Paixão, Chefe de Divisão**, em 03/11/2016, às 14:25, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Nantes de Oliveira, Superintendente**, em 03/11/2016, às 15:59, conforme Decreto N.º 8.539 de 08/10/2015 e Decreto N.º 8.277 27/06/2014 da Presidência da República.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://bit.ly/292Spi1>, informando o código verificador **0013015** e o código CRC **7C2985B2**.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
PRESIDÊNCIA DO CONDEL/SUDECO**

RESOLUÇÃO N.º 055/2016, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE
FINANCIAMENTO DO CENTRO-
OESTE (FCO).**

- Relatório de Gestão do FCO – 1º Semestre de 2016.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 58 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 6ª Reunião Ordinária, realizada no dia 07.12.2016, em Brasília (DF), o Colegiado resolveu aprovar, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989, no art. 10, § 1º, incisos II e III, e § 2º, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e no art. 8º, inciso XII, alíneas “c” e “d”, do Regimento Interno, o Relatório Circunstanciado do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º semestre de 2016, acompanhado do Parecer Condel/Sudeco n.º 12, de 03.11.2016 e do Parecer do Ministério da Integração Nacional n.º 041/CGAC/DFRP/SFRI/MI, de 25.11.2016, contendo a avaliação das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO
Presidente do CONDEL/SUDECO

Ministério da Integração Nacional**GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 442, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016**

O MINISTRO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas competências; e tendo em vista o disposto nos artigos 143 e 145, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º - Reconduzir, por 60 (sessenta) dias, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurada nos termos da Portaria CRG/GM/MI n. 35, de 29 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União n. 81, de 30 de abril de 2015, com o objetivo de "apurar os fatos noticiados no Processo MI n. 59000.001282/2014-19, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso de seus trabalhos e que guardem conexão com o objeto presente"; tendo sido prorrogada pela última vez por meio da Portaria n. 64, de 28 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União n. 189, de 30 de setembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

CONSELHO DELIBERATIVO**ATO Nº 35, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016**

Plano de Aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO Para o exercício de 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (CONDEL/SUDAM) considerando o disposto na Lei Complementar n. 124, de 3 de janeiro de 2007, e no uso da atribuição conferida por meio do art. 8º, § 4º do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM e, considerando prazo disposto no art. 4º, XII, alínea "e", do anexo I do Decreto n. 8.275 de 27 de junho de 2014, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolve comunicar:

Art. 1º - A apreciação em ato "Ad referendum" da proposta do Plano de Aplicação (Programação de Financiamento dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO e Planos Estaduais de aplicação dos recursos financeiros) para o exercício de 2017, com fundamento no Parecer Conjunto n. 01/2016-SFRI-MI/SUDAM, de 25 de novembro de 2016, elaborado pela Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional em conjunto com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

Art. 2º - É parte integrante deste Ato o Parecer Conjunto n. 01/2016-SFRI-MI/SUDAM, de 25 de novembro de 2016, que se encontra disponibilizado no site da SUDAM.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE**RESOLUÇÃO Nº 54, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016**

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016.
Programa de FCO Empresarial
Capital de Giro Dissociado às MPE e MGE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 58 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 6ª Reunião Ordinária, realizada no dia 7 de dezembro de 2016, em Brasília, DF, o Colegiado resolveu aprovar nos termos do Parecer Condel/Sudeco n. 11/2016, de 27 de outubro de 2016, proposta formulada pelo Banco do Brasil S.A., com os ajustes sugeridos pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Nota Técnica n. 69/SFRI/DPNA/CGPA, de 14 novembro de 2016, no sentido de rever o financiamento de Capital de Giro Dissociado às micros e pequenas empresas, bem como permitir o financiamento de Capital de Giro Dissociado às médias e grandes empresas no Programa FCO Empresarial para 2016, com a finalidade de amparar gastos gerais relativos à administração do negócio/empreendimento, exceto a amortização e/ou liquidação de empréstimo e/ou financiamento no Sistema Financeiro Nacional.

O Banco do Brasil S.A. deverá encaminhar à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), até 2 (dois) dias úteis após a publicação desta Resolução, nova versão da Programação do FCO para 2016 com as incorporações acima.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

RESOLUÇÃO Nº 55, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO). Relatório de Gestão do FCO - 1º Semestre de 2016.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 58 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 6ª Reunião Ordinária, rea-

lizada no dia 7 de dezembro de 2016, em Brasília, DF, o Colegiado resolveu aprovar, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989, no art. 10, § 1º, incisos II e III, e § 2º, da Lei Complementar n. 129, de 8 de janeiro de 2009, e no art. 8º, inciso XII, alíneas "c" e "d", do Regimento Interno, o Relatório Circunstanciado do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º semestre de 2016, acompanhado do Parecer Condel/Sudeco n. 12, de 3 de novembro de 2016 e do Parecer do Ministério da Integração Nacional n. 041/CGAC/DFRP/SFRI/MI, de 25 de novembro de 2016, contendo a avaliação das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

RESOLUÇÃO Nº 56, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO). Programação do FCO para 2017.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 58 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 6ª Reunião Ordinária, realizada no dia 7 de dezembro de 2016, em Brasília, DF, o Colegiado resolveu aprovar a Proposta de Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2017, formulada pelo Banco do Brasil S.A., com as recomendações constantes no Parecer-Conjunto n. 13/2016-SFRI/SUDECO, de 23.11.2016, a saber:

a) revisar as estimativas constantes dos Quadros "Recursos Previstos para 2017", "Recursos Previstos por UF e Setor", "Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte" e "Recursos Previstos por Espaço Prioritário da PNDR" do Título II - Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2017, atualizando-os com base nos números que forem apurados em 31.12.2016;

b) revisar os encargos financeiros e o bônus de adimplência para as operações não rurais a serem contratadas a partir de 01.01.2017, tão logo sejam divulgados pelo CMN/Bacen, disponibilizando a nova versão da Programação do FCO para 2017 aos demais administradores do Fundo e também na página do Banco na Internet; e

c) efetuar os ajustes propostos pela Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco no Anexo do Parecer-Conjunto n. 13/2016-SFRI/SUDECO, de 23.11.2016.

O Banco do Brasil deverá encaminhar à Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco, até 30.01.2017, impreterivelmente, nova versão da Programação, com a incorporação dos ajustes recomendados acima (item 1 retro).

A Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) e o Banco do Brasil poderão atualizar, respectivamente, sem nova apreciação do Condel/Sudeco, as diretrizes e prioridades do FCO para o exercício 2017 e a Programação de Financiamento do FCO para o exercício 2017, bem como seus normativos internos quando da alteração/atualização, exclusivamente, do art. 7º da Portaria do Ministério da Integração Nacional n. 270, de 10.08.2016.

O Banco do Brasil poderá atualizar a Programação do FCO para 2017, sem nova apreciação do Condel/Sudeco, quando houver alterações no Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (MCR/Bacen) das condições de financiamento que impactam diretamente os normativos presentes na Programação do Fundo e que impeçam o cadastramento da operação de crédito rural no Sistema de Operações de Crédito Rural e do Proagro (SICOR).

O Banco do Brasil deverá encaminhar nova versão da Programação do FCO à Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) e à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional (SFRI/MI) quando houver atualizações dos itens 3 e 4, e da alínea "b" do item 1, acima.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

RESOLUÇÃO Nº 57, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016

CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CONDEL/SUDECO EM 2017.
Reuniões Ordinárias.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 58 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 6ª Reunião Ordinária realizada em 7 de dezembro de 2016, em Brasília, DF, o Colegiado resolveu aprovar o calendário para a realização das reuniões ordinárias do Conselho no exercício de 2017:

Reunião	Data	Dia	Local/UF
7ª Reunião Ordinária	16.03.2017	Quinta-Feira	Brasília (DF)
8ª Reunião Ordinária	22.06.2017	Quinta-Feira	Brasília (DF)
9ª Reunião Ordinária	14.09.2017	Quinta-Feira	Brasília (DF)
10ª Reunião Ordinária	14.12.2017	Quinta-Feira	Brasília (DF)

2. Ocorrendo problemas de natureza operacional ou legal, impeditivos do cumprimento do calendário fixado, ficará a Secretaria-Executiva autorizada a suspender, antecipar ou adiar as reuniões programadas, cientificando os Conselheiros, conforme o § 4º do art. 18 do Regimento Interno.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA**PORTARIA Nº 310, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016**

O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, designado pela Portaria nº 746, de 20 de maio de 2016, publicada no DOU de 23 de maio de 2016, Seção 2, combinada com a delegação de competência conferida pela Portaria nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicado no DOU de 17 de agosto de 2015, Seção 1, e tendo em vista as disposições da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, da Portaria Interministerial nº 130, de 23 de abril de 2013, da Portaria MI nº 192, de 29 de maio de 2013, e ainda, o que consta do Processo nº 59602.000088/2016-07, resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Art. 4º da Portaria nº 065/2016, de 14/11/2016, publicado no Diário Oficial da União de 17/11/2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Os recursos financeiros relativos ao presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 46.300.000,00 conforme notas de Empenho nºs 2016NE000109 no valor de R\$ 18.779,00 e 2016NE000132, no valor de R\$ 46.281.221,00, no Programa de Trabalho 18.541.2040.14RL.0001, Fonte 0100, Natureza da Despesa 4440.42."

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos do termo de compromisso, não alterados por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RODRIGO MENDES DE MENDES

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**PORTARIA Nº 208, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016**

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário no município de Florianópolis/SC.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 16.878, de 05 de dezembro de 2016, do Município de Florianópolis/SC,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59051.002844/2016-16, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de vendaval, COBRADE: 1.3.2.1.5, a situação de emergência no Município de Florianópolis/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Cidadania**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA****RETIFICAÇÕES**

Na Ata da 96ª Sessão Ordinária de Julgamento, publicada no Diário Oficial da União de 13.12.2016, nº 238, Seção, 1, páginas 37 a 39, onde se lê "Requerimento nº 08700.006946/2015-99 Requerentes: Banco Barclays S.A.", leia-se "Requerimento nº 08700.006946/2015-99 Requerente: Barclays PLC", mantendo-se os demais termos da publicação e da decisão plenária.

Na Ata da 96ª Sessão Ordinária de Julgamento, publicada no Diário Oficial da União de 13.12.2016, nº 238, Seção, 1, páginas 37 a 39, onde se lê "Requerimento nº 08700.007074/2015-86 Requerentes: JPMorgan Chase Bank", leia-se "Requerimento nº 08700.007074/2015-86 Requerente: JP Morgan Chase & Co", mantendo-se os demais termos da publicação e da decisão plenária.

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL**
Em 13 de dezembro de 2016

Nº 10. Processo Administrativo nº 08012.006667/2009-35. Representante: SDE ex-officio. Representadas: Cial Comércio e Indústria de Alimentos Ltda.; Comissária Aérea Rio de Janeiro Ltda.; Cor e Sabor Distribuidora de Alimentos Ltda.; Denjud Refeições Coletivas Administração e Serviços Ltda.; Faculdade do Sabor Refeições Ltda.; Guelli Comércio e Indústria de Alimentação Ltda.; Hambre Distribuidora de Alimentos Ltda.; Home Bread Indústria e Comércio Ltda.; Maria Natália de Souza Alves Ltda. (Real Food Alimentação Ltda.); Masan Comercial Distribuidora Ltda.; Mendes dos Santos